

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

RINALDO GOMES PINHO

***As transformações na relação centro-periferia e a ficcionalização da
miséria na metrópole paulistana***

(Versão corrigida)

São Paulo – 2017

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

RINALDO GOMES PINHO

***As transformações na relação centro-periferia e a ficcionalização da
miséria na metrópole paulistana***

(Versão corrigida)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor e Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo – 2017

Ficha de Aprovação

Autor: Rinaldo Gomes Pinho

E-mail: rinaldopinho@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

Título: *As transformações na relação centro-periferia e a ficcionalização da miséria na metrópole paulistana*

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Banca examinadora:

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aprovado em: _____

Resumo

A tese por nós aqui apresentada teve por finalidade principal, pesquisar a transformação da relação centro periferia na forma crítica de reprodução fictícia da metrópole paulistana entre o período de 1980 até o período atual. Procuramos relacionar as transformações destas separações intraurbanas na metrópole, a partir da crítica ao arcabouço teórico desenvolvido na Geografia e nas Ciências Sociais, sobre os espaços denominados periféricos que expressaram estas separações a partir da visão da luta de classes como expressão material no espaço urbano e pensou estes espaços como lócus do sujeito operário. Para realizar esta crítica visitamos os teóricos marxistas que discutiram a reprodução do capitalismo colocando em debate a questão da objetividade da crise a partir da crise imanente do capital e a questão da subjetividade revolucionária como motor de superação do capitalismo. Por meio destas discussões teóricas mais gerais, procuramos criticar a pertinência de uma visão dualista da metrópole e cotejá-las com a discussão deste período crítico da reprodução ficcionalizada, que cria uma identidade crítica na reprodução do que se denomina centro e periferia na metrópole paulista. Essa forma de identidade crítica foi discutida a partir da “democratização” das formas creditícias, principalmente entre as populações pauperizadas da metrópole, como forma de sobrevivência e como forma de sua inserção ao consumo no sentido de reproduzir o capital excedente deste período. A partir destes argumentos defendemos que os espaços que têm denominado como periferia se inserem hoje no centro da reprodução ficcionalizada e crítica do capital.

Termos-chave: reprodução (fictícia) do capital; periferias urbanas; Crédito; socialização negativa.

Abstract

The thesis we present here had as its final purpose the research on the transformation in the relation between center and periphery with the critical form of fictitious reproduction of São Paulo metropolis between 1980 and nowadays. We tried to relate the transformation on these internal urban separations on the metropolis from the critique of a theoretical framework developed in Geography and Social Sciences about the so called peripheral spaces. That framework expressed these separations from a class struggle point of view as a material expression of urban space and thought about them as the locus of working class subject. To accomplish such a critique we studied the marxists that discussed capitalistic reproduction from the point of view of the objectivity of crisis related to immanent crises of capital asking about revolutionary subjectivity as the overcoming engine to capitalism. Through these theoretical and general issues we tried to criticize dualistic points of view about the metropolis and also tried to compare them with the debate about such a critical period of fictional reproduction, which creates a critical identity on the reproduction of what is known as center and periphery of São Paulo metropolis. This critical identity was presented from the “democratization” of credit forms, mainly between poor people in the metropolis, as a way of living and as the access to consumption in such a way to reproduce exceeding capital on the period. From that, we argue that what is known as periphery is inserted nowadays on the center of critical and fictitious capital reproduction.

Keywords: capital (fictitious) reproduction; urban peripheries; Credit; negative socialization.

Agradecimentos

Muitas pessoas são importantes nesse no caminho de nossa pesquisa e da nossa vida acadêmica. Não tenho como não agradecer a minha família, uma grande família, que me apoiou e são responsáveis pela minha trajetória acadêmica e na minha formação pessoal. Eu devo muito a eles.

Agradeço muito aos meus amigos de Carapicuíba, na qual passei minha adolescência, minhas lutas políticas, e minha construção como ser crítico. No Departamento de Geografia, devo agradecer aos meus amigos que se tornaram amigos para toda a vida em debates, estudos em grupos em mesas de debates acadêmicos ou em mesas de bares debatendo e vida e nossas pesquisas. Agradeço aos meus professores que sempre insistiram que a universidade é lugar da crítica.

Agradeço aos amigos do grupo de estudos de *O capital* do Labor – Laboratório de Geografia Urbana. Aprendi muito com todos vocês!

De forma especial agradeço a Ana pelo companheirismo que já dura mais 20 anos, a Giovanna minha filha que ilumina meus dias. Agradeço ao professor Vicente, que comigo viveu as agruras de um morador de Carapicuíba e sempre me incentivou a fazer uma crítica teórica sobre nossa vivência. Por fim, meu amigo e orientador Prof. Dr. Anselmo Alfredo pelo incentivo a minha pesquisa.

Esta pesquisa foi financiada por bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPQ

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1 - A teoria da crise: O debate sobre o limite interno do capital e a ação do sujeito revolucionário	13
1.1 – A discussão da Crise a partir dos principais teóricos do marxismo	18
1.2 – Elementos da crise e o debate sobre a terceiras pessoas na obra de Luxemburg	30
1.3 - A questão da pauperização e do aumento da miséria crescente dos trabalhadores	42
1.4 – A questão do colapso e da luta de classes para a denominada “crítica do valor”– Robert Kurz, Anselm Jappe e Moishe Postone	46
1.5 - A dimensão da prática e da teoria. O agir como forma de ser da crítica ao capitalismo	64
1.6 - A questão do sujeito automático. A questão do fetichismo	68
Capítulo 2 - A geografia e a crise: A crise da geografia	72
2.1 - A Geografia Crítica e a crise. A crise da crítica da práxis revolucionária	85
2.2 - Os dois circuitos da economia e a periferia como infracotidianidade	101
2.3 - O debate sobre a diferenciação socioespacial e a produção das periferias urbanas	111
Capítulo 3 - Periferias urbanas e endividamento geral como forma de reprodução crítica do capitalismo	119
3.1 - Crédito e endividamento das populações pobres como forma de ser da Financeirização e unidade da crise entre o centro e a periferia	141
3.2 - O reverso da exclusão como socialização negativa na sociedade mediada pela financeirização	154
3.3 Centro e periferia a partir da ficcionalização na metrópole paulista	170
3.4 - Expansão do crédito e endividamento	175
Considerações finais	193
Bibliografia	195

Introdução

A construção da nossa pesquisa tem como origem duas inquietações: A primeira refere-se aos questionamentos da noção das periferias urbanas a partir de uma longa vivência nestes espaços e a segunda refere á inquietação da leitura da luta de classes como mediadora da contradição da relação centro-periferia. A minha história e da minha família na metrópole paulistana segue a tematização clássica da formação das periferias urbanas: Meu pai pedreiro veio da Bahia para a cidade de São Paulo nos anos 1970 trabalhar e morar na construção civil e morar nos alojamentos em São Paulo; após ganhar algum dinheiro conseguiu alugar uma casa de aluguel, onde o preço era mais barato e viemos todos nós para a metrópole. De mudança em mudança para moradias com alugueis mais baratos que passaram pelos distritos bairros “periféricos” de São Rafael, Campo Limpo e Butantã, respectivamente nas zonas Leste, Sul e Oeste da cidade de São Paulo, nos estabelecemos no Município de Carapicuíba na Região metropolitana da Grande São Paulo. A construção de nossa casa seguiu também o que se denominou como padrão periférico de ocupação: a compra a prestação de meio lote (5m x 25 m) num loteamento popular e, através dos mutirões de auto construção, o erguimento da mesma que sempre estava inacabada e cabendo mais um cômodo para acomodar as novas famílias que iam se formando. Trabalho precário, violência cotidiana, longas distâncias de trem ou de ônibus intermunicipais para chegar ao trabalho e muita luta para conquistar asfalto, creches, escolas, água encanada através das reuniões da comunidade na igreja. As lutas por equipamentos sociais foram acompanhadas por crescimento da consciência política, participação no grêmio estudantil, nos sindicatos das empresas que trabalhei e num partido político que expressava naquele momento, anos 1980 e 1990, as lutas dos movimentos sociais e pela redemocratização do país.

Ao chegar no Departamento da Geografia USP em 1989 as discussões e as prática políticas estavam efervescentes e tinham nas greves operarias e nos movimentos sociais de moradias o centro de nossas preocupações dentro de um paradigma mais amplo de transformações sociais a partir do marxismo. No entanto, os

espaços periféricos e as lutas sindicais passavam por transformações que não eram acompanhadas pelas leituras teóricas que discutíamos em sala de aula e nem nas agremiações políticas que participávamos.

Num segundo momento em nossa prática profissional que nos levou a trabalhar com os loteamentos irregulares nos extremos da zona sul de São Paulo; na implantação dos Centros Educacionais Unificados nas periferias dos distritos da Brasilândia, Pedreira e Grajaú do município de São Paulo e finalmente nos projetos habitacionais espalhados por toda a cidade de São Paulo. Esta vivência - do cotidiano e do profissional, no período de 1995 e 2010 foi o grande motor para a construção da pesquisa, principalmente pelo desconforto entre uma realidade que víamos nos nossos “trabalhos de campo diários” e o que se apresentava como a periferia nas proposições teóricas que tínhamos acesso. Por outro lado, o arcabouço do marxismo da luta de classes já não respondia a nossas questões sobre a reprodução capitalista e o encontro com os autores da nova crítica do valor, sobre o trabalho e a crise imanente do capital veio responder uma série de questões que nos incomodavam. Esta pesquisa, neste sentido, é uma busca de debater a questão das periferias e do urbano dentro dos pressupostos da crise imanente do capital e da crítica da luta de classes como expressão material e pressuposto destas divisões intraurbanas.

Dividimos esta tese da seguinte forma: no **Capítulo 1** procuramos desenvolver, nesta fase da pesquisa, uma discussão no interior do marxismo sobre a questão da crise imanente do capitalismo e a questão da luta de classes, no sentido de compreender como essa discussão será manifestada no interior da reflexão teórica da Geografia e de sua perspectiva sobre as formas de reflexão crítica do período contemporâneo. Partimos do pressuposto de que o atual período, situado a partir de 1980, é marcado, como afirma Kurz (1993), pela decadência do *boom* fordista e o desenvolvimento da microeletrônica e informática, assim como o desenvolvimento de forças produtivas completamente novas em que são estabelecidas novas condições de rentabilidade, nas quais a acumulação deficitária é substituída pela simulação financeira, pela acumulação fictícia. Sendo assim, este período manifesta pela primeira vez e de forma qualitativamente diferente, as novas determinações da relação capital trabalho que estabelece um limite lógico ao desenvolvimento do capital a partir do

desenvolvimento exponencial das forças produtivas e negação de sua substância: o trabalho, demonstrando assim a sua autocontradição.

Desse modo, procuramos identificar, na bibliografia de inspiração marxista, as principais questões que deram origem a um pensamento que abordou as crises do capital como externalidade e principalmente a partir da ação consciente do proletariado, além de outras leituras que afirmaram a sua negatividade imanente a partir de seu limite lógico. Dentre a bibliografia escolhida, aprofundaremos o nosso diálogo com a obra *La ley de la acumulacion e del derrumbe del sistema capitalista*, de Henrik Grossmann, escrita em 1929, por ser uma obra de referência no interior do debate marxista que tomou a questão do colapso do capitalismo como problema central e procurou sistematizar as principais teorizações sobre esse debate. Incluímos a obra de Lúcio Colletti (1985), *Marxismo y el "Derrumbe" del Capitalismo*, que sistematizou o debate dos principais teóricos do marxismo sobre as crises do capitalismo e, por fim, consideramos a leitura da obra de Marx *O Capital*, em especial os capítulos XXIII – “A Lei Geral da Acumulação Capitalista”, do livro I, e toda a seção III – “Lei da queda tendencial da taxa de lucro”, do livro III.

Procuramos ainda aprofundar esse debate no interior do marxismo clássico com o texto “Anticrítica”, de Rosa Luxemburg (1985), de sua obra *Acumulação do Capital*. Busca-se, com essa discussão, aprofundar problemáticas específicas, tais como a questão das terceiras pessoas no debate sobre a crise do capitalismo e seus desdobramentos para o desenvolvimento de nosso tema. Por fim, ainda nesse capítulo, estabelecemos um diálogo com autores pertencentes à denominada “crítica do valor” – a saber, Robert Kurz, Anselm Jappe e Moishe Postone –, no que se refere ao debate que eles estabelecem sobre a teoria da crise imanente do capitalismo em contraponto às teorias que colocavam como centro a luta de classes a partir do acento na dominação e exploração do proletariado. Nesse sentido, procurou-se discutir esse novo momento de reprodução crítica do capital tendo como pressuposto a crise imanente do capital a partir da 3ª revolução industrial¹ que redefine a crítica radical ao capitalismo e à valorização do valor.

¹ Assim como expressas em Kurz, 1970 e Mandel, 1982

Essa discussão da nova crítica do valor é central para o que abordamos no **Capítulo 2**, o qual procura apresentar o debate com a geografia de inspiração marxista brasileira principalmente dentro do movimento denominado Geografia Crítica. Assim, procuramos desenvolver um debate com os autores que construíram suas perspectivas teóricas baseadas e a aposta na ação do sujeito revolucionário na aposta na tomada do Estado e no sujeito revolucionário como perspectiva de superação do capitalismo; a perspectiva da materialidade como vetor central da discussão em detrimento do fetichismo como mola mestra da crítica em oposição à dimensão da materialidade e da aposta na prática revolucionária como único caminho da teoria não constituindo um debate sobre o colapso imanente do capital

Esse caminho teórico se refletiu numa teoria que tinha como eixo uma crítica que se colocava em grande parte como uma denúncia contra a questão da exploração e contra a dominação de classe; materializando as relações de classe e o valor no espaço. Procuraremos debater como a geografia de orientação marxista – dentro do movimento de renovação da geografia brasileira –, ao trilhar esse caminho, procurou se afirmar como ciência crítica dentro do marxismo a partir do acento na materialidade como entendimento do mundo. Nesse sentido, exploramos os trabalhos de David Harvey de modo a discutir as suas proposições sobre a questão da acumulação e da crise do capital a partir das obras: *A Produção Capitalista do Espaço*, *O Enigma do Capital* e *Os Limites do Capital*. No que se refere à produção teórica brasileira de inspiração marxista no interior da Geografia, debatemos a obra *A Valorização do Espaço*, além de explorar a obra de Scarim (2000) como referência para futuro aprofundamento sobre o debate sobre a construção da hegemonia do marxismo no interior do debate geográfico. Por último, nesse capítulo exploramos a produção da geografia a partir de autores selecionados que discutiram as questões das divisões intraurbanas entre o centro e a periferia a questão da diferenciação socioespacial como materialização do conflito de classes no espaço.

Por fim, no **Capítulo 3** discutimos o processo de mobilização das populações pobres da região metropolitana de São Paulo, nomeadas como periferias urbanas, a um movimento de dependências estrutural de acesso às formas de crédito e ao endividamento e sua mobilização como sujeitos importantes do consumo e do processo

mais amplo de financeirização da economia. Procuramos analisar esse processo a partir da perspectiva da ficcionalização do capital e os fenômenos de mobilização das populações mais pobres no sistema de crédito e no consumo a partir de um processo mais amplo de uma totalidade social negativa da reprodução capitalista que envolve a todos. Tal processo será debatido, com as questões discutidas nos capítulos anteriores, como forma de problematizar essa inserção negativa, que é na maioria das vezes vista hoje no país como a formação de uma nova classe média brasileira e como forma de inserção social e diminuição das desigualdades sociais, principalmente a partir do ano 2000 até o presente período. Procuramos problematizar tal questão a partir de um processo mais amplo que determinam as relações sociais da crise da valorização do valor. Sendo assim, procuramos discutir essa inserção a partir da crítica à lógica desenvolvida pelo denominado marxismo tradicional e pelos partidos de esquerda que têm como centro de sua análise a luta pela justiça social que advêm do acento na leitura de Marx na exploração mediada pela contradição de classe e na luta pela igualdade formal e jurídica a partir de uma crítica que privilegie a crítica do valor e do fetichismo.

Nossa análise, nessa parte do texto, parte do pressuposto de que a inserção pelo crédito visa criar uma perspectiva de equalização de direitos e criar uma igualdade qualitativa no que se refere às formas de homogeneização dos desejos a partir do consumo e do endividamento. A partir desse entendimento, desenvolvemos nossa tese da afirmação da existência de uma totalidade crítica que esboroa o entendimento desenvolvido na geografia e em outras ciências sociais da separação na metrópole paulista como expressão da exploração de classe. Defendemos que há uma homogeneização desses grupos sociais, como afirma Kurz (1993), como “sujeitos monetarizados” mesmo dentro das diferenças quantitativas de renda e enxergamos na metrópole paulista um processo cada vez mais nítido da criação de uma identidade crítica mediada pela crise da valorização do valor na sua forma de acumulação fictícia.

Capítulo 1

A teoria da crise: O debate sobre o limite interno do capital e a ação do sujeito revolucionário

A história de toda sociedade existente até hoje é a história das lutas de classes. (...) O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas no seu seio. E de que maneira a burguesia consegue vencer estas crises? De um lado pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais antiga dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais intensas e mais destruidoras e a diminuição de meios de evitá-las. (...) A burguesia, porém, não se limitou a forjar as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos. (MARX & ENGELS, 2007, p. 40; pp. 45-46)

O próprio capital é a contradição em processo (...). Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. As forças produtivas e as relações sociais – ambas, aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem somente como meios para o capital, e para ele são exclusivamente meios para poder produzir a partir de seu fundamento acanhado. De fato, porém, elas constituem as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares. (MARX, 2011, pp. 588-589)

Mesmo quando uma sociedade descobriu a pista da lei natural do seu desenvolvimento – e a finalidade última desta obra é descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna –, ela não pode saltar nem suprimir por decreto as suas fases naturais de desenvolvimento. Mas ela pode abreviar e minorar as dores do parto (...). Nas próprias classes dominantes já se insinua o pressentimento de que a atual sociedade não é um cristal sólido, mas um organismo capaz de mudar e que está em constante processo de mudança. (MARX, 1983a, pp. 13-14)

A questão sobre a perspectiva da crise imanente ou objetiva da crise estrutural do capitalismo a partir de suas contradições objetivas ou a partir da ação consciente do

sujeito revolucionário animou o debate marxista por muito tempo, em especial na década de 30 do século XX e no período atual retorna com força a partir de uma conjuntura de crise do capitalismo. Entendemos que a leitura de uma crise objetiva do desenvolvimento do capitalismo foi, de certa forma, ofuscada pela leitura mediada pela práxis revolucionária que se tornou hegemônica, seja nos meios acadêmicos, seja no interior dos diversos movimentos revolucionários ou de negação do capitalismo. Essa hegemonia da perspectiva classista se deve, entre outros fatores, como nos diz Coletti (1985) à fragmentação da teoria da crise do capital na obra de Marx ou mesmo à concepção de que não existiria, de modo coerente, uma teoria da crise na obra deste autor. As citações colocadas no começo do capítulo mostram, através desses fragmentos, o quanto a questão da crise e a ação do sujeito revolucionário estiveram entrelaçadas na obra de Marx, seja para demonstrar a historicidade do capital e a necessidade de superá-lo por um novo “estádio da produção”, seja para “minorar as dores” do parto pela imanência da sua contradição em processo.

Neste capítulo, nos propomos a retomar essa questão, de forma não exaustiva, mas buscando encontrar as suas mediações e iluminar nosso entendimento sobre o período atual, no sentido de retomar o debate sobre a crise e estabelecer um diálogo sobre a dinâmica do urbano e a questão das periferias urbanas. Escolhemos as obras de alguns autores, como Grossmann (1979) e Colletti (1985), os quais retomaram esse debate através da leitura dos principais teóricos marxistas que colocaram em debate a questão do colapso e da luta de classes para entender o desenvolvimento contraditório do capitalismo. Essas leituras procuram retomar o debate sobre a crise do capital iluminando nossa análise para além do modelo baseado apenas no paradigma classista que hegemonizou em grande parte as ciências sociais e o debate no interior da geografia de inspiração marxista.

As obras de Grossmann (1979) e Colletti (1985) representam, assim, duas das principais contribuições para discutir a questão sobre o colapso e a crise imanente como categoria central para entender a acumulação do capital dentro do debate marxista. Procuramos, nas obras desses autores, retomar a discussão que nos interessa centralmente acerca do colapso do capitalismo pelas suas contradições objetivas *versus* a visão da suplantação do capitalismo mediada pela ação do sujeito revolucionário, dentro da teoria da luta de classes, ou, de forma geral, o debate entre os fatores objetivos do colapso do capitalismo ou a perspectiva subjetivista a partir da práxis revolucionária.

A obra de Grossmann (1979) coincide com a irrupção da crise de 1929 e por isso adquire particular relevância, já que, no momento de sua escrita, as discussões sobre as crises ou colapso do sistema capitalista fervilhavam no interior do debate marxista, além de surgir num momento de refluxo das lutas operárias. O autor realiza uma leitura aprofundada sobre as principais contribuições acerca das tendências do capitalismo e sobre os principais teóricos que discutiram sua crise. Grossmann desenvolve sua teoria

a partir do pressuposto de que as crises do capitalismo e o seu colapso imanente seriam parte do movimento imanente da reprodução do capitalismo e que, nesse sentido, a teoria do colapso deveria ser a coluna central em que se apoiaria toda a concepção marxiana da acumulação capitalista. O autor procurará dialogar com os principais teóricos marxistas sobre a questão da acumulação capitalista e as visões sobre a teoria do colapso, discutindo as principais elaborações sobre tal teoria na perspectiva de construção de uma teoria da acumulação tendo como foco principal as questões colocadas pela lei do valor e pela lei da queda tendencial da taxa de lucro.

É no prefácio de uma edição da obra de Grossmann, escrito por Tula (1999), e na antologia escrita por Colletti (1985), que foram sistematizadas as discussões feitas por Grossmann e pelos principais teóricos do marxismo que debateram a questão da acumulação, das crises e do colapso do capitalismo em Marx. Estes autores procuraram discutir a questão do colapso a partir das principais correntes de análise no interior do marxismo e a partir dos teóricos da economia política burguesa. Segundo Tula, 1999 citando a periodização de Giacomo Marramao, a reflexão marxista sobre a teoria do colapso afirmava três grandes concepções:

1) a primeira delas é a teoria do colapso que define como “clássica da Segunda Internacional” e que, desenvolvida a partir de 1890, em sua melhor expressão na exposição feita por Henrich Cunow da Die Neue Zeit, na qual se omite a distinção entre o lado objetivo e subjetivo da exposição marxiana da crise, pelo que não vacila em atribuir a Marx o ingênuo catastrofismo criticado por Bernestein”; 2) a segunda fase começa em 1905 com o debate a respeito do papel que deve ser desempenhado pela greve de massa na “organização proletária em relação à dinâmica da crise imperialista”. É nesse período e nessa circunstância que surge a alternativa “colapso ou revolução”, ou seja, a discussão a respeito de se é ou não compatível uma teoria do colapso com uma perspectiva ativista revolucionária; 3) Esta última fase “que coincide com o refluxo e, depois, com a derrota do movimento operário europeu”, inicia-se em meados da década de 1920 e culmina com o debate “sobre a crise e capitalismo e Estado que se desenvolve entre os anos 20 e os anos 30” (...). Dessa fase diz Marramao que é “emblematicamente expressa pelo esclerosamento da teoria catastrofista da Internacional comunista, por um lado, e pelo desenvolvimento e complementaridade da teoria do ciclo ‘no campo burguês’, por outro” (...). Termina afirmando Marramao “essa atitude produzirá um enfrentamento cerrado e fecundo com o pensamento econômico burguês – Keynes em particular – e com a problemática do intervencionismo estatal.”(TULA, 1999, p.5)

Nesse debate, de forma geral, procurou-se discutir as principais tendências do capitalismo e foi dado foco na perspectiva da reprodução capitalista, tendo como

principais questões: se o modo de produção capitalista, a partir de si mesmo, teria condições de se expandir progressivamente sem limites em bases mais amplas ou, pelo contrário, se essa expansão tropeçaria em barreiras intransponíveis. Este debate sobre a tendência de desenvolvimento do capitalismo foi expresso em dois campos teóricos que reuniram autores que defendiam os esquemas de reprodução de Marx expresso no tomo II de O Capital (MARX, 1983b), a partir da perspectiva do equilíbrio e da reprodução ilimitada do capitalismo, denominados harmonicistas e aqueles que defendiam um limite absoluto no processo de reprodução do capital a partir da teoria do colapso.

No decorrer do trabalho, destacaremos o debate dos principais teóricos do marxismo nesse período, no qual a concepção de equilíbrio e reprodução ilimitada e a questão de um limite interno serão centrais para explicar as concepções e leituras sobre a acumulação capitalista que colocaram o foco no colapso do capitalismo como negação em si mesmo e, ao mesmo tempo, da teoria da ação revolucionária que colocou o proletariado como sujeito histórico de superação do capitalismo.

Partimos do pressuposto de que a visão baseada na ação do sujeito revolucionário hegemonizou o pensamento das ciências sociais de orientação marxista e praticamente ofuscou o desenvolvimento e aprofundamento de uma leitura da crise imanente do capital. Destaque-se que essa perspectiva só recentemente é retomada, com maior força, principalmente a partir das contribuições de um campo teórico denominado “Crítica do valor”, que envolve, dentre outros, autores como Rober Kurz, Moishe Postone, Anselm Jappe e o grupo alemão que edita a revista *Exit - Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias*². Entendemos que a perspectiva hegemônica do marxismo da luta de classes foi a base da construção de uma geografia de inspiração marxista, o que nos interessa centralmente para o desenvolvimento da nossa tese a partir da crítica sobre as divisões intraurbanas nesse período de crise. Assim, a leitura da obras destes autores visa reencontrar esse debate a partir dos seus pressupostos e retomar a discussão da crise do capitalismo e da crítica da relação centro-periferia a partir da crítica ao paradigma da luta de classes.

² A revista pode ser acessada a partir do link: <http://obeco.planetaclix.pt/>

Essas questões procuram compor a nossa análise nesta pesquisa, cuja intenção é problematizar uma compreensão das separações intraurbanas nas metrópoles, a partir das leituras mediadas pela luta de classes que dominam toda a construção teórica dentro da Geografia e das Ciências Sociais. Procuramos ainda, em contraponto, construir uma análise da imposição do que nós denominamos como uma socialização do consumo e do crédito por toda a metrópole paulista a partir da sua reprodução fictícia e crítica do capital e ao mesmo tempo desenvolver uma crítica a como pensar a miséria como negócio do capital financeiro, como ficcionalização da miséria. Nesse sentido, buscaremos problematizar, de um lado, as construções teóricas que partem da concepção do colapso como objetividade e imanência do capitalismo e, de outro, as perspectivas hegemônicas dentro do marxismo, que acentuaram a ação do proletariado como forma de superação do capitalismo; entre uma teoria que colocou o foco na práxis do sujeito e outra na imposição do valor dentro das leis imanentes da negação do capitalismo. As concepções dos principais teóricos do marxismo acerca da crise e do colapso do capitalismo apostaram na prática revolucionária, enquanto que aquelas que centraram sua discussão na questão da crise estrutural e imanente ficaram em segundo plano.

Pensamos, dessa forma, recuperar um debate que já teve um momento de florescimento dentro do marxismo, mas que perdeu centralidade pela hegemonia da visão da luta de classes, e que foi relegada como perspectiva não dialética ao centrar sua análise na imanência de sua crise e não na práxis revolucionária. Nosso objetivo central não é fazer uma discussão de forma exaustiva sobre essa importante temática no interior do marxismo, mas retomar um debate que redefine para nós a forma de ver a relação a produção do urbano e a questão entre centralidade e periferia na metrópole neste período de reprodução crítica do capital.

1.1 – A discussão da Crise a partir dos principais teóricos do marxismo.

A partir da obra de Grossmann (1979) e Colletti (1985), realizamos uma análise geral dos principais teóricos do marxismo que procuraram discutir a questão do desenvolvimento do capitalismo e da teoria do colapso. Nessas obras, foram realizadas breves análises dos seguintes teóricos dentro do marxismo: Eduard Bernstein, Mikhail Tugan-Baranovsky, Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburg, Otto Bauer, Vladimir Ilitch Lênin, Karl Kaustky e Bukharin. Procuramos destacar nessas breves considerações sobre tais autores a questão que nos interessa mais centralmente, a qual consiste nas tendências de desenvolvimento do capitalismo a partir da discussão sobre as tendências objetivas de autonegação do capital como limite de si mesmo ou do papel fundamental dos elementos subjetivos ligados ao crescimento da consciência de classe e construção do proletariado como sujeito histórico da negação do capitalismo.

Para Colletti (1985), a publicação de Eduard Bernstein *As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social Democracia*, de 1899, foi uma das primeiras obras a debater a teoria do colapso³ no interior da obra de Marx. Bernstein, apesar de admitir uma teoria do colapso na obra de Marx, afirma que seria em vão esperar uma crise geral do capitalismo. Bernstein (1899, *apud* Colletti, 1985) afirma que não haveria uma agudização da crise do capitalismo, e muito menos o agravamento da situação da classe operária prognosticado por Marx no *Manifesto Comunista*, tampouco se daria a concentração de capital na intensidade tal como colocada por Marx. Para aquele autor, a teoria da crise esboçada por Marx em *O Capital* seria incompleta e contraditória e seria apenas fruto de seus apriorismos dialéticos e de uma concepção fatalista do materialismo.

Segundo Tula (1999) para Bernstein, não houve um processo de reiteração, mas um enfraquecimento das crises com a concomitante melhoria da situação dos trabalhadores e, em vez de concentração do capital, houve aumento no número de pequenas e médias empresas com múltiplos proprietários, devido à existência de sociedade de ações. Assim, de forma geral, ocorreu o fortalecimento do capitalismo. Além disso, para Bernstein, o desenvolvimento do crédito, a ampliação dos meios de

³ Em especial, o capítulo “As crises e a capacidade de adaptação da economia moderna”. (BERNSTEIN, 1899, *apud* COLLETTI, 1985)

comunicação, a formação de cartéis e trustes multiplicariam as possibilidades de autorregulação e controle do capitalismo e ao mesmo tempo, afirmava, que o capitalismo haveria de corrigir os defeitos da sua fase concorrencial: aliado às lutas sindicais por reformas, assim como contando com o avanço da democracia, gradualmente as desigualdades e diferenças sociais seriam reparadas. Esse quadro eliminaria os desequilíbrios entre produção e consumo e colocaria, portanto, a falta de fundamento para a teoria do colapso na perspectiva de crises de subconsumo, a partir principalmente da no entendimento do desenvolvimento do capitalismo (BERNSTEIN, 1899 apud COLLETTI, 1985). A partir desses pressupostos, a ação e a tática revolucionária seriam as de rever a luta revolucionária e apostar na eliminação progressiva e pacífica do capitalismo, apoiando-se na melhoria da situação da classe operária para negar a tendência ao colapso.

Outro autor analisado foi Tugan-Baranovsky⁴, que foi considerado por Grossmann como o principal autor do campo teórico do que se denominou harmonicismo, incluindo nessa perspectiva os autores que derivavam o equilíbrio nos esquemas de reprodução de Marx, o equilíbrio do capitalismo e sua reprodução ilimitada. Tugan desenvolveu sua teoria apoiada na teoria do equilíbrio, derivada do economista Jean-Baptiste Say, na qual a produção capitalista criaria para si o seu próprio mercado a partir do equilíbrio entre os dois setores da economia. Assim, mesmo com a diminuição do consumo social pela substituição dos trabalhadores por máquinas, não haveria crises, já que a dinâmica da acumulação seria substituída pelo consumo produtivo a partir de uma maior demanda por meios de produção. Essa perspectiva de Tugan-Baranovsky, denominada de harmonicista, será um contraponto importante à teoria de um limite interno da reprodução capitalista e à teoria do colapso, sendo possível assim um desenvolvimento ilimitado das forças produtivas do capitalismo e interferindo centralmente na perspectiva da ação do proletariado. Grossmann (1979) afirma que, para a teoria de Tugan-Baranovsky, a economia capitalista não poderia ser derrubada por razões econômicas, mas por motivos éticos e nesse sentido a contradição fundamental do capitalismo teria que ser resolvida com a ação consciente

⁴ Principalmente a partir da obra *Las crisis industriales de Inglaterra*). A *Obra, segundo TAVEIRA (2014) foi publicado 1894 na Rússia em 1901 na Alemanha em pleno auge do debate revisionista.*

da classe explorada: o proletariado. Para Colletti (1985), tal teoria teve bastante repercussão no interior da II Internacional, principalmente por sua influência na obra *O capital financeiro* de Rudolf Hilferding.

Para Colletti (1985):

(...) esta influencia de Tugán (...) también fue decisiva para los desarrollos del pensamiento austromarxista, empezando por el mismo Hilferding y por Otto Bauer, em el sentido que el discurso de Tugán indujo a leer os esquemas marxianos de la “reproducción” de manera tal que de ellos se extraía no solo la exclusión principista del marxismo de cualquier “teoría del derrumbe”, sino también la demostración de la posibilidad que tiene el capitalismo de desarrollarse ilimitadamente.(COLLETTI,1985, p. 240)

Destaque-se que, para Grossmann, A teoria de Tugan sobre um desenvolvimento “harmônico” e não crítico do capitalismo e os teóricos que vão afirmar a teoria do colapso como um desenvolvimento crítico do capitalismo será a mola mestra do debate sobre as crises e o colapso imanente do capital.

Para Grossmann (1979) e Colletti (1975), Rudolf Hilferding discute a questão da crise⁵ na mesma linha de Tugán-Baranovsky, considerando o equilíbrio entre os departamentos I e II da economia e afirmando a questão da acumulação ilimitada do capitalismo. Rosdosky (2001), afirma que Tugan pretendia com sua análise fazer uma refutação direta da teoria do colapso em Marx”. A origem das crises estaria, desse modo, colocada pela desproporção que seria gerada na concorrência e na anarquia do mercado. Essas tendências seriam amenizadas por meio do processo de limitação da concorrência, em função da tendência à cartelização das indústrias. Esse processo geral de cartelização da economia capitalista, ou o que ele denomina de capitalismo organizado, levaria à regulação consciente da produção em todas as esferas, criando uma crescente planificação da produção e gerando o fim da anarquia na produção, o que levaria ao fim das crises. Hilferding (apud Grossman 1979), ao analisar o desenvolvimento do capital financeiro, através do processo de cartelização, aposta na sua função socializadora e centralizadora como forma indolor de se chegar ao

⁵ Principalmente a partir da obra HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo. Nova Cultural, 1985.

socialismo. A partir dessa planificação geral da economia, promovida por tal processo de centralização, as crises dariam lugar a uma economia regulada e o processo de transição do capitalismo para o socialismo teria a possibilidade de se realizar de forma pacífica, bastando que o proletariado tomasse o Estado.

Grossmann (1979) afirma que para Hilferding:

(...) La organizacion del credito própria del capitalismo no conduce al derrumbe del sistema, mas bien es una herramienta para transferir el mecanismo productivo terminado de manos del capitalistas para las manos de la clase obrera.(GROSSMANN, 1979, p. 41)

Hilferding afirma então que as crises ocorreriam somente em um modo de produção não regulado e, portanto, o colapso seria político e social e não, econômico. Para o autor, a queda do capitalismo não se daria pelas leis internas do sistema, mas seria consequência da ação consciente da classe operária que, com a tomada do Estado, controlaria a economia dominada pelos monopólios capitalistas. Kurz (2015) pondera que tal tese de Hilferding foi umas das principais teorias que subsidiaram, dentro do marxismo do movimento operário, a potencialização da “ilusão da política” como forma de superação do capitalismo, principalmente com o caminho da conquista do Estado pelo proletariado.

Para Colletti (1985), as discussões sobre a crise na obra de Rosa Luxemburg são colocadas a partir da obra *A acumulação do capital*, na qual a autora desenvolve uma teoria em que concebe, num contraponto às teorias revisionistas e neo-harmonicistas, a discussão de um limite objetivo do desenvolvimento do capitalismo.

A autora critica o que ela denomina de uma visão da reprodução capitalista sem levar em conta o papel determinante dos mercados externos. Para a autora:

Se, em cada país, o capitalismo constitui, já no início de seu desenvolvimento, aquele “circulo fechado”, onde dá voltas feito gato atrás do próprio rabo, “bastando-se a si mesmo” e criando para si um mercado ilimitado, tolhendo ainda a própria expansão, então cada país capitalista se apresenta como um todo economicamente fechado, como “um todo que se basta a si mesmo”. (LUXEMBURG, 1985, p.207)

O debate dessa autora com os teóricos que afirmavam que haveria uma duração ilimitada do capitalismo a levou a afirmar que tais concepções tirariam as bases da sua necessidade histórica do socialismo como a superação do capitalismo e deixariam a luta apenas voltada contra as injustiças sociais e fundamentada na vontade do proletariado, como uma necessidade moral. Segundo Luxemburg:

Se a exemplo dos “especialistas” admitimos que existe uma acumulação capitalista sem limites de ordem econômica, o socialismo perde o fundamento objetivo, sólido, de sua necessidade histórica. Fugimos dessa maneira, para o nebuloso reino dos sistemas e das escolas pré-marxistas que procuraram deduzir o socialismo a partir da injustiça e da maldade do mundo hodierno, ou simplesmente da opção revolucionária havida por parte das classes trabalhadoras (LUXEMBURG, 1985, p.347)

Luxemburg desenvolve sua teoria afirmando que não poderia haver a acumulação do capitalismo somente com base no consumo dos capitalistas e proletários, sendo que, para que o capitalismo subsistisse, a sua reprodução teria que ser realizada a partir das trocas e da realização da mais-valia sempre crescente com sociedades não-capitalistas, que a autora denomina como as “terceiras pessoas”.

Na concepção de Luxemburg para a acumulação continuar, seria necessário avançar com imperiosidade para as áreas não-capitalistas, o que explica as raízes do imperialismo, como tendência à expansão e colonização – e como ponto fulcral da acumulação capitalista e do colapso. Para a autora, o colapso do sistema se daria alicerçado na expansão geral do capitalismo para todo planeta, gerando, de tal maneira, a impossibilidade de acumular. Nesse sentido, Luxemburg argumenta que na fase imperialista seriam criadas as condições para a fase final do capitalismo. A autora, ainda que reconheça essa tendência ao colapso do capitalismo, não negará a necessária ação direta do proletariado como forma de imprimir tal colapso, afirmando, assim, que, apesar das tendências objetivas da crise imanente, seria a ação revolucionária uma necessidade histórica de superação do sistema capitalista.

A crítica às teses da obra de Luxemburg será realizada principalmente por Otto Bauer, que escreveu um artigo⁶ – cujas posições inspiraram todos aqueles que combateram as concepções da autora (dentre eles, Lênin e Kautsky) –, no qual afirmou que a teoria de Luxemburg resultava em uma contradição com a essência do sistema marxiano. Bauer procurou demonstrar, através da criação de uma versão própria dos esquemas de reprodução de Marx, a capacidade de acumulação do capitalismo sem se recorrer a mercados externos, afirmando a possibilidade de desenvolvimento equilibrado do capitalismo, na qual os fatores perturbadores vinham somente do exterior. Bauer admitirá a possibilidade do desenvolvimento ilimitado do capitalismo e, nesse sentido, criticará as posições defendidas por Luxemburg relativas ao colapso e o que aquele autor define como “impossibilidade mecânica” frente à rebelião dos trabalhadores, que impulsionaria as massas para a queda do capitalismo. Para Otto Bauer:

(...) El capitalismo no fracasará a causa de la imposibilidad mecánica de realizar el plusvalor. Sucumbirá, en cambio, a la rebelión hacia la cual impulsa a las masa del pueblo. El capitalismo se derrumbará no sólo cuando el último campesino y el último pequeño burgués de toda la tierra se hayan convertido em trabajadores asalariados, y ya no queden mercados adicionales abiertos al capitalismo, sino que lo abatirá mucho antes la creciente sublevación de la clase obrera unida y organizada, constantemente creciente e instruída por el próprio mecanismo del proceso de producción capitalista. (*apud* TULA, 1999)

Lênin entrará nessa polêmica refutando as teses de Luxemburg e apoiando as teses de Otto Bauer. Lênin reafirmava a análise de Marx do processo de reprodução social, presentes no tomo II da obra *O capital*, de que, se conservada as proporções na troca entre as indústrias de bens de produção e de bens de consumo, seria possível que a sociedade renovasse o capital constante e variável, além de incrementá-los com capitalização de uma parte da mais-valia. Tula (1999) afirmará que haveria uma coincidência, de modo geral, entre a crítica de Lênin⁷ a Luxemburg e as teses desenvolvidas pelos teóricos harmonicistas, ao mesmo tempo em que criticará Lênin

⁶ O artigo é intitulado “A Acumulação do capital” e foi publicado na revista *Die Neue Zeit* (1912-1913).

⁷ A partir das obras *Para a caracterização do romantismo econômico* e *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*.

por admitir as análises da teoria marxiana da realização do capital no tomo II sem reconhecer suas complementações manifestadas no tomo III de *O Capital* que colocaria em evidência a análise da acumulação a questão das crises e do colapso. De forma geral, Coletti (1985) afirma que Lênin, assim como os marxistas russos, teve uma grande influência das teorias de Tugan-Baranovsky sobre a interpretação das crises como manifestações da desproporção gerada pela anarquia do mercado e sobre a possibilidade de expansão ilimitada do capitalismo. É, porém, segundo Colletti (1985) na obra *O imperialismo, fase superior do capitalismo*⁸ que Lênin procura tentar explicar as características no período, localizado no período da primeira guerra mundial em que se conformava o novo estágio do capitalismo: o imperialismo. As análises de Lênin afirmam que este novo estágio do desenvolvimento capitalismo modificará alguns elementos característicos tanto econômicos, como políticos da fase anterior do desenvolvimento do capitalismo concorrencial e assim estariam contraditórios com as previsões de Marx. Lênin afirmará que esta fase do capitalismo não poderia ser prevista por Marx em meados do século XIX, mas que ao mesmo tempo estas novas características corroborariam as análises de Marx ao invés de anulá-las. Para Colletti (1985)

Lenin se preocupa por recalcar que en lo que piensa en el “desarrollo” y la continuación directa de las características fundamentales del capitalismo em general, y no en el nacimiento de um régimen económico-social totalmente nuevo. Con otras palabras, para Lenin el imperialismo solo es el mismo capitalismo llegado a su fase culminante y extrema que también es la fase de la decadência y la de la crisis general.

Kautsky, em 1901, inicia, por sua vez, uma extensa refutação às teorias das crises de Tugan-Baranovsky⁹, sendo que as suas objeções eram dirigidas para as possibilidades das inevitabilidades maiores ou não das crises do capitalismo. Para Kautsky, Tugan-Baranovsky colocava o acento das crises na anarquia da produção e sua resolução na planificação e não acentuava o papel do potencial de crises inerente ao próprio modelo de acumulação capitalista. O subconsumo, para Kautsky, seria o fundamento último das crises, mas não sua causa direta, já que, para ele, as crises

⁸ LENIN, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008.

⁹ Karl Kautsky, “Teorias de las crisis”. In: Lucio Colletti (org.), **El Marxismo y el “Derrumbe” del Capitalismo**. Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1978.

seriam inerentes ao próprio modo de produção e seriam incrementadas com o aumento da acumulação, apontando a perspectiva do colapso do sistema capitalista a partir de seu próprio desenvolvimento. No entanto, Kautsky revê sua própria teoria 25 anos depois e apaga tudo o que escreveu, aceitando tudo o que Tugan-Baranovsky tinha teorizado. Assim, assume que crises seriam perturbações provisórias, resultado da desproporcionalidade dos dois departamentos, e escreve que sua teoria anterior estaria embasada sobre um momento de crise crônica do capitalismo, mas que esse superou várias crises em três décadas e parecia ainda mais vigoroso. Nessa concepção,, Kautsky afirma que o colapso do capitalismo não era inevitável e que era, portanto, necessário fortalecer o proletariado para implementar o socialismo, mesmo com a melhoria das condições de vida do operariado. O autor também criticará as teorias que colocam a tendência inerente do empobrecimento e marginalização do proletariado, sendo que as melhorias nas condições de vida da classe operária eram positivas por criarem condições de maturidade, preparação e organização de tal classe para a superação do capitalismo por meio da tomada do poder. Para Tula (1999), Kautsky supõe que a produção capitalista poderia continuar indefinidamente e renuncia, desse modo, a teoria do colapso, afirmando que, não havendo o inevitável colapso do capitalismo, a construção do socialismo só poderia se dar por razões extras econômicas, ou seja, razões éticas, políticas ou psicológicas. Grossmann (1979) coloca que:

(...) Kautsky transfere el problema de la economía a la política, del área de la regularidad económica al campo del derecho. Pues si la expansión ilimitada de la fuerzas productivas es posible en el capitalismo, entonces la cuestión de la producción debe considerarse resuelta en lo esencial. (...) Lo que aún requiere una solución es el problema de la distribución. De este modo el problema de la distribución se convierte em decisivo, y el socialismo retorna en el tiempo tres cuartos de siglo atrás, volviendo a su punto de partida histórico, a Proudhon y sus esfuerzos por una repartición justa. (GROSSMANN, 1979, p. 52)

Para o autor, Kautsky, ao negar a tendência ao colapso e afirmar a expansão ilimitada das forças produtivas, também afirma que há uma melhoria das condições do operariado através de sua inclusão nos frutos desse desenvolvimento. No entanto, esse crescimento também geraria condições de uma maior consciência do proletariado, ao

mesmo tempo em que os antagonismos do capitalismo iriam se agudizar crescentemente, o que levaria o proletariado a derrubar o capitalismo.

Segundo Tula (1999), somente em 1924, Nikolai Bukharin entra no debate sobre as crises e o colapso final do capitalismo a partir da obra *El imperialismo e la acumulaci3n del capital*¹⁰. Essa obra se insere no movimento de combate às teses “luxemburguianas”, que, para Bukharin, apoiado nas teses leninistas, eram desvios de direita no interior do marxismo.

Para Colletti (1985):

(...) Si La acumulaci3n del capital haba sido recebida com franca hostilidade por los te3ricos de la socialdemocracia, no tanto porque se hubiera atrevido a criticar a Marx, o por su concepci3n particular de imperialismo como produto de las dificultades de realizaci3n del plus valr propias del sistema capitalista, sino porque planteaba el fin inevitable de 3ste y la necesidad de agudizar la lucha de clases para que dicho fin desenbocara prontamente no n la barb3rie de la guerra y la destrucci3n de la civilizaci3n, sino em triunfo del socialismo. (COLLETTI, 1985, p.413)

Colletti afirma que, no per3odo de escrita da obra de Bukharin, este autor era considerado a principal referencia te3rica e ideol3gica do leninismo ortodoxo e suas posi33es tiveram grande import3ncia no movimento comunista internacional, principalmente a partir da hegemonia pol3tica e bolcheviza33o do comunismo internacional. Colletti (1985) salienta que a teoria de Bukharin 3 uma mistura de uma teoria econ3mica sobre o capitalismo com posi33es do debate pol3tico internacional e de forma geral se apoiava na vis3o mais geral dos neo-harmonicistas a partir de uma vers3o modificada da teoria de Tugan Baranovski. As teses de Bukharin que discutem a perspectiva de dissolu33o do capitalismo partem do princ3pio que esta dissolu33o n3o se realizariam por causas internas do mecanismo capitalista ou no interior de uma lei de natureza econ3mica, mas consequ3ncia de for3as externas, no caso a guerra, que, atuando do exterior da economia, levaria 3 destrui33o do aparato produtivo e 3 dissolu33o do sistema. Destaque-se que, por seu peso te3rico, as suas posi33es foram

¹⁰ Bujarin, Nicolai. El imperialismo e la acumulacion del capital . In Cuadernos de Pasado y Presente n3o 51

hegemônicas nas perspectivas da prática revolucionária a partir da III Internacional. Colleti (1985) afirma que:

La teoría de la crisis de Bujarin, em consecuencia, no es em última instancia otra cosa que una versión modificada de la concepción tujanbaravnoskiana, lo cual parece de manera muy evidente en el modelo que construye Bujarin de un capitalismo de estado donde aun manteniéndose la ley del valor es capaz de crecer ilimitadamente en la medida en que se respeten las proporciones correctas entre producción y consumo.

(...) Según Bujarin el derrumbe del capitalismo deriva de la disolución de la base econômica, pero este processo no es finalmente el resultado de los propios fundamentos económicos del sistema ni del funcionamiento en el interior de este de una ley de naturaleza econômica, propia del capitalismo mismo, sino que producto de La guerra, es decir de una fuerza externa a a economia. (COLLETTI,1985, pp. 416-417)

Kurz (2014) procura, a partir da citação de Bhukharin, destacar como o marxismo do movimento operário centrava sua análise do colapso do sistema capitalista a partir da ação ou da missão histórica do proletariado. Para ele:

(...) Hoje já estamos em posição de não mais nos permitirmos ajuizar sobre o processo do colapso capitalista apenas com base em construções abstractas e perspectivas teóricas. O colapso do capitalismo já começou. A Revolução de Outubro é a expressão mais viva e convincente disso mesmo. A revolucionarização do proletariado teve, sem dúvida, que ver com a ruína econômica, esta com a guerra, a guerra com a luta por mercados para o escoamento da produção, mercados de matérias primas, esferas de investimento de capitais, em resumo, com a política imperialista no seu todo. (*apud* KURZ, 2015, p.17)

A partir dessas questões gerais e como forma de síntese, podemos observar que a questão da crise e do colapso é, a nosso ver, discutida no interior do marxismo, alicerçada na análise desses teóricos, militantes e outros sujeitos do *establishment* marxista oficial, os quais, apesar de discutirem outros aspectos, acabam por priorizar a análise da crise como externa ao processo de valorização do valor ou, de forma geral, priorizando a práxis revolucionária baseada na crescente consciência de classe do proletariado.

Para Colletti (1985), o debate inicial é se haveria ou não uma teoria do colapso na obra principal de Marx já que na sua obra a questão da crise é tratada de modo ambíguo. Coletti afirma, assim que, enquanto Bernstein e Luxemburg afirmavam a existência, outros autores como Kaustky, Lenin, Hilferding e Bukharin sustentavam que não havia uma teoria acabada do colapso em *O Capital*. Os autores, na sua maioria, apostam que os processos contraditórios do capitalismo não são imanentes ao modo de produção, mas que acirram as contradições para a ação do sujeito revolucionário a partir da luta de classes. Assim, essas concepções colocavam a centralidade da ação política como forma de superação do capitalismo, já que não encontravam elementos das contradições internas para o limite interno do capitalismo. Grossmann (1979) afirma que outras posições, como a de Bukharin definiam o colapso a partir de influências políticas extra-econômicas sem reconhecer um limite interno baseadas na teoria do valor em Marx, principalmente a partir das teses esboçadas no livro III da queda tendencial da taxa de lucro. Nessas posições, o colapso viria a partir de uma agudização das contradições do capitalismo representada por um aumento da exploração e da miséria social, na qual estaria a chave para uma luta “reativa” por parte do proletariado, com o intuito de criar outra forma de produção planejada e não ligada à anarquia da produção. Nesse sentido, o colapso seria uma forma secundária, na qual seriam criadas as condições objetivas e subjetivas para o desenvolvimento da luta de classes ou, como estariam expressas por Marx na citação inicial do *Capital*, de “minorar as dores do parto”.

Colletti (1985) afirma que, a partir da visão do capital monopolista e da hegemonia do papel da ação revolucionária principalmente desde a vitória dos bolcheviques, a discussão do colapso por razões econômicas se torna cada vez mais minoritária dentro do debate marxista. Mesmo a obra de Luxemburg, que foi escrita como defesa da ação revolucionária é taxada pelos bolcheviques como em conformidade com uma política de “inação”, não deixando qualquer dúvida sobre o papel da prática e da ação como tema central da derrubada do capitalismo na sua marcha histórica. Assim, para Kurz (2014), na visão do marxismo operário:

A crise provém da esfera política, de onde também provém a

emancipação ou a revolução, ao passo que a chamada economia, que na realidade constitui a lógica básica da valorização do valor, abrangente de todas as esferas oficiais, se reduz a um ameno ruído de fundo, e na verdade bastante irrelevante para o curso dos acontecimentos. O conceito do colapso é neste contexto uma embalagem enganadora. (KURZ, 2015, sem paginação.)

Assim, esses debates procuraram contrapor as perspectivas entre a crise como externalidade e a crise como sentido da acumulação ou, como Marx disse, uma contradição em processo. As diferentes variações a respeito da crise ficaram no debate sobre a questão da desproporcionalidade dos departamentos I e II, nas crises de subconsumo provenientes da falta de capacidade de consumo dos trabalhadores pelo aumento da exploração. Kurz (2014) afirma que essa versão da crise, baseada no subconsumo dos trabalhadores, será a versão central do marxismo operário, que afirmará a questão da crise, não como fruto das relações econômicas, mas como consequência das relações de dominação e de distribuição injusta.

A crise consistiria unicamente no facto de os trabalhadores assalariados não receberem, no final de contas, dinheiro (salário) suficiente para poderem comprar a massa das mercadorias produzidas. O problema seria, assim, a falta de poder de compra, embora existisse suficiente substância de valor, por assim dizer, na figura dos corpos das mercadorias. Esta é a versão perdilecta do marxismo do movimento operário, porque aqui o conceito de crise pode ser directamente associado à ideologia da “justiça” no terreno do valor, ou seja, do fetiche do capital. A crise nem sequer se explica em termos estritamente económicos e objectivos, mas apenas com base na dominação de classe (entendida de forma subjectiva) da burguesia, ou seja, em última análise, com base nas relações de poder de carácter político e jurídico (propriedade privada) e nas relações de distribuição daí decorrentes (distribuição). (KURZ, 2014, p.222.)

Segundo Altvater (1987) as principais controvérsias sobre a crise foram atreladas á questão do subconsumo como um fator de aguçamento das crises:

(...) Limites à rentabilidade do capital, dimensões restritas do consumo, superprodução de capital e mercadorias: eis as proposições principais em torno de que se acenderam, após Marx, as controvérsias teóricas sobre a crise. Num caso, proclama-se momento desencadeador da crise – entendida como aguçamento das contradições – a superprodução de mercadorias com relação ao poder de compra das massas

trabalhadoras; no outro, reconhece-se como base da crise a queda tendencial da taxa de lucro, devida às condições de produção, particularmente ao incremento da composição orgânica do capital. Esta controvérsia estrutura a discussão marxista em torno de crise econômica. (ALTVATER, 1987, p. 87)

Grossmann retoma esses teóricos para pensar a reprodução do capital e elabora sua própria visão da crise em 1929. Para ele, Marx não expôs a lei do colapso de um modo orgânico com o resto de seu texto, mas pôs em relevo todos os elementos; assim, para o autor, a lei do colapso pode ser desenvolvida como consequência lógica do processo de acumulação, fundado na teoria do valor, e aponta para o inevitável colapso do capitalismo a partir da super-acumulação do capital e conseqüentemente da sua insuficiente valorização. Grossmann explica o colapso do capitalismo com base em fenômenos da própria produção capitalista e – diferentemente dos teóricos acima citados, que afirmavam a desproporcionalidade entre as diferentes esferas da produção – desenvolve o argumento de que a tendência do capitalismo ao colapso se mantém mesmo existindo a proporcionalidade entre esses setores I e II dos esquemas de reprodução. Para ele, o problema da teoria do colapso estaria em demonstrar as causas econômicas pelas quais se produzirão colapso, sendo esse um pressuposto necessário para a compreensão das crises. Desse modo, a questão do colapso, assentado na lei do valor, dominaria a totalidade do processo econômico e conteria todo o mistério do desenvolvimento do capitalismo e do seu inevitável fim.

Para Grossmann, a lei da queda tendencial da taxa de lucro teria um significado geral de princípio, como a lei que fundamentaria e que dominaria todo o edifício teórico de Marx e também como a lei de essência do sistema capitalista. O autor, assim, salienta que sua teoria da acumulação não conduziria somente a uma teoria do colapso, mas simultaneamente a uma teoria das crises, procurando demonstrar que, na sua perspectiva da lei do colapso, o modo de reprodução capitalista se moveria necessariamente em movimentos cíclicos ascendentes e descendentes que se repetiriam periodicamente e que conduziriam finalmente ao colapso.

Para ele, o processo de produção capitalista seria assim um duplo: ao mesmo tempo, um processo de trabalho para a produção de mercadorias e um processo de

valorização que persegue a obtenção da mais-valia, sendo que o fator essencial seria apenas o último, já que a produção de bens seria “um mal necessário” para a valorização do valor. Nesse sentido, para Grossmann o objeto de Marx não seria uma teoria da crise, mas uma teoria da reprodução capitalista em seu conjunto. Vale destacar ainda que para o autor a partir da sua leitura da teoria de Marx, as crises seriam um processo, ainda que violento de saneamento do sistema, uma crise de purificação, mas que, chegando a um momento em que o capital acumulado é demasiadamente grande, a massa de mais-valia começaria a cair, a valorização diminuiria e a tendência ao colapso se estabeleceria. Para Grossmann (1979):

(...) Pero a pesar de todas as las interrupciones periódicas y atenuaciones de la tendencia al derrumbe, com el progreso de la acumulación capitalista, el mecanismo global marcha necesariamente hacia su fin, pues com el crecimiento absoluto de la acumulación de capital, cada vez se torna gradualmente más difícil la valorización del capital generado. Si estas tendencias contrarias llegaran a debilitarse o a paralizarse (...) entonces la tendencia al derrumbe adquiere predominio y se impone en su validez absoluta como “última crisis”. (GROSSMANN, 1979, p. 95)

Assim, para o autor, apesar de todas as interrupções periódicas e atenuações das tendências ao colapso, com o progresso da acumulação, o mecanismo global caminharia necessariamente para uma crise final, já que o crescimento absoluto da acumulação se tornaria cada vez mais difícil devido às dificuldades de valorização do capital gerado. São importantes, para o desenvolvimento da nossa reflexão, as questões colocadas por ele sobre as diferenças de perspectiva e a conjuntura do aparecimento do livro I e do livro III de *O Capital*. Grossmann (1979) afirma que o livro de Marx alcançou grande popularidade no movimento operário e na intelectualidade, no momento de sua publicação, mas principalmente a partir do acento nas questões que descrevem o processo imediato de produção dentro da fábrica, através da exposição do processo de exploração do trabalho. Destaque-se em especial o capítulo XXIII, “A lei geral da acumulação capitalista”. Para Grossmann, assim, o Livro I acabou por ser considerado a “bíblia” para o movimento revolucionário e para o marxismo denominado movimento operário, ao discutir o processo de produção do valor e da mais-valia,

acentuando a situação da classe operária e sua exploração pelo capital e as lutas de classes cotidianas que se desenvolviam diante de todos. No entanto, para o autor, o surgimento do livro III, a análise sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro e a perspectiva da crise imanente dão-se num momento de pujança da acumulação do capital (1890 a 1913), o que fez com que se acreditasse que aquela teoria se encontrava em contraponto à realidade da dinâmica capitalista, gerando uma perda de interesse no aprofundamento da teoria do valor como pressuposto crítico do capital. Essa questão que o autor nos coloca é central para discutir a obra de Marx sobre a formação capitalista para além do seu tempo e não como parte do movimento operário o enxergou como um manual da ação prática.

Grossmann ressalta ainda que, nesse período, o capitalismo ainda não tinha alcançado maturidade suficiente para que se afirmassem as questões do colapso e, por isso, o problema da realização do socialismo, a partir da lógica da exploração, tornou-se a questão imediata para o marxismo. A questão da práxis, aliada à situação de exploração do operariado, e o desenvolvimento das teorias que afirmavam a agudização da miséria do operariado se tornaram o fio condutor para o desenvolvimento da teoria marxista.

Para Taveira (2014), após a grande depressão não houve uma reafirmação da teoria do colapso por conta da sua negação principalmente na social democracia alemã e nos círculos russos com a afirmação do Stalinismo: Para o autor:

A social-democracia alemã havia abandonado qualquer teoria do colapso e a nova teoria hegemônica da crise mesclava subconsumo e desproporção. No lado russo, onde a teoria do colapso fora rejeitada desde o princípio, a ascensão do stalinismo elevou o subconsumismo de Varga a doutrina oficial. Em ambos os casos, contudo, a idéia do colapso por causas econômicas encontrava-se ausente e as variáveis políticas ganhavam proeminência. (TAVEIRA, 2014:83)

Vamos desenvolver, considerando esses pressupostos, uma reflexão sobre como a leitura do marxismo operário, a partir do abandono da teoria do colapso baseada na teoria do valor, afirmou a sua leitura da superação do capitalismo a partir,

denominadas por como o “primado da política” e da ação prática em relação à questão da crise imanente do capitalismo Kurz (2014) ainda como essa leitura será hegemonizada dentro do pensamento marxista no interior do debate sobre as crises e o colapso. Assim, Para Kurz (2016):

As anteriores “teorias do colapso” minoritárias de Rosa Luxemburgo e Henryk Grossman argumentavam com a falta de “realização” da mais-valia (Luxemburgo), ou com uma “sobreacumulação” de capital (Grossmann), que não poderia ser reinvestido suficientemente. Paul Mattick cedo se distanciou da teoria do limite interno objectivo do capital; tal como os leninistas, ele identificou o “colapso” com a acção política do proletariado. Em Marx, existem dois níveis diferentes da teoria da crise, que não estão teoricamente unificados. O primeiro nível refere-se às contradições da circulação do capital: à disparidade entre compras e vendas, bem como à desproporcionalidade com esta relacionada entre os ramos da produção. O segundo nível, nos *Grundrisse* e no terceiro volume de *O Capital*, refere-se muito mais fundamentalmente à relação entre a produtividade e as condições da valorização, ou seja, à falta de produção da própria mais-valia, ao tornar-se supérflua demasiada força de trabalho. Apenas as contradições da circulação desempenharam um papel nas teorias da crise marxistas; a questão da falta de substância real de trabalho não foi objecto de qualquer debate. (KURZ, 2016, sem paginação)

Aqui o autor faz um resumo da questão geral das perspectivas do limite interno do capitalismo e da questão da ação prática do proletariado, pontos que perpassam toda a nossa pesquisa. De uma maneira ampla, também abordou o debate entre aqueles principais teóricos do marxismo que discutiram as tendências do capitalismo contrapondo uma visão dentro do campo denominado harmonicista e neo-harmonicista e aqueles como Grossmann e Luxemburg, os quais pressupunham a acumulação capitalista como uma contradição em processo. É importante destacar como a questão da ação prática revolucionária foi hegemônica a ponto de se colocar como o único caminho dentro do materialismo dialético. Mesmo aqueles que defendiam a perspectiva do colapso a colocavam sempre como uma questão atrelada diretamente à questão da subjetividade em contraponto à objetividade do processo de reprodução crítica.

Destaque-se que o próprio Grossmann (1979), no que se refere à ação prática e à teoria do colapso, não se desvencilha da questão da luta de classes e da perspectiva

da práxis revolucionária. O autor afirma que não haveria de se esperar as condições objetivas para só depois deixar agir as condições subjetivas. Nesse sentido, afirma que a sua teoria do colapso poderia gerar condições para o surgimento da situação revolucionária e da ação ativa do proletariado; apostando na luta de classes e no sujeito revolucionário, apesar da tendência imanente ao colapso. Assim, nessa perspectiva, a luta de classes não seria apenas uma vontade do sujeito nem uma tarefa histórica do proletariado, mas uma resultante direta da tendência ao colapso imanente. As acusações feitas a Grossmann, por colocar no centro a teoria do valor e não afirmar a questão da prática revolucionária, apontavam que sua concepção era mecanicista e parecem sobreviver e se repetir no presente. Assim as reflexões sobre a dinâmica do capitalismo sem o foco na luta de classes são recebidas de formas negativa ou como catastrofistas ou como um reducionismo da obra de Marx. Por exemplo a resenha do Livro *o Colapso da Modernização de Robert Kurz* feita por Francisco de Oliveira:

Na verdade, seu catastrofismo pertence à família das interpretações mais vulgares do marxismo, apesar de sua pretensão. Pois não haveria nem necessidade teórica nem prática do fim da sociedade do trabalho se as classes sociais fossem apenas recursos analíticos no marxismo. Isto é, se a luta de classes não fosse "o motor da história". O que muitos tomam apenas como retórica. O que muitos tomam apenas como retórica de Marx, em lugar de ver ali o próprio eixo do marxismo, o núcleo do que se poderia, precariamente, chamar de método de Marx¹¹

A questão do papel do sujeito revolucionário dentro da obra marxiana é, a nosso ver, uma das grandes diferenças para o estabelecimento de um diálogo entre o que aqui se tem denominado como nova teoria do valor e o que se denominou como marxismo do movimento operário. Assim, a questão da centralidade do sujeito político como forma de superação do capitalismo em contraponto à abordagem do sujeito automático e um certo vazio numa perspectiva do horizonte da prática é, para nós, uma das grandes barreiras que impedem uma avaliação crítica dessa nova leitura. A todo momento as clássicas perguntas “o que fazer?” e “onde está a prática?” são colocadas como forma impedir um diálogo mais frutífero sobre as reflexões sobre a crise imanente

¹¹ OLIVEIRA, Francisco. De novo, o apocalipse. ou da inutilidade de(o) ser humano. In *Novos Estudos*, Julho/1993, n.o 36

do capital. Assim este debate nos parece como fruto de uma separação entre a teoria e a prática empobrecendo ambas e como se esta não fosse uma unidade contraditória

Para nós, o limite da ação desses sujeitos, está na positividade da lógica de valorização do valor, na perspectiva reativa contra a exploração e na percepção das crises como cíclicas já que a lógica interna e imanente da crise como objetivação cega não foi reconhecida como perspectiva pelo marxismo como forma de negação da sociedade baseada no valor.

Há que se destacar que nosso debate reconhece nestes autores o valor de suas contribuições teóricas e prática para a superação da forma social capitalista que se conformou como um arsenal teórico e do marxismo. A perspectiva da crítica do valor, da qual nós fomos buscar e Grossman e nos autores da crítica do valor procura atualizar este sentido de uma crítica negativa e radical ao modo de produção baseado no valor e no trabalho. Assim, como discutiremos no capítulo 2, entendemos como Kurz (2008) que esta crítica superadora tem que ir além de si mesma e superar a sua forma tradicional.

1.2 – Elementos da crise e o debate sobre a terceira pessoas na obra de Luxemburg.

A análise da obra de Luxemburg (1985) merece uma atenção especial em nossa discussão sobre a crise e o colapso dentro do debate marxista, já que, dentre as visões já discutidas por Grossmann (1979), a autora é uma das que mantém desdobramentos atuais sobre a crise e o colapso no interior da perspectiva da Geografia de orientação marxista. A obra da autora, como nos diz Santos (2010), é importante para compreender a retomada dos debates sobre o imperialismo acompanhada do desenvolvimento da importância do espaço e de uma leitura geográfica da reprodução do capitalismo atual. Assim, procuramos identificar na obra de Rosa Luxemburg a sua perspectiva sobre a crise imanente do capital ligada à questão da realização da mais-valia e a partir do que ela denomina de terceira pessoas, definidas como formações não capitalistas ou coloniais ou, ainda, de modo geral, formações sociais não inseridas formalmente no mercado capitalista. Essas colocações serão debatidas com as leituras que procuram inserir as periferias urbanas como territórios não-capitalistas ou territórios reservas, como o “outro” ou o “externo” da acumulação. Anselmo Alfredo coloca que a teoria de Rosa Luxemburg sobre a questão da realização da mais-valia em áreas não capitalistas se assemelharia a uma grande frente pioneira com seu propósito de criação de um grande mercado mundial.¹²

Ao mesmo tempo, é importante debater o acento que a autora coloca na luta de classes e no processo de pauperização dos trabalhadores como inerência da reprodução capitalista, o que reforçaria a ação do sujeito revolucionário a partir dessa situação de miséria crescente. Tal discussão nos parece ser uma visão recorrente na produção teórica sobre as periferias urbanas e na discussão da luta de classes como processo ético e inexorável de suplantação do capitalismo, assim como já foi discutido no debate sobre a crise com os principais teóricos do marxismo e, por isso, será alvo do aprofundamento das reflexões.

¹² Anotações das leituras do Grupo de estudos de *O Capital* coordenado pelo Prof Anselmo Alfredo no LABUR-Departamento de Geografia FFLCH – USP

A autora acentuará o mecanismo de exploração dos trabalhadores como forma de acumulação, apostando que o consumo e a realização da mais-valia estariam centrados no consumo de luxo dos capitalistas, procurando demonstrar que o processo de realização da mais-valia sobrando não poderia ser realizado pelos trabalhadores. Para ela, o proletariado não possuiria outros meios de compra que não fossem os salários, que, como é repetido pelas formulações marxistas, serviria apenas para a realização de suas necessidades vitais, apenas para sua subsistência e reprodução vital. Destaque-se que problematizaremos essa visão, a qual, na maioria das vezes, impede uma leitura dos trabalhadores como sujeitos monetarizados (Kurz, 1993) e como consumidores de bens, mas também de crédito, a partir de mecanismos de inserção das formas creditícias. Essa questão nos é cara por sua atualidade nos escritos correntes acerca da análise das massas empobrecidas, do proletariado, ou do realce da situação dos moradores das periferias.

Nas palavras de Luxemburg (1985):

(...) os trabalhadores não possuem outros meios de compra além daqueles que os empresários lhes concedem sob a forma de salário. E é de conformidade e na medida estrita da dimensão desse salário que eles retiram sua cota desse produto social total que o empregador lhes destina. Acima desse limite não existe condição alguma de adquirirem sequer um centavo a mais de produtos de fabricação capitalista, por mais que ainda estejam afetados por necessidades vitais a satisfazer. A classe capitalista empenha-se ao máximo e tem o maior interesse em reduzir, o mais que pode, a cota do produto social total que o trabalhador consome, e de limitar a um mínimo os respectivos meios de compra, não fazendo concessão alguma. Fato é que, do ponto de vista coletivo da classe capitalista, é muito importante não ver no trabalhador um comprador de mercadorias ou um freguês como qualquer outro (...) mas considerá-lo como simples força de trabalho. (LUXEMBURG, 1985, p. 332)

Entendemos que essas ponderações são responsáveis por uma gama de derivações da teoria da exploração, que envolve a questão da luta de classes sobre o crescimento constante da miséria dos trabalhadores a partir do contínuo rebaixamento dos salários e afirmando a necessidade da luta de classes como justiça social ou como

uma luta reativa de sobrevivência dos trabalhadores. A discussão da miséria dos trabalhadores, aliada à tese da autora de que não seriam os capitalistas a realizar a mais-valia sobrando do fundo da acumulação, desemboca no que Luxemburg (1985) denomina de “terceiras pessoas que serão representadas por camponeses e outras relações não-capitalistas, bem como pelo comércio exterior com sociedades não-capitalistas, como a única forma de promover a acumulação. Ela descarta o papel das classes intermediárias (classes médias, funcionários públicos e outros) em relação ao consumo dessa mais-valia sobrando, já que essas não passariam economicamente de “penduricalhos” da classe capitalista.

Luxemburg (1985) afirma, então, que o:

capitalismo expande-se cada vez mais graças as suas relações recíprocas com os círculos sociais e com as nações não capitalistas, acumulando seu capital a custas destes ao mesmo tempo que corrói a cada instante a outra entidade a qual se associa, procurará desalojá-la e assumir seu lugar. (...) Acontece, porém, que por meio deste processo o capital prepara sua própria cova. Expandindo-se as expensas das demais formas de produção não capitalistas existentes, chega o momento em que qualquer expansão ou acumulação subsequente do capital torna-se impossível, uma vez que a humanidade toda veio a transformar-se em duas classes únicas – capitalistas e proletários assalariados. Por outro lado, na medida em que se impõe essa tendência, o referido processo também acaba acentuando os contrastes entre as classes e a anarquia econômica e política internacionais de tal maneira que, muito antes mesmo de atingida a consequência última do desenvolvimento econômico – o domínio absoluto e indiviso da produção capitalista neste mundo –, o mesmo processo irá acarretar necessariamente a revolução do proletariado internacional contra a existência do domínio do capital. (LUXEMBURG, 1985, pp. 335-336).

Assim, a perspectiva da autora sobre o colapso e a crise afirma a questão de limite lógico do capital, quando ela afirma que “o capital preparava sua própria cova”, e, por outro lado, na práxis através do acarretamento necessário de uma “revolução do proletariado internacional”, quando a autora discorre sobre o processo de expansão do capital, acentuando o contraste entre as classes sociais. Ao debater com Rosa Luxemburg sobre a acumulação do capital, Grossmann (1979) afirma que a busca de mercados teria a função de realizar mais-valia adicional e sustentar a taxa de lucro

declinante. Para ele:

Rosa Luxemburg no deriva la necesidad del hundimiento capitalista a partir de las leyes inmanentes de la acumulación capitalista, de un determinado nivel alcanzado por las mismas, sino del hecho trascendente que implica la falta de países no capitalistas. Mientras em Marx la problemática del capitalismo se hallaba ligada al proceso de producción, en Rosa Luxemburg los problemas decisivos de la existência del capitalismo son desplazados de la esfera de producción a la circulación. (GROSSMANN, 1979, p. 19)

Entendemos que essas questões colocadas por Luxemburg ajudam a aprofundar o debate que estamos desenvolvendo sobre a perspectiva de crise imanente, a qual está atrelada à universalização da forma mercadoria e à falta de “terceiras pessoas” para realizar a acumulação, e considera a construção da ideia de que o colapso se daria a partir desse processo de universalização das relações capitalistas.

Iremos discutir como as leituras acerca das periferias urbanas se utilizam dessas teses de Luxemburg para pensar a expansão dos mercados nestes espaços como um processo de incorporação de “terceiras pessoas” e como forma de realizar a mais-valia sobranante. A partir de uma leitura do imperialismo, como veremos nos capítulos posteriores e com o debate com Harvey (2013) e Robira (2005)

Luxemburg, no entanto, procura, a nosso ver, ponderar o argumento do limite lógico do colapso do capitalismo, acentuando a questão da luta de classes, já que para ela a questão da buscas de novos mercados para a realizar a acumulação está ligado à imposição do imperialismo como parte integrante da raiz econômica da acumulação capitalista e faz com que surja uma cadeia de catástrofes, o que aumentaria, cada vez mais, a violência e a exploração dos trabalhadores, dos camponeses e das outras formas de produção não-capitalistas. Nesse sentido, haveria um acirramento da luta de classes e a saída desse processo acabaria necessariamente pautada na revolta e na ação do proletariado internacional contra a existência do domínio do capital.

A tendência objetiva do desenvolvimento capitalista com vistas a esse fim é suficiente, por si só, para produzir, na sociedade, uma acentuação antecipada dos contrastes sociais e políticos, bem como agravar a insustentabilidade das condições existentes, de modo a provocar o fim

do sistema reinante. Esses contrastes sociais e econômicos, no entanto, se apresentam, em última análise, como produto da insustentabilidade econômica do sistema capitalista e é precisamente essa a fonte de sua progressiva acentuação, na medida em que a referida insustentabilidade se torna mais tangível. (LUXEMBURG, 1985, pp. 346-347)

Aqui, mais uma vez, a tônica dos discursos se coloca numa perspectiva de que a acentuação dos contrastes sociais e econômicos e a “insustentabilidade econômica” provocariam a organização do movimento operário, com o objetivo de fazer a revolução orientada ao socialismo. Parece haver aqui uma forma dupla na qual se aliam a tendência da crise e a questão da luta operária como luta reativa à piora ou à crescente miserabilidade dos operários através do aumento das situações catastróficas na reprodução capitalista. Por exemplo em Mattick :

El adversário del capital está representado por la clase obrera tanto sea en sus períodos de auge como en los de decadência. Pero solamente en las crisis prolongada assume esta oposición su carácter irreconciable, porque cuestiona la própria existência de las grandes masas obreras. Puesto que la crisis se puede resolver solamente a costa de los obreiros, lo cual se tiene que expresar en parte en la destrucción del capital, cada crisis grande y prolongada abre la posibilidad de luchas de clases agudizadas que pueden conducir a la destrucción del sistema. (MATTICK, 1978; p. 53)

No período atual, autores como Harvey (2013) vão desenvolver leituras baseadas na teoria luxemburguiana, concebendo a expansão do capital para “territórios não capitalistas” como forma de superação da crise capitalista. Harvey elegerá os países não desenvolvidos e/ou os países do terceiro mundo como parte desse processo de expansão e como forma de superação da crise. Luxemburg, como vimos, procurou enfatizar a questão da subjetividade revolucionária partir do desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado, como fator “*ativo no jogo cego das forças em jogo*”. No entanto, a autora afirma a questão da ação em relação ao desenvolvimento inerente da autovalorização:

É função da teoria apontar a tendência do desenvolvimento, o ponto

lógico final para qual este se dirige objetivamente. É tão difícil alcançar este ponto, como jamais chegou o mesmo a atingir as consequências últimas desse desenvolvimento em nenhum período histórico anterior. É mesmo desnecessário alcançar o mencionado ponto na medida em que a consciência social encarnada agora pelo proletariado socialista passa a interferir, como fator ativo, no conjunto cego das forças em jogo. É para esse tipo de consciência que a compreensão correta da teoria de Marx revela ser, inclusive neste caso, a motivação mais gratificante e seu maior estímulo. (LUXEMBURG, 1985, p. 400).

1.3 - A questão da pauperização e do aumento da miséria crescente dos trabalhadores

Entendemos, a partir de Luxemburg (1985), mas também a partir da leitura de Grossmann (1979) e de Marx (1983a), que há que se discutir a questão do crescimento da miséria e da pauperização dos trabalhadores. Nesta tese, procuramos levantar, de forma geral, os apontamentos para tal questão, já que ela é uma das colunas centrais das visões sobre os espaços pauperizados, pensados apenas como espaços da reprodução ou de subsistência em contraponto ao que pretendemos desenvolver como espaços integrados a lógica de reprodução crítica dos processos de valorização do valor. No geral, as primeiras visões admitem que, para Marx, o salário do operário serviria apenas para o absolutamente necessário para sua sobrevivência, para se reproduzir ou, genericamente, para a subsistência do trabalhador. A questão do salário como meio de subsistência está colocada de maneira central no capítulo XXI “O processo de acumulação do capital” de *O Capital*. Marx, ao abordar o processo de reprodução do capital, discute o processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista e a constante reprodução ou perpetuação do trabalhador como condição *sine qua non* da produção capitalista. O autor demonstra que o consumo do trabalhador possui duas espécies: (i) o consumo produtivo, baseado no processo produtivo, quando ele transforma os meios de produção em produtos e (ii) o consumo individual, quando ele compra os meios de subsistência por meio do dinheiro pago pela compra da sua força de trabalho. Marx afirma que o trabalhador é forçado com frequência a fazer do seu consumo individual um mero incidente do processo de produção.

Para Marx (1983b):

O capital alienado no intercâmbio por força de trabalho é transformado em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos, cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora é portanto retransformação dos meios de subsistência, alienados pelo capital por força de trabalho, em força de trabalho de novo explorável pelo capital. Esse consumo é produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador. (...)

Do ponto de vista social, a classe trabalhadora é, portanto, mesmo fora do processo direto de trabalho, um acessório do capital, do mesmo modo que o instrumento morto de trabalho. Mesmo seu consumo individual, dentro de certos limites, é apenas um momento do processo de reprodução do capital. (MARX, 1983b, pp. 205-206)

Essas reflexões colocadas por Marx são importantes para debater a visão dos trabalhadores apenas como consumidores de meios de subsistência, objetivando sua sobrevivência, e para acentuar a questão da exploração e das leituras que afirmavam a suplantação do capitalismo pelo argumento da distribuição desigual da riqueza. Nossa crítica procura mostrar como o marxismo da luta de classe, colocou no centro da sua teorização a leitura ancorada na questão ética e moral da exploração e da distribuição desigual da riqueza produzida e não teorizou sobre as formas negativas da generalização do consumo.

No *Manifesto Comunista*, essa questão é realçada, ao se afirmar que os salários seriam estritamente para conservação e reprodução dos operários:

O preço médio que se paga pelo trabalho assalariado é o mínimo de salário, ou, seja a soma dos meios de subsistência necessários para que o operário viva como operário. Por conseguinte, o que o operário recebe com seu trabalho é o estritamente necessário para a mera conservação e reprodução da vida humana. (MARX & ENGELS, 2007, p. 53)

Marx escreve sobre a questão do aumento da acumulação – como suposto do aumento da miséria e brutalização, enfim, como aumento inexorável da exploração do trabalhador – no capítulo XXIII de *O Capital*, intitulado “Lei geral da acumulação capitalista”. Para o autor:

todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma: desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o

processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, jogam sua mulher e seu filho sob a roda de Juggernaut do capital. Mas todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Segue portanto que, à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agrilhoaram Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (MARX, 1983b, p. 275)

Essa passagem se tornará clássica nas leituras teóricas que vão considerar o aumento da miserabilidade do proletariado como o principal motor da luta de classes a partir das lutas sociais para a superação do capitalismo. A citação de Marx (1983b) vai assim corroborar as visões de uma constante exploração e pauperização atreladas à acumulação. Há um processo de miséria crescente ou, como ele diz, a “acumulação da miséria correspondendo à acumulação do capital”. Essa questão suscitou grandes debates no que se refere a uma crítica moral do capitalismo e à perspectiva do aumento da exploração do trabalhador. Desta forma a partir desta perspectiva de aumento da miserabilidade afirmava-se a superação do capitalismo como forma de ultrapassar a degradação das relações do trabalho, considerando a abordagem da piora constante da situação da classe operária e sua exclusão e a questão da formação da consciência de classe como superação deste estado de coisa. Essa passagem que versa sobre o rebaixamento dos salários e a miséria crescente dos trabalhadores é central para se discutir como a teoria marxista baseou a perspectiva de agudização da luta de classes, que, por sua vez, reflete de forma central as discussões sobre a pobreza urbana e sobre as periferias da metrópole como lócus da exploração do operariado ou como lócus da acumulação da miséria.

Procuramos, com essa discussão, não negar a questão da inerência da exploração e da produção das massas de miseráveis no capitalismo, mas problematizar

as formas pelas quais os trabalhadores formais, informais ou subempregados e miseráveis se constituem como personificações monetárias determinantes para a reprodução social sob o capital fictício. A concepção de uma inserção marginal ao consumo de bens e de dinheiro, que é dominante nas pesquisas sobre o urbano e as periferias, centra sua análise na exploração dos trabalhadores e de outros pobres e miseráveis, mas, por outro lado, enevoa outra leitura, que aqui defendemos, a qual mostra esse processo de inclusão negativa ou, como prefere Kurz (1993), da visão desses sujeitos como sujeitos do valor, como “sujeitos monetarizados sem dinheiro da população pauperizada localizada no que se denomina de periferias urbanas. Ainda aqui é preciso problematizar as formas inserção desses sujeitos do valor num mundo em que os postos de trabalho são eliminados de forma estrutural e no qual a negação do trabalho, como nos diz Kurz (2004), faz com que a busca do proletariado seja pela sua exploração e não pela falta dela.

A nova pobreza não surge por conta da exploração na produção, mas pela exclusão da produção. Quem ainda está empregado na produção capitalista regular já figura entre os relativamente privilegiados. A massa problemática e "perigosa" da sociedade não é mais definida por sua posição no "processo de produção", mas por sua posição nos âmbitos secundários, derivados, da circulação e da distribuição.(KURZ, 2004, sem paginação)

Procuraremos discutir, em conjunto com a teoria do colapso, a questão dos trabalhadores e das massas miseráveis e sua inserção na lógica do consumo, do crédito e do endividamento como forma de ser da reprodução fictícia. Essa questão deverá ser analisada a partir do processo de financeirização das camadas mais pobres das metrópoles, colocando em discussão o acento que o marxismo operário deu na exploração dos trabalhadores, baseada nessa lógica de piora imanente da situação da classe trabalhadora. Para nós, há a necessidade de se entender a reposição da pobreza e da miséria como um momento da crise da valorização do valor, a qual se baseia no processo de financeirização das camadas mais pobres, refletido na expansão do crédito e do endividamento de tais camadas. Esse processo deve ser ligado a um momento mais amplo de totalização crítica que envolve a todos, pobres e não pobres, e

que se mostra, a partir das formas de realização do capital fictício, realizando, ao mesmo tempo, um processo de integração negativa dos trabalhadores, desempregados e todos os pobres à lógica desse período.

Acreditamos que essa é uma questão importante para se pensar tal processo de financeirização das massas empobrecidas na metrópole paulista como bandeira de inclusão social e como bandeira de centro esquerda e, também, entender como forma de inclusão de parte expressiva das classes com menor renda o direito a serem consumidores através do crédito e do endividamento, o que se expressaria através direito a participarem da sociedade como sujeitos plenos do consumo e do crédito ou como é definido no mercado e nos programas governamentais como uma nova classe média.

1.4 – A questão do colapso e da luta de classes para a denominada “crítica do valor” – Robert Kurz, Anselm Jappe e Moishe Postone.

Na crise mundial da terceira revolução Industrial, a crítica radical ao capitalismo encontra-se perante um desafio ímpar. Para continuar a ser ela mesma, para fazer jus a seu nome, é mister que ela, em sua forma conhecida, diga adeus a si mesma, que se distancie de si mesma, que se supere e vá além de si mesma. Afinal de contas, da mesma maneira que o capitalismo realmente esbarra num limite interno absoluto, também a crítica até o momento tecida contra ele torna-se obsoleta e revela-se parte integrante de seu próprio objeto. (KURZ, 2008, sem paginação)

A teoria do colapso no interior do debate marxista está no centro da nossa preocupação e é fundamental para entender o desenvolvimento do nosso objeto. Nesse sentido, procuraremos colocar em pauta os autores da denominada nova “crítica do valor” e os pressupostos sobre a crise já discutidos no capítulo 1, procurando também acentuar as questões relacionadas ao contraponto entre o limite lógico do capital e a luta de classes, partindo da discussão com o denominado “marxismo da luta de classes e do movimento operário”. Temos como partido da nossa pesquisa a concordância com o que diz Kurz (2008) sobre o limite e a obsolescência da crítica contra o capitalismo, tecida a partir dos pressupostos da luta de classes e a necessidade de construção de uma crítica radical ao capitalismo a partir de sua expressão crítica neste período. O debate que fazemos a respeito das periferias urbanas só vem reafirmar que as críticas hegemônicas sobre as separações intraurbanas não conseguem se distanciar de si mesmas e se conformam com uma leitura interposta pela justiça social apenas como uma crítica mediada pela distribuição justa e, sendo assim, dentro do invólucro da forma social capitalista.

A tensão entre um limite lógico do capital em contraponto à ação de um sujeito revolucionário foi, por muito tempo, um debate bastante importante no interior do marxismo. O diálogo com os teóricos marxistas no capítulo 1 procurou ilustrar de forma inicial esse processo. Neste capítulo, procuramos dialogar com um grupo de autores que não formam uma escola, mas foram reunidos na denominada “crítica do valor”, a

saber, Robert Kurz, Moishe Postone e Anselm Jappe. Tais autores procuram discutir a crise do capital fundamentando-se, principalmente, no que eles denominaram de obra madura de Marx, sobretudo nos *Grundrisse* e em *O Capital*, procurando acentuar a perspectiva marxiana do capital como uma contradição em processo e estabelecendo uma crítica à luta de classes e a práxis revolucionária como paradigma central. Para Marx:

O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. (MARX, 2011, p. 588)

Essas perspectivas serão discutidas neste capítulo e colocam questões profundas para o debate da luta de classes e a análise do capitalismo no período atual, entrando em choque com boa parte da tradição marxista e trazendo novos elementos para o debate na Geografia de inspiração marxista.

Assim, por exemplo, Kurz (2004) procura caracterizar esse período pela decadência do *boom* fordista e pelo desenvolvimento da microeletrônica e da informática, bem como o desenvolvimento de forças produtivas completamente novas em que são estabelecidas novas condições de rentabilidade, manifestando, pela primeira vez e de forma mais clara, um limite lógico inerente ao movimento de exploração abstrata da força de trabalho. Para o autor:

(...) O cerne da crise consiste justamente em que as novas forças produtivas da microeletrônica fundem o trabalho e, com ele, a substância do próprio capital. Dada a redução cada vez maior da classe operária industrial, cria-se cada vez menos mais-valia real. O capital monetário foge rumo aos mercados financeiros especulativos, visto que os investimentos em novas fábricas se tornaram não-rentáveis. Enquanto partes crescentes da sociedade fora da produção pauperizam ou até caem na miséria, do outro lado se realiza tão-somente uma acumulação simulatória do capital por meio de bolhas financeiras. (KURZ, 2004, sem paginação)

Procuramos não negar o papel que a abordagem marxista colocou na ação

consciente do sujeito – como forma de luta dos explorados, como forma de sobrevivência, de luta por direitos – e nas perspectivas de libertação nacional, mas dialogar acerca dos limites dessas lutas dentro de uma perspectiva de negação do capital. Entendemos que estas lutas ficaram dentro da lógica da distribuição justa ou da justiça social e, nesse sentido, não conseguiram ultrapassar a positividade do processo de valorização do valor. De forma geral, as avaliações sobre a crise parecem não conseguir escapar da lógica da distribuição e não questionam a base da produção de mais-valia nem a negação do trabalho abstrato como contradição imanente. Assim, como diz Kurz, as construções teóricas que se baseiam na luta de classes não conseguiram ultrapassar a crítica para além da distribuição injusta do valor, já que:

Tradicionalmente, a teoria da crise reduzida à relação de distribuição e, assim, ao poder subjectivo (social e político) traduz-se numa concepção de resolução igualmente subjectiva: a “classe operária” deverá conquistar o poder político social sob a forma de uma mera supressão da propriedade privada jurídica dos meios de produção e permitir, por esta via, uma distribuição “igual” e “justa” da “riqueza “abstracta” ou da mais valia. (KURZ, 2014, p. 228)

Assim, como afirma Kurz (2014), a teoria do colapso do capitalismo sempre causou um grande incômodo e um escândalo dentro do debate marxista, mesmo nos momentos de catástrofes, nas grandes guerras mundiais. Kurz (2014) afirma que “esta fobia e negação” estão associadas principalmente ao não rompimento de grande parte desses teóricos com a ontologia do trabalho e, como já colocamos, à hegemonia das perspectivas da luta de classes e da criação da consciência de classe do proletariado como sujeito histórico de suplantação do capitalismo. Diríamos que essa visão ainda causa grande incômodo, pelo menos no que se refere aos círculos de debate que participamos, mesmo considerando a crise das teorias ligadas ao marxismo da luta de classes e mesmo num momento no qual a perspectiva da crise do capitalismo ganha novo impulso na discussão acadêmica.

Kurz (2014) afirma que o marxismo operário colocará como centro de sua análise a objetividade do sujeito e a vontade do proletariado como vetor do colapso do capitalismo, a partir da inerência das contradições capitalistas baseadas na exploração

e na crescente situação de miséria do proletariado, obrigando-o a agir como forma reativa por sua sobrevivência. O autor cita uma passagem de Anton Pannekoek como exemplo dessa visão:

O colapso do capitalismo, em Marx, depende de facto da vontade da classe operária; mas essa vontade não é arbitrária, não é livre, mas é ela própria totalmente determinada (!) pelo desenvolvimento económico. As contradições da economia capitalista (...) determinam a vontade do proletariado sempre de novo no sentido da revolução. O socialismo não vem por o capitalismo entrar em colapso económico e assim os humanos, operários e outros, obrigados pela necessidade, criarem uma organização nova. Pelo contrário, o capitalismo vem abaixo porque, tal como vive e viceja, se torna cada vez mais insuportável para os operários, instigando-os à luta, sempre de novo, até neles crescer a vontade e a força para derrubar o domínio do capital e edificar uma organização nova (...) ¹³ (*apud* KURZ, 2015, sem paginação)

São importantes essas questões colocadas por Pannekoek, a partir da obra de Kurz, por colocarem acento em questões que parece ser ainda muito correntes no marxismo hegemônico da luta de classes: a questão da luta reativa do proletariado e a questão da miserabilidade crescente dessa classe como a “instigação” para a luta revolucionária em direção ao socialismo. Saliente-se que esse tópico da miserabilidade crescente do proletariado é um dos temas centrais para as pesquisas relacionadas às periferias urbanas, por expressarem tal contradição e, assim, localizarem nesses espaços novos sujeitos revolucionários. Portanto, para nós, esse acento na questão da exploração e na divisão desigual da mais-valia também acelerou a construção de uma teoria voltada para a ação e para a consciência do operariado, objetivando a tomada do poder pelo sujeito revolucionário.

Destaque-se que a questão do agir imediato e da práxis revolucionária como perspectiva de construção do outro do capitalismo alimentou e alimenta de forma central os militantes dos partidos, movimentos sociais de esquerda e mesmo aqueles que se orientam pelo marxismo baseado na luta de classes

¹³ A partir da obra: Pannekoek, Anton; 1934: Die Zusammenbruchstheorie des Kapitalismus [A teoria do colapso do capitalismo]. *Apud* Kurz, 2015

O debate do colapso se coloca, assim, como contradição entre a vontade do sujeito e a imanência da crise, entre a luta de classes *versus* os limites lógicos do capital. Nossa pesquisa procura apontar que a construção teórica, no interior da Geografia de inspiração marxista, desenvolveu toda a sua crítica a partir da primeira opção, construindo seu discurso na aposta na luta do sujeito revolucionário e denunciando, a partir da materialidade do espaço, como o capitalismo acentuava a exploração do proletariado, do camponês e de outros explorados. Essa postura, em geral militante e atrelada às lutas sociais, colocava (e coloca) a necessidade de superação do capitalismo devido às contradições inerentes do modo de produção expressas, genericamente, nas injustiças socioespaciais e no ataque aos direitos das populações atingidas pela modernização capitalista. Como afirma Jappe (2014):

Nos tempos da Segunda Internacional (1889-1914), a teoria de Marx foi transformada em uma ideologia centrada na “luta de classes” e na reivindicação de uma redistribuição diferente do sobrevalor. Desde então, continuou-se a utilizar as análises de Marx essencialmente com esta meta: obter maior justiça social. Em sua formulação clássica, o sujeito histórico dessas reivindicações correspondia à classe operária, essencialmente assimilada, neste caso, ao proletariado industrial. Nos últimos decênios tal esquema foi aplicado frequentemente sob nova forma, ao fazer referência a outras figuras da exploração e da dominação (os povos do “Terceiro Mundo”, os “subalternos”, as mulheres). Pode-se observar entretanto que, em todos esses casos, não é verdadeiramente o conteúdo da reprodução capitalista que está posto em questão, mas antes o acesso a seus resultados. (JAPPE, 2014, p. 5)

De forma geral, um dos nossos objetivos é discutir como essas construções perderam potência teórica para explicar a reprodução crítica do capitalismo e suas implicações na reprodução da metrópole paulista no período atual. O debate ancorado na luta de classes acabou por deixar em segundo plano as discussões acerca do colapso e do aprofundamento das teses marxianas sobre o capital enquanto crise imanente e sobre a dinâmica crítica do capitalismo esboçada principalmente a partir da lei da queda tendencial da taxa de lucro e da perspectiva da produção capitalista como barreira de si mesma, ou como colocado por Marx:

A produção capitalista procura constantemente superar essas barreiras que lhe são imanentes, mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa. A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital. (MARX, 2011, pp. 588-589)

Dessa forma, os pressupostos sobre um limite lógico do capital, assim como o problema da constituição fetichista da sociedade e a objetividade do valor foram reduzidas pela construção mediada pela luta de classes às relações da vontade, da subjetividade mediada pela ação do sujeito revolucionário.

Segundo Kurz (2014):

Tal como a história secreta do debate do marxismo tradicional sobre a crise e o colapso consistiu, para lá do plano reduzido da economia política, na desagradável tematização dessa pouco esclarecida estrutura-sujeito-objecto da socialização do valor moderna, assim o programa secreto da sua resolução consistiu na redução das categorias objectivadas do capital a puras relações de vontade, que em seguida podiam ser observadas e investigadas sob aspectos diversos. A história do pós-guerra da nova esquerda foi, toda ela, permeada por este paradigma. Foi simplesmente adoptado este resultado do debate do colapso, não sujeito à mínima análise crítica e de todo irreflectido; e foi precisamente por isso que não só o conceito de colapso, como palavra não grata, se transformou em um mero fantasma, mas também o caminho para um desenvolvimento ulterior da crítica da ontologia do trabalho permaneceu obstruído, e os bastante tematizados conceitos de coisificação ou de alienação não passaram de uma superficial formulação socio-filosófica. (KURZ, 2015, sem paginação).

Sobre a questão da crítica à ação revolucionária, Kurz (2014) discute como tal luta acaba por ser transposta para a luta política por meio da tomada do Estado. Assim, o crescimento do capitalismo através da intervenção do Estado aparecia como positivando a lei do valor, o que acabou por potencializar o que Kurz denomina de a “ilusão da política” como forma não de negação, mas de socialização do valor a partir das lutas sociais e sindicais, como “luta pelo reconhecimento” do operariado. Para o autor:

Na medida em que o movimento operário, na sua “luta pelo reconhecimento” como sujeito do trabalho, do direito e da cidadania

estatal, que necessariamente assumia a forma política, foi bem sucedido, transformou-se ele próprio em sujeito burguês, na “jaula de ferro” (Max Weber) da socialização do valor. O seu êxito foi simultaneamente um auto-acorrentamento e uma auto-condenação à forma fetiche, e a política permaneceu o veículo desse encantamento. (KURZ, 2015, sem paginação.)

O marxismo operário, ao criticar o Estado, o faz com a ideia de um Estado classista que pode suplantar as questões da exploração por meio de um modo de distribuição mais justo pretendendo suplantar as crises a partir da ação política ou retomando, a nosso ver, as teses dos harmonicistas sobre um equilíbrio na produção capitalista como foi discutida na primeira parte da nossa pesquisa. Kurz (2014) afirma, assim, que a questão das classes, sociologicamente reduzida, é colocada como ponto de partida de toda a reflexão, sendo que Marx, por outro lado, começa sua análise a partir da forma da célula capitalista e da determinação da reprodução fetichista e não partindo das classes sociais. O movimento operário lutou, desse modo, pela tomada do Estado e pelo aumento de salários, como luta pelo reconhecimento enquanto sujeitos do trabalho, do direito e da cidadania estatal, que tinha como cerne a luta política na perspectiva de tomada do poder. Esse caminho é desenvolvido a partir de uma “pretensa” suplantação da lei da teoria do valor e do comando político sobre as categorias reais do valor. Assim, o Estado suplantaria a concorrência e a anarquia dos mercados pelo planejamento regulado consciente.

Postone (2014 e 2014b) não parte da teoria da crise e do colapso – como o fazem outros autores já citados, por exemplo, Kurz ou Jappe –, mas procura focar sua crítica ao capitalismo, nesse período, nas análises marxistas que centraram sua crítica na dinâmica do capitalismo e nas relações de classe baseadas na propriedade privada dos meios de produção mediadas pelo mercado, entendidas pelo autor como um grande campo denominado “marxismo tradicional”. Para ele:

Por “marxismo tradicional” não me refiro a uma tendência específica do marxismo, mas, em geral, a quaisquer análises do capitalismo essencialmente em termos das relações de classe enraizadas em relações de propriedade privada e mediadas pelo mercado. As relações de dominação são entendidas essencialmente em termos de dominação e exploração de classe no interior deste quadro interpretativo; o

socialismo é entendido como uma sociedade caracterizada pela propriedade coletiva dos meios de produção e pela planificação centralizada num contexto industrializado: um modo de distribuição justa e conscientemente regulado, adequado à produção industrial. Apesar das poderosas análises económicas, políticas, sociais, históricas e culturais geradas dentro deste quadro tradicional, as suas limitações tornaram-se cada vez mais evidentes. (POSTONE, 2014b, sem paginação)

Esse grande campo teórico dentro do marxismo, denominado por Postone de “marxismo tradicional”, enxergará nas contradições e no aumento da exploração do trabalhador o motivo que levará a classe operária a se organizar para derrubar o capitalismo, tomando o Estado e instaurando um novo modo de produção e uma nova sociedade. Assim, as contribuições de Postone procuram tematizar a análise do capitalismo menos como uma teoria da exploração e da dominação de classe e mais como uma:

(...) forma de interdependência social com um caráter impessoal e aparentemente objetivo (...) que se realiza por intermédio de relações sociais constituídas por formas da prática social que, não obstante se tornam quase independentes das pessoas engajadas nessas práticas. O resultado é uma forma nova e crescentemente abstrata de dominação, que sujeita as pessoas a imperativos e coerções estruturais impessoais que não podem ser adequadamente entendidos com dominação concreta. (POSTONE, 2014, p. 18)

Dessa forma, para Postone, embora Marx tenha realizado uma crítica da exploração, da desigualdade social e da dominação de classe, ele procura ir além para realizar a crítica do capitalismo, sendo que a crítica ao trabalho assume papel fundamental em sua reflexão. Assim, partindo dessa leitura, o trabalho é visto como gerador de toda a riqueza social e, no capitalismo, essa riqueza excedente é apropriada pelos capitalistas, o que gera, de forma ampla, uma crítica da exploração do ponto de vista da positividade do trabalho. Essa crítica, baseada em tais visões, colocava como centro a desmistificação do capitalismo enquanto forma de apropriação desse trabalho excedente e afirmava que a sociedade se baseava num sistema de exploração no qual a riqueza produzida seria distribuída de maneira injusta pela exploração do mais valor.

Esse modo de distribuição injusta, por sua vez, atrelado a sua dinâmica de concorrência e de exploração e baseado na crise, ensejaria a possibilidade da criação de um proletariado industrial e a concentração dos mercados, o que criaria condições para a possibilidade histórica de se abolir a exploração e a dominação de classes por meio de um novo modo de distribuição mais justo e racionalmente regulado, como já colocado.

A crítica por parte desse campo teórico, e prático, que o autor denomina de “marxismo tradicional”, de forma geral ficou centrada na transformação do modo de distribuição (mercado e propriedade privada), mas sem transformar estruturalmente o modo de produção. Assim, para este autor é necessário fazer uma crítica do capitalismo de forma mais ampla que a crítica ao modo de distribuição injusta e ultrapassar a perspectiva do outro do capitalismo positivado pelo trabalho e baseado no trabalho proletário. Postone (2014) defende que a constituição social do trabalho não pode ser vista como base ontológica da sociedade ou com natureza trans-histórica, mas, pelo contrário, deve ser compreendida como um modo historicamente específico a partir do capitalismo, que está na base da regulação automática da vida social e que determina o caráter das relações sociais na formação capitalista. Nesse sentido, sua crítica coloca que o tratamento da categoria trabalho redefine, de forma central, a crítica do capitalismo em contraponto à visão que está no cerne da crítica hegemônica e quase total do que ele denomina de “marxismo tradicional”. Assim, a questão da ontologia ou trans-historicidade do trabalho é o elemento central para redefinir e diferenciar uma crítica superadora do capitalismo e tem implicações profundas na análise da crítica ao capitalismo no que se refere à análise das relações sociais e às formas de subjetividade inerentes a tal formação. O autor afirma, baseado em Marx, o duplo caráter do trabalho como núcleo essencial do capitalismo e não, como afirma o “marxismo tradicional”, a partir do mercado e a propriedade privada dos meios de produção.

(...) ao formular uma crítica do trabalho no capitalismo com base na análise marxiana da especificidade histórica do trabalho, Marx transformou a natureza da crítica social baseada na teoria do valor trabalho de “positiva” para “negativa”. (POSTONE, 2014, p. 83)

O autor diferencia, desse modo, duas perspectivas: uma crítica do capitalismo do ponto de vista do trabalho (positiva) e uma crítica da especificidade do trabalho no capitalismo (negativa). A primeira, baseada nas relações de distribuição anárquicas e na qual superar o mais valor seria concebido como a abolição da propriedade privada e da exploração da classe não reprodutiva do excedente social geral criado somente pelo trabalho a partir da reapropriação, por parte da classe trabalhadora, do resultado de seu trabalho. A segunda perspectiva, baseada numa crítica do caráter específico do trabalho no capitalismo, procura definir a moderna sociedade capitalista como uma sociedade regulada e estruturada a partir do trabalho como uma forma de mediação social que, embora socialmente constituída, possui um caráter abstrato, impessoal e quase objetivo. A diferença entre as duas críticas se reflete também na questão da dominação social específica do capitalismo: enquanto na primeira, a crítica é baseada na dominação de classe arraigada na propriedade dos meios de produção, a segunda caracteriza as formas estruturadas abstratas e impessoais ocultadas na dinâmica do capitalismo. Ancorado nessa perspectiva, a leitura de Marx feita por Postone também redefine os termos da dominação social como um caráter necessário e objetivo a partir de uma natureza impessoal e abstrata a essa dinâmica de auto-valorização numa distinção fundamental com o paradigma da luta de classes.

De forma geral, a crítica de Postone (1984) ao “marxismo tradicional” é baseada na questão da dominação social a partir da dominação de classes e na perspectiva da superação baseada nas relações de distribuição, num modo de vida regulado e na abolição da propriedade privada, porém baseada na positividade do trabalho como regulador da vida social. Assim, para o autor, a tese colocada por Marx da negação do trabalho como objeto da crítica do capitalismo é vista pelo “marxismo tradicional” como base e princípio regulador de uma sociedade mais justa e regulada. Para Postone, a crítica do “marxismo tradicional” à questão do trabalho é realizada a partir do:

(...) modo e das relações de distribuição – um modo de distribuição não consciente, “anárquico” – e da apropriação dissimulada e privada do excedente pela classe capitalista. A dominação social é concebida essencialmente em termos de dominação de classe. Assim, superar o valor é entendido em termos da abolição de uma forma de distribuição mediada e não consciente, tornando possível um modo de vida social

consciente e racionalmente regulado. Superar o mais-valor é concebido em termos da abolição da propriedade privada e, portanto, da expropriação por uma classe não reprodutiva do excedente social geral criado somente pelo trabalho: a classe trabalhadora produtiva poderia então reapropriar os resultados de seu próprio trabalho coletivo. No socialismo, o trabalho surgiria abertamente como princípio regulador da vida social, que forneceria a base de realização de uma sociedade racional e justa, baseada em princípios gerais. (POSTONE, 2014, p. 84)

Assim, para Postone, Marx, em sua crítica madura, não teria adotado o trabalho e a produção do ponto de vista da crítica histórica do capitalismo, mas sobre o papel socialmente constitutivo do trabalho na sociedade moderna. (POSTONE, 2014, p. 350). A interpretação de Postone ligada à questão da exploração e das relações de classe modifica, de forma fundamental, a importância que o “marxismo tradicional” dispôs no conflito de classes, colocando-o como impulsionador do capitalismo e não como sua negação. Para o autor:

(...) na análise madura de Marx, a luta de classes é um elemento propulsor do desenvolvimento histórico do capitalismo só por causa do caráter intrinsecamente dinâmico das relações sociais que constituem a sociedade. O antagonismo entre produtores imediatos e proprietários dos meios de produção, por si só, não gera essa dinâmica permanente. (...) o eixo lógico da exposição de Marx não sustenta a ideia de que a luta entre capitalistas e trabalhadores seja entre a classe dominante da sociedade capitalista e a classe que encarna o socialismo – e que tal luta, portanto, aponta para além do capitalismo. A luta de classes, vista da perspectiva do trabalhador, significa constituir, manter e melhorar a sua posição e situação como membro de uma classe trabalhadora. Suas lutas, além de terem sido uma força poderosa na democratização e humanização do capitalismo, também desempenharam um papel importante na transição para o capitalismo organizado. (POSTONE, 2014, p. 375)

O autor coloca, desse modo, que a contradição fundamental do capitalismo não estaria no antagonismo entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, mas na contradição estrutural de uma sociedade mediada pelo trabalho e no processo de autovalorização automático, no qual a apropriação da mais-valia se revela como um fim em si mesmo e não como apropriação de uma classe dominante. Postone (2014) ainda afirma, mais uma vez, que a negação histórica do capitalismo não estaria na

transformação do modo de distribuição adequada ao modo industrial de produção desenvolvido. Afirma ainda, em consonância com Kurz que a criação de riqueza material vai se tornando cada vez menos dependente do dispêndio de trabalho vivo com o desenvolvimento das forças produtivas, tornando trabalho proletário cada vez mais supérfluo para essa produção, apesar de depender dele para a produção de valor. Assim, quanto mais o capital se desenvolve, mais ele esvazia e fragmenta o trabalho necessário para sua constituição.

Para Postone, o proletariado, na análise marxiana, seria estruturalmente importante para o capitalismo e, portanto, não se constituiria como uma alternativa à lógica de valorização do valor. Para o autor:

Isso se opõe diametralmente aos entendimentos tradicionais com relação ao proletariado: longe de constituir as forças produtivas socializadas que entram em contradição com as relações sociais capitalistas e assim apontam para a possibilidade de um futuro pós-capitalista, a classe trabalhadora, para Marx, é o elemento constitutivo essencial dessas próprias relações. Tanto o proletariado quanto a classe capitalista estão atrelados ao capital, mais aquele do que este: o capital concebivelmente poderia existir sem os capitalistas, mas não sem a força de trabalho criadora de valor. De acordo com a lógica da análise de Marx, a classe trabalhadora, em vez de corporificar uma possível futura sociedade, é a base necessária para a sociedade atual, sob a qual sofre; está amarrada à ordem existente de maneira a torná-la objeto da história (...) A análise de Marx (...) aponta para a possível abolição do trabalho e do trabalho que executa como condição de emancipação. (POSTONE, 2014, p. 414)

Assim, para o autor, na ausência dessa crítica ao trabalho, e num momento em que proletariado pode se tornar anacrônico coloca em xeque a luta por dos movimentos proletários por mais trabalho, além de tornar problemática a leitura da criação de uma consciência de classe já que ao invés de uma relação contraditória a luta por inserção na lógica do trabalho seria a própria corporificação e realização da mediação totalizadora do capitalismo não a sua negação.

Dessa forma, a teoria de Postone (2014) entra em contradição aberta com as teorias que consideram as relações de classe e as relações de exploração como relações fundamentais para entender o capitalismo e a forma de suplantá-lo. Assim,

para ele, a crítica aos padrões de distribuição capitalistas não são o centro da preocupação de Marx, nem a perspectiva do proletariado como sujeito revolucionário que se realizaria no socialismo. Para Postone, a contradição de classe se realizaria no interior das formas capitalistas ao se centrarem na questão da distribuição injusta da mais-valia e na propriedade dos meios de produção.

Nossa pesquisa procura voltar a esses temas justamente por entender que o marxismo não responde mais de maneira satisfatória a tais processos de diferenciação social mediados pelas relações de classe e de exploração. Para nós, pesquisar sobre centro e periferia é um modo de acessar o debate mais amplo acerca de como a Geografia e outras ciências sociais que discutem a cidade e o urbano pelo viés marxista tratam a questão dos espaços pauperizados da metrópole sob a perspectiva da luta de classes. A perspectiva de Postone, assim como a de Kurz, baseadas na teoria do valor e do colapso nos traz elementos para criticar esses pressupostos da formação da metrópole a partir da luta de classes e pensar a questão dos pobres na metrópole de maneira que possa refletir essa nova realidade mediada pela reprodução crítica do capitalismo. Consideramos a obra de Postone essencial para uma leitura que faça a crítica atual às mudanças qualitativas do período contemporâneo de reprodução do capitalismo – que, em Kurz, está colocada a partir das transformações deste período da terceira revolução industrial da reprodução fictícia, na qual a leitura classista, a nosso ver, não consegue dar repostas satisfatórias.

O argumento central do marxismo hegemônico ficou sempre marcado pelo papel das lutas dentro do paradigma da práxis como a construção de uma consciência de classe, de uma consciência de setores marginalizados, mas que, na maioria das vezes, está mediada de inclusão destas populações na forma da mediação social ligada as formas de consumo como formas de reconhecimento formal através da luta por bens duráveis ou de consumo coletivo ou e como consumidores de dinheiro através do crédito. Vimos, através de Postone, a importância da análise crítica à visão classista, para entender o atual momento de reprodução do capitalismo a partir da sua crítica à transhistoricização do trabalho à questão da exploração e da luta de classes como pressupostos essenciais para nossa investigação.

Para o Jappe, também debatendo com o marxismo operário, a crise não foi

causada pelos seus adversários ou pela ação dos movimentos revolucionários, mas o que vemos hoje é o esgotamento, o colapso do sistema por sua própria lógica autodestruidora, sendo que seu limite é revelado pela incapacidade de valorização do valor, que se localizava no núcleo do sistema desde o início, na medida em que o capitalismo é essencialmente produção de valor, que se representa no dinheiro. O capitalismo nega a si mesmo, e nesse período em que há cada vez mais tecnologias substituindo o trabalho vivo a partir da concorrência, o capital nega sua substância e dessa maneira destrói suas próprias bases. As consequências dessa necessidade de aumento constante da produtividade e queda da massa de valor é traduzida em crises constantes e, sendo assim, nesse último período, principalmente a partir das últimas décadas, tal acumulação deficiente é substituída pela simulação financeira, pela acumulação fictícia, pelo crédito e, nesse sentido, a crise de valorização parece irreversível.

Jappe (2014) afirma que nesse período, a partir de 2008, a crise do capitalismo é permanente e, no entanto, não há uma esperança, como pressupunha o marxismo operário, de que poderíamos ter uma sociedade melhor ou mais justa, a partir dessas perspectivas de “*débâcle*” do capitalismo, como eram as certezas do projeto socialista. Para o autor, a própria mercadoria destrói inexoravelmente a sociedade baseada na mercadoria e, como uma forma de socialização indireta e inconsciente, não pode deixar de criar desastres. Para Jappe (2014), no entanto:

Entonces, la pésima salud del capitalismo sólo es una condición necesaria para el advenimiento de una sociedad liberada; de ninguna manera es una condición suficiente, en términos filosóficos. El hecho de que la cárcel esté en llamas no nos sirve de nada si la puerta no se abre, o si se abre hacia un precipicio. (JAPPE, 2014, sem paginação)

O autor ainda afirma que, durante muito tempo, a perspectiva de construir as bases para o colapso do capitalismo era a principal tarefa revolucionária do proletariado, já que o seu sucedâneo inevitável seria o socialismo como um devir da história. No período atual, parece que estamos caminhando para um colapso do capitalismo, porém sem a perspectiva do que virá. É importante a passagem em que

Kurz (2014) trata da perspectiva da transformação social e do colapso:

A questão da crise e do colapso deve ser portanto estritamente separada da questão da emancipação. Ambas se separam em primeiro lugar conceptual e realmente, tal como a sociedade-fetiche moderna se constitui em geral em polaridades autonomizadas opostas. A emancipação só pode ser consciente; crise e colapso, pelo contrário, de acordo com o seu conceito, só podem acontecer num processo inconsciente de desenvolvimentos objectivados e nada têm a ver imediatamente com o agir consciente. Daí que o capitalismo pode colapsar sem que os seres humanos se emancipem. O resultado seria o auto-aniquilamento da humanidade, ou a "queda na barbárie", como Marx assinalou metaforicamente esta alternativa. (...). Inversamente, os seres humanos podem em princípio emancipar-se sem que o capitalismo colapse. Este colapso não é nenhuma pré-condição social indispensável da emancipação, mas pode, na sua cega objectividade, tornar-se na condição de ambiente social do pensar e do agir emancipatório, se a transformação emancipatória se fizer esperar por muito tempo e for dada ao capitalismo a oportunidade de desenvolver completamente as suas contradições internas. Crítica e crise são assim botas de dois pares, e quem calçar uma bota de cada par e quiser correr nesta falsa unidade tem que cair sobre os próprios pés. (KURZ, 2015, sem paginação)

Assim, grande parte das estratégias dos sujeitos revolucionários na perspectiva do "marxismo tradicional" apostava nessa fórmula de derrubar do capitalismo com a perspectiva da inevitabilidade do socialismo, ou apostando no político e na práxis revolucionária como superação das contradições do capitalismo. O marxismo tradicional apostou na inserção de todos no trabalho como meta do socialismo real num momento que essa categoria entra em crise. Por outro lado, a aposta num Estado sobre o controle dos trabalhadores ainda continuou fortemente nos partidos de esquerda, através dos modelos dos governos de esquerda latino-americanos, ou com alternativas de maior interferência do Estado na economia em contraponto com a agenda neoliberal nos países europeus. De maneira geral, nós entendemos que a maioria dos partidos que se colocam no espectro da esquerda procuram criar políticas econômicas de cunho keynesiano e programas de distribuição de renda e de inserção de parcelas dos mais pobres ao consumo, como forma de construir o outro do modelo neoliberal.

Sendo assim, Jappe (2014) critica a análise do capitalismo a partir da

centralidade da exploração e da sua evolução através do embate entre exploradores e explorados, dominantes e dominados etc., sendo necessário, desse modo, pensar o capitalismo como uma sociedade governada por mecanismos anônimos e cegos, automáticos da produção do valor. Nesse sentido, o autor afirma que, em tal perspectiva não-classista, todos parecem atores e vítimas desse mecanismo, ainda que os papéis e recompensas não sejam os mesmos para todos. Partindo desses pressupostos, defende que, na consciência de sujeitos da valorização do valor (monetarizados ou não), não há estranhamento da mercadoria, mas, sobretudo, de mobilização pelo consumo, sendo que nessa lógica as reivindicações dos movimentos operários e populares de forma geral apontam para a participação no reino totalizante da mercadoria como forma da luta pelo direito de consumir tal qual as classes médias ou os patrões, que formam uma unidade na totalidade capitalista, como já foi colocado por Postone (1984).

Pensamos que as análises de Jappe, Postone, e Kurz, apesar das suas diferenças em relação principalmente à questão da teoria do colapso¹⁴, nos ajudam a pensar o debate das lutas reivindicatórias que não conseguem sobrepor o invólucro da mercadoria, já que não tem potência para negar essa forma social a partir da lógica do consumo e da mercadoria, tampouco para superar e criar uma nova forma de sociedade.

Destaque-se que, para Jappe (2015), esse quadro é muito mais grave nos países desenvolvidos, já que esses já interiorizaram o modo de vida capitalista e já superaram as conquistas de necessidades básicas que ainda movem as lutas nos países fora dos países capitalistas centrais, como é o caso das lutas por melhores condições de habitação, por empregos não degradantes, pela posse da terra e mesmo por condições mínimas de sobrevivência, mas que, com base nessas leituras, afirmamos serem lutas reativas e por reconhecimento.

Apesar dessa separação entre países centrais e não “desenvolvidos”, nós procuramos afirmar que, na metrópole paulista, uma parte significativa das parcelas empobrecidas, denominadas como as novas classes médias (trabalhadores formais ou

¹⁴ Não há uma teoria da crise na obra de Postone em sua crítica ao trabalho como há nas obras de Kurz e Jappe.

não), já subjetivaram os valores capitalistas de sujeitos consumidores e sujeitos do valor, mediados que estão por uma forma de sobreviver que os atrela a se socializarem pela lógica do consumo e da mercadoria. O horizonte de desejos passa a ser a lógica ao direito de participar de tal mundo do consumo, como uma inclusão negativa.

Desse modo, para Jappe (2014), é necessário discutir a crise para além de um movimento conjuntural causado e personalizado pela especulação financeira, em oposição à aplicação dos recursos no setor produtivo. Essas perspectivas tiram o foco dos sintomas da crise mais profunda que se revela como forma crítica de reprodução e não como deturpação. Para ele, a ficcionalização é o que tem mantido a ilusão da prosperidade capitalista, já que ela é o suporte e a forma de reprodução crítica dessa sociedade. Para Jappe (2014):

Los cataclismos actuales no se deben a una conjuración de la fracción más codiciosa de la clase dominante; son más bien la consecuencia inevitable de los problemas que desde siempre son parte de la naturaleza misma del capitalismo. Vivir a crédito no es una perversión corregible, sino algo como un último estertor para el capitalismo y todos los que viven en este sistema. (JAPPE, 2014, sem paginação)

Destaque-se que a leitura desse autor procura iluminar nossa discussão dos limites, com base na lógica classista, desse processo de inserção social partindo de uma leitura negativa que supere a da distribuição injusta como forma de ser da luta revolucionária e problematizar as formas dominantes da práxis dos movimentos sociais que são alvo da nossa discussão. Nesse sentido, seja na forma do conflito salarial a partir das lutas sindicais ou das revoltas nas áreas empobrecidas da metrópole, as reivindicações estão, na maioria das vezes, associadas a esse processo de luta por reconhecimento no âmbito da democracia de mercado, como cidadania plena, e de inserção na lógica do consumo da mercadoria. Não intentamos, por outro lado, negar a importância das lutas de resistência e de sobrevivência de parte dos movimentos que batalham por direitos básicos como moradia, trabalho etc., porém, é necessário pensar o lugar de tais lutas diante de uma perspectiva mais ampla de negação desse modo de viver a partir da inserção negativa. A leitura dos três autores abordados é importante

para debater o papel do que o marxismo operário denomina como a classe trabalhadora e discutir como a produção geográfica se apropria de tal concepção para pensar a questão da nossa pesquisa referente às diferenciações sócio espaciais e ao que se denomina de periferias urbanas na metrópole. Pensamos que um contraponto a uma visão classista seria questionar a personificação das estruturas de dominação que estão colocadas na visão dualista da oposição burguesia x proletariado e suas diversas variantes, A perspectiva aqui adotada procura, a partir desta leitura pensar a crítica à perspectiva classista e a dimensão da crise como momento lógico do desenvolvimento da autonegação do capitalismo. Procura, também, entender esse momento de expansão do capitalismo se refletindo simultaneamente como momento de sua negação, que pode ser representada pela negação da substância do trabalho e pela dificuldade de realização da massa da mais-valia produzida.

1.5 - A dimensão da prática e da teoria. O agir como forma de ser da crítica ao capitalismo

As reflexões já desenvolvidas através dos autores marxistas e dos autores pertencentes à denominada “crítica do valor” colocam a questão da dimensão da prática como central para nossa discussão. Essa dimensão é uma importante questão a ser abordada em nossa pesquisa, por sua relevância no desenvolvimento do marxismo no interior da Geografia e também das ciências sociais, das quais daremos maior atenção à Geografia. A máxima de que não há teoria sem prática e não há prática sem teoria foi um *a priori* da nossa formação e um pressuposto das formulações que se orientavam pelo marxismo como método de análise do mundo. No texto, iniciaremos tal discussão procurando debater a questão da necessidade que a teoria de base marxista teve de atrelar à pesquisa como uma espécie de manual do agir revolucionário para os diferentes sujeitos do processo social. E aqui voltamos ao debate proposto nas partes iniciais deste capítulo, referente ao contraponto entre a ação revolucionária e a perspectiva da práxis revolucionária como pressuposto do colapso do capitalismo. Assim, para Kurz (2008):

A necessidade de uma renúncia “seja como for” prática e, conseqüentemente, de um ativismo que não queira receber e continuar a exercer a teoria enquanto tal, mas que a queira “realizar” de forma imediatamente prática e que a apreenda, de modo geral, a priori em um “horizonte de aplicação”, parece ser tão forte quanto a necessidade de urinar. Assim sendo, deter-se “na” teoria provoca um mal-estar semelhante a uma bexiga cheia, mesmo quando, do ponto de vista teórico, ainda não se empreendeu nem se apreendeu muito. Antes de se entregar à nova problemática reflexiva, antes de desenvolver um pensamento teórico em geral, já não mais é possível segurar-se e já se quer passar para as “vias de fato”, o que geralmente acaba emporcalhando a roupa. O importante é que seja “prático”. Uma tal incontidência no tocante à tão decantada relação entre teoria e práxis aponta para um entendimento reduzido e arraigado ao marxismo tradicional, um entendimento que sempre vincula a reflexão teórica a uma “capacidade de ação” ou a uma práxis já preestabelecida. Portanto, a teoria crítica deverá ser, por um lado, um “manual de instruções para a ação” e merece, nesse sentido, gozar de estima; mas por outro lado, perante a ominosa “práxis” ela também figura como algo inferior e não-autônomo que somente deverá ter validade na relação de aplicação. (KURZ, 2008, sem paginação)

As questões colocadas por Kurz são importantes e ligadas à primeira parte de nossa exposição, de forma a mostrar que o ativismo e a prática como razão de ser de uma perspectiva revolucionária acabaram por ofuscar outras perspectivas de pensar a dinâmica do capitalismo e a análise da teoria do colapso. A expressão utilizada por Henri Lefebvre sobre o “campo cego”, relativo ao ofuscamento que o campo industrial colocava à virtualidade da sociedade urbana, serviria como um bom paralelo para pensar a questão da luta de classes como esse campo que ofuscou a questão da teoria do limite interno do capitalismo.¹⁵

Entendemos que a atual crise da reprodução fictícia do capitalismo, assim como a perda de potência do sujeito revolucionário e da própria lógica da luta de classes como linha mestra de explicação do mundo, põem em xeque essas certezas e imediaticidades que o marxismo operário enxergava, assim como também colocam a necessidade de repensar a perspectiva de construção de outra sociedade. Para Kurz (2008), não poderíamos falar num mal-estar na teoria, mas antes de um mal-estar na práxis:

o mal-estar na submissão do pensamento crítico a necessidades de ação indubitavelmente existentes e de certa maneira legítimas, mas que inevitavelmente precisam retroceder por trás da exigência historicamente amadurecida de se abrir pela força a ontologia capitalista. Exatamente por esse motivo, nos dias de hoje, tais “lutas” têm tão pouca força de penetração e tanta impotência. A partir daí não se pode fazer nenhuma reprimenda às necessidades de ação dadas; elas estão diante do mesmo limite que a teoria. A reprimenda precisa dirigir-se contra a imposição de querer torná-las, por seu turno, um limite da reflexão teórica, como infelizmente até agora tem ocorrido. (KURZ, 2008 sem paginação)

Para esse autor, o postulado das esquerdas era uma unidade inseparável entre teoria e práxis, no sentido de uma separação estrutural entre o pensar e o agir, e a teoria deveria estar conectada a priori e integrada a uma ação prática, a uma ação ligada à luta de classes para somente daí ser considerada como crítica. O autor

¹⁵ As discussões sobre o campo cego estão contidas na obra LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1999

desenvolve sua crítica ao projeto e o horizonte das esquerdas como um projeto de “modernização restauradora”, já que não se tratava de superar a moderna constituição fetichista, mas, antes de tudo, o esforço de superação empreendido tem como objetivo a “luta por reconhecimento” do proletariado, como já foi apontado anteriormente:

É precisamente disso que se constituiu a práxis histórica da “luta de classes”. Por um lado, tratava-se da imposição de direitos burgueses e de gratificação para os operários assalariados na qualidade de sujeitos-mercadoria, sujeitos-dinheiro e sujeitos-cidadãos (direito de greve, direito eleitoral, liberdade de reunião, melhoria das condições salariais e laborais, medidas de amortecimento no âmbito do Estado social etc.) nos países ocidentais já industrializados. Por outro lado, as revoluções e os movimentos nacionais de libertação da “modernização restauradora” em países da parte oriental e meridional do planeta tinham como meta, com base numa nomenclatura marxista, a “luta por reconhecimento” como sujeitos nacionais do mercado mundial independentes e portadores de direitos iguais. Portanto, eram essencialmente “revoluções restauradoras burguesas” (“caráter burguês” não entendido no sentido sociologicamente reduzido, mas como moderna constituição fetichista do valor-dissociação). (KURZ, 2008, p. sem paginação)

Por outro lado, o autor também desenvolve uma questão importante para nosso debate e que influencia de forma decisiva a crítica desenvolvida nesta pesquisa, que é a afirmação do primado da política em detrimento da lógica imanente do colapso. Para Kurz (2008):

No desenvolvimento histórico do movimento operário e da “modernização restauradora”, essa vinculação e esse “agrilhoamento” da teoria na identidade objetivadora da forma-ação e da forma-pensamento figuravam como o célebre “primado da política”. A teorização era subordinada às “exigências políticas” da elaboração prática da contradição, tal como elas resultaram dos processos de juridificação, formação do Estado e da nação. A “luta por reconhecimento” como sujeitos jurídicos e cívicos e por auto-afirmação nas formas de “trabalho abstrato”, mercadoria, dinheiro e dissociação tornou-se o politicismo relacionado ao Estado, sob a forma de cujo tólos surgiu a “formação do Estado” da classe operária, da libertação nacional etc. A suposta “legalidade própria” do socialismo assim entendido na verdade deveria consistir em nada mais além do “planejamento” e do “comando” das mesmas categoriais basais. Com isso a “questão do poder” moveu-se para o centro, entendida como canalização política dos esforços por emancipação, para chegar às “alavancas de comando” do poder estatal. (KURZ, 2008, p. sem paginação)

Assim, abandonava-se a crítica imanente por uma teoria da ação, uma “militância partidária” e um conhecimento que estivesse a serviço dos trabalhadores, numa mistura de vanguarda esclarecida com uma missão da teoria como um “manual de instruções” do agir libertário.

1.6 - A questão do sujeito automático. A questão do fetichismo

As formas autônomas, as formas dinheiro, que o valor das mercadorias assumem na circulação simples mediam apenas o intercâmbio de mercadorias e desaparecem no resultado final do movimento. Na circulação D — M — D, pelo contrário, ambos, mercadoria e dinheiro, funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo geral, a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência. Ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático. (MARX, 1983a, p. 130)

Procuramos aqui fazer um debate entre a questão da práxis e do sujeito revolucionário e o que Marx (1983b) denominou como sujeito automático. A perspectiva do sujeito automático trabalha com o pressuposto de que os sujeitos já não são mais os homens, uma vez que seus processos vitais ficam abandonados à gestão totalitária e definitiva de um mecanismo cego que eles alimentam, mas não controlam. Quanto mais se desenvolve a sociedade da mercadoria, mais ela vai minando as bases da sociedade e mais vai se tornando autônoma. Mesmo Marx no *Manifesto Comunista* já apontava para a “perda do controle” e dos “poderes infernais” da “sociedade burguesa”:

A sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. (MARX & ENGELS, 2007, p. 45)

Ao invés dos homens controlarem sua produção material, eles são controlados por sua lógica, governados por seus produtos que se autonomizaram. Assim, a atividade humana ligada à valorização do valor assume uma forma quase autônoma a partir, como nos diz Kurz (2014), da “ação fetichista dos sujeitos” e de coações quase objetivas que submetem os seres humanos.

Para Kurz (2014):

O capital é, portanto, o objeto autonomizado da acção fetichista dos

sujeitos, que apenas por isto o são, e nesta autonomização inverte-se a relação ideologicamente suposta: não é o objecto que é trabalhado pelos sujeitos; pelo contrário, é a estes próprios que ele “trabalha”, e é exactamente por isso que se torna o “sujeito automático”, do qual os sujeitos funcionais empíricos apenas são os objectos. A intencionalidade “livre” no plano micro converte-se num exercício mecânico da objetividade no plano macro, por um lado, e num modo irracional de reagir (ideologia) a este processo e aos seus resultados, por outro. Nesta inversão estão necessariamente lançadas as bases da crise, uma vez que o “sujeito automático” nem pensa e nem age enquanto tal, não sendo outra coisa senão a forma cega que se encontra a priori sua base da acção humana; mais concretamente, é a forma de um movimento, de um processo dinâmico a que a concorrência universal intrínseca a essa forma obriga. (KURZ, 2014, p. 237)

Desse modo, segundo Kurz, o modo cego de reprodução baseado na valorização automática se converte num “exercício mecânico da objetividade” na qual o critério da concorrência universal obriga a todos a se inserirem neste modo de produzir e de ser da sociedade que necessariamente leva ao colapso. As características deste período a partir da terceira revolução industrial, potencializa o fetichismo dessa forma social que não pode ser compreendido pela questão da exploração de classe.

Jappe (2006) afirma que seria difícil fazer do fetichismo um discurso para as massas – um discurso revolucionário como se fez com a luta de classes ou com a exploração capitalista – e mesmo para o debate dentro da academia, já que a materialização da exploração ganhou e ganha mais importância do que se pensar no fetichismo como mediador da vida cotidiana. O autor, assim retoma aquilo que já foi exposto na primeira parte deste capítulo, quando recuperamos algumas das reflexões de Grossmann sobre o papel das questões propostas por Marx acerca da acumulação e da miséria crescente do proletariado. A discussão que Grossmann conduz sobre as questões da exploração imediata do trabalhador e da luta pela distribuição injusta da mais-valia acaba ganhando maior proeminência em relação à elaboração a respeito do fetiche em primeiro plano e da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Para Kurz (1993), o marxismo do movimento operário não ousou transcender o fetichismo da forma-mercadoria. Jappe (2012) ainda nos coloca que a análise do fetichismo vem revelar uma espécie de núcleo secreto da sociedade moderna que, aos poucos, torna-se visível para a análise teórica, já que o centro da preocupação era fixado nos efeitos

secundários da forma-mercadoria como a exploração das classes trabalhadoras. Para o autor:

Era difícil hacer del fetichismo un discurso para masas, como se hizo con la “lucha de clases” o la “explotación”. Además, el análisis marxiano del fetichismo indicaba una especie de núcleo secreto de la sociedad burguesa, núcleo que sólo poco a poco ha venido haciéndose visible; durante casi un siglo, la atención permaneció fijada en los efectos secundarios de la forma-mercancía, tales como la explotación de las clases trabajadoras. No en vano utiliza Marx, cuando habla del carácter de fetiche de la mercancía, en pocas páginas los términos “arcano”, “sutileza metafísica”, “caprichos teológicos”, “misterioso”, “extravagancias admirables”, “carácter místico”, “carácter enigmático”, “quid pro quo”, “forma fantasmagórica”, “región nebulosa”, “jeroglíficos”, “forma extravagante”, “misticismo”, “brujería” y “hechizo”. (...) Durante mucho tiempo, tal ocultamiento no le fue muy difícil: criticar el fetichismo habría implicado poner en tela de juicio todas las categorías que incluso los presuntos marxistas y los críticos de la sociedad burguesa habían interiorizado por completo, considerándolas datos naturales de los cuales sólo podía discutirse el más o el menos, el cómo y, sobre todo, el “para quién”, pero sin cuestionar su existencia en sí: el valor, el trabajo abstracto, el dinero, el Estado, la democracia, la productividad. Sólo cuando la lucha por la distribución de esos bienes había conducido, durante el periodo de posguerra, a una situación de equilibrio en el *welfare state* fordista, resultó posible colocar en el centro de la atención la mercancía en cuanto tal y los desastres que produce. (JAPPE, 2012, sem paginação.)

Desse modo, procura-se, nesta pesquisa, a partir da nossa leitura da perda da centralidade da luta de classe, enfatizar o fetichismo da mercadoria como categoria central de explicação do mundo, ou melhor, como categoria que, como nos diz Alfredo:

conforma o próprio objeto – o capital – determinado tal pensamento por uma abstração e/ou objetividade social, tempo de trabalho, é parte integrante do mesmo, e se põe como a forma de consciência necessária. (ALFREDO, 2010, p. 18).

A crítica da mercadoria, bem como o valor e o trabalho abstrato, por muito tempo, ficaram como categorias em si, principalmente devido ao foco da crítica estar centralizado no distributivismo e na luta de classes. A análise do fetichismo ficou

diluída, de forma geral, na categoria mais vasta e indeterminada de alienação, foi entendido como um fenômeno de consciência, falsa opinião e relacionado com a ideologia.

O conceito de “alienação” conheceu ampla difusão após a Segunda Guerra Mundial. Sobretudo, nos anos 1960-1970, ele se propagou para muito além dos meios marxistas em sentido estrito. Ele parecia representar uma possibilidade de dar continuidade à crítica do capitalismo, apesar do fim da pobreza de massa e do que então se denominava frequentemente a “integração do proletariado” na sociedade capitalista e sua pretensa absorção nas “classes médias”⁴. Se a sociedade burguesa havia conseguido finalmente dar a cada um um pedaço de pão, dizia-se, nem por isso ela havia conseguido criar as condições para uma vida satisfatória, na qual os indivíduos podiam decidir sobre sua vida por si mesmos. Essa mudança na crítica social – em outras palavras, a passagem do “paradigma da exploração” ao “paradigma da alienação” – resumia-se numa frase bem conhecida, aquela com a qual, em 1967, o situacionista Raoul Vaneigem abria o seu *Traité du savoir vivre à l’usage des jeunes générations* [A arte de viver para as novas gerações]: “Não queremos um mundo em que a garantia de não morrer de fome seja trocada pelo risco de morrer de tédio”. JAPPE, 2014, p. 7

Nesse sentido, o conceito de fetiche, hegemônico dentro do marxismo tradicional e também na Geografia, focado como alienação e ideologia, pautou o desenvolvimento teórico num processo de desmistificar e denunciar a situação de exploração de classe e na perspectiva de iluminar a capacidade do sujeito revolucionário. Segundo Jappe (2014):

Sempre é preciso lembrar que, em 1969, Louis Althusser queria proibir os leitores d’*O Capital* de começar pelo primeiro capítulo – no qual se inscreve a passagem sobre o fetichismo da mercadoria –, julgando-o difícil demais. O argumento de Althusser consistia em afirmar que os leitores, para melhor compreender *O Capital*, deveriam perceber o conflito visível entre trabalho vivo e trabalho morto como ponto de partida e “pivô” da crítica marxiana. (JAPPE, 2014, p. 14)

CAPÍTULO 2

A geografia e a crise: A crise da geografia

Nesta parte da pesquisa, procuramos dialogar com alguns autores dentro da produção geográfica de orientação marxista acerca da questão da crise e da luta de classes e de suas implicações para a discussão do nosso tema. De início, escolhemos a obra de Harvey (2005) a respeito da acumulação e do colapso, com o objetivo de entender como esse autor desenvolve suas teorias sobre a crise e o colapso e sobre a reprodução capitalista, já que ele referencia uma parte importante da produção geográfica brasileira, além de ser atualmente um teórico que está em evidência nos meios marxistas brasileiros. Harvey (2005), em especial no capítulo II, “A Geografia da acumulação capitalista”, procura desenvolver uma análise da teoria da acumulação de Marx a partir da expansão do capitalismo, indicando como centro de sua reflexão o entendimento da estrutura espacial com base na visão da localização em Marx, procurando, assim, fazer uma ligação da teoria da acumulação com a teoria do imperialismo.

Harvey reconhece, a partir da sua leitura de Marx, que as crises seriam endêmicas ao capitalismo, já que o próprio sistema criaria barreiras para seu desenvolvimento. Porém, ao analisar as diversas formas como as crises ocorrem, afirma que elas possuem a função de impor algum tipo de racionalização no desenvolvimento econômico capitalista. Nesse sentido, para o autor, tais crises seriam correções forçadas e periódicas que ocorrem para que o capitalismo saia da crise e promova a renovação dos processos produtivos, marcando, desse modo, o que ele define como uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior. Nessa acepção, o autor demarca sua posição sobre as crises do capitalismo a partir de suas formas cíclicas e não como processo endógeno de autonegação imanente do capitalismo. Harvey, a todo momento, enfatiza a perspectiva da luta de classes como forma de pensar a dinâmica das crises de maneira central em relação à questão do aumento da exploração dos trabalhadores e, nesse sentido, o autor coloca a questão da crise enquanto motor do processo revolucionário, já que a chave para a superação das crises passaria pelo aumento da exploração do proletariado.

Por outro lado, Harvey procura desenvolver a questão da perspectiva de superação das crises partindo da centralidade do espaço baseada no processo de expansão geográfica do capital. Desse modo, tal expansão, para ele, sustentaria a acumulação por abrir novos mercados e criar demanda efetiva para novos produtos, sendo que o vetor espacial da acumulação estaria em grande parte ligado à criação de infraestruturas espaciais. O autor, a esse respeito, discute a circulação como movimento físico das mercadorias do lugar de produção ao lugar do consumo, apontando o transporte e a comunicação como diretamente produtores de valor, sendo que, na perspectiva da acumulação, o aperfeiçoamento dos transportes e da comunicação seriam inevitáveis para se avançar o processo de acumulação. O autor afirmará que, quanto maior for o tempo de giro de determinado capital, menor será o rendimento anual da mais-valia. Harvey salienta, dessa forma, a necessidade de superar as barreiras espaciais da concentração da produção e dos mercados, com o intuito de aumentar esse giro para criar novas oportunidades de acumulação do capital. Para ele:

Em geral, parece que o imperativo da acumulação produz concentração da produção e do capital, criando, ao mesmo tempo, uma ampliação do mercado para realização. Em consequência, os “fluxos no espaço” crescem de modo notável, enquanto os “mercados se expandem espacialmente, e a periferia em relação ao centro (...) fica circunscrita por um raio constantemente em expansão. (HARVEY, 2005, p. 53)

Retomando as teses centrais de Harvey (2005), compreendemos que o capitalismo só consegue escapar da sua própria contradição através da expansão. Para ele:

A expansão é, simultaneamente, intensificação de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante, e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação. Se o modo capitalista de produção prevalecer em todos os aspectos, em todas as esferas e em todas as partes do mundo, haverá pouco ou nenhum espaço restante para a acumulação adicional (o crescimento populacional e a criação de novos desejos e necessidades seriam as únicas opções). Muito antes que se atinja tal situação, o processo de acumulação fica mais lento. A

estagnação se imporia, acompanhada por toda uma gama de problemas econômicos e sociais. Começariam a ser sentidos freios internos dentro do modo capitalista de produção, especialmente na esfera da competição. (HARVEY, 2005, p. 64)

O autor, fundamentado em Luxemburg (1985), enxerga a crise como crises periódicas, mas também como possibilidade de uma crise final e imanente quando o capitalismo efetivamente conseguir romper todas as barreiras e se tornar de fato mundial, o que para ele dificultaria a acumulação e levaria a contradição do capitalismo ao colapso. Harvey coloca ainda que há uma gama de fatores históricos e teóricos para supor que:

(...) o sistema capitalista de produção não poderia e nem pode se tornar universal em seu alcance. Isso exigiria a equalização dos lucros, por meio da competição, numa escala global. (...) Teríamos que pressupor a mobilidade completa do capital e trabalho (...) e ações institucionais adequadas. (fonte? HARVEY, 2005, p. 62)

Assim, o autor admite que a tendência do capitalismo é estabelecer um conjunto de valores baseado no trabalho abstrato, na tendência à exportação de capital em equalizar a margem de lucro e na tendência de penetração das relações sociais capitalistas em todos os aspectos das relações de produção e de troca na sua perspectiva de criação de um mercado mundial. Ao mesmo tempo, ele afirma as dificuldades de criação dessa totalidade capitalista que levariam ao colapso a partir: das diferentes composições orgânicas do capital entre países; diversas produtividades de trabalho; diferentes necessidades naturais, segundo a situação natural e cultural etc. Para ele, essas diferenças afirmariam a questão das trocas desiguais, assim como as relações entre as classes. Portanto, o comércio exterior entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (ou ainda entre formas intermediárias) seria também aqui perpassado pela lógica inerente da exploração ou, para o autor, por uma lógica contraditória, o que dificultaria a questão de um nivelamento e da instauração de uma totalidade capitalista que, nos moldes de Luxemburg, pudesse instaurar um processo de colapso do sistema para além das crises periódicas. A análise do autor sobre a teoria do imperialismo é assim uma forma de afirmar a centralidade da necessidade de aumento da acumulação

através da criação de novos espaços, da expansão geográfica para a intensificação e para a acumulação, e ao mesmo tempo derivar daí uma relação de exploração entre os países no sentido de que essa seria inerente ao modo de produção capitalista.

Harvey (2005), dessa forma, afirma que as crises seriam expressas como reforma do ambiente geográfico, que serve para adaptá-lo às necessidades da acumulação do capital. Assim, a partir do prisma da luta de classes, o autor tenta demonstrar que, no período de crise, a acumulação baseada no aprofundamento da participação do sistema financeiro acaba por beneficiar alguns poucos em detrimento da classe trabalhadora.

Para ele, esse momento da crise do capitalismo, com a flexibilização do trabalho e desregulamentação das finanças, teria permitido um aumento inédito da exploração para a reprodução ampliada do capital, acentuando assim a questão da exploração do proletariado como tema central de sua análise, dentro da lógica da crise capitalista. A partir da perspectiva de que são as instituições financeiras que sugam os trabalhadores, o autor avalia que a acumulação e crise têm por finalidade produção da desigualdade social, já que na crise essa expropriação aumentaria as condições objetivas para o processo reativo de suplantação do sistema capitalista. Com base em sua perspectiva de financeirização, Harvey aponta que o excedente produzido do dinheiro necessitaria da realização da exploração do trabalho por meio da produção de materialidades para continuar a acumular, e elege a urbanização, o ambiente construído e a criação de infraestruturas como meio de absorver os excedentes do capital. A produção do espaço, como materialidade, envolveria esse processo de criação de desigualdades e os projetos de reurbanização são os momentos de aprofundamento da acumulação capitalista. Entendemos que este autor, ao centrar sua análise da superação da crise pela fluidez espacial e da materialidade do espaço, abdica de pensar um processo mais amplo e negativo da crise, assim como fica preso à questão das periodicidades da crise. Além do mais, essa perspectiva, que é hegemônica na produção geográfica, defende a materialidade espacial como perspectiva de superação da crise, em um processo que é antes de tudo irracional e mediado pelas abstrações concretas, pelo fetichismo, afirmando assim um pensamento que ficou agrilhado à materialidade, através de um conhecimento que atribuía aos

geógrafos a leitura do mundo a partir do espaço concreto, da expressão da divisão classista no espaço.

Na obra *O Enigma do Capital*, Harvey (2011) volta ao argumento de que as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo e, nesse sentido, entende as crises como processos saneadores do capitalismo. De forma geral, o autor apoia-se no conceito de destruição criativa do capital e nas barreiras criadas pelo próprio capitalismo. Nesse caso, para o autor, não seriam barreiras iminentes que determinariam o colapso do capital, mas barreiras a serem superadas pelo próprio capital, afirmando aqui o contraponto a uma teoria do colapso como a capacidade do capitalismo de sempre se renovar a partir de suas crises. Haveria assim uma superação conservadora na de Harvey

Para Harvey, a criação de necessidades e desejos do consumo são uma forma de superação da crise: “(...) a criação perpétua de novas necessidades é uma condição essencial para continuidade da expansão infinita da acumulação do capital.” (HARVEY, 2011, p. 92). No entanto, o autor se pergunta de onde viria o dinheiro para realizar essa demanda, já que os salários dos trabalhadores não seriam suficientes para efetuar esse processo de acumulação constante e recorre a Luxemburg (1985) para pressupor a existência de demandas mobilizáveis extras que estariam fora do sistema capitalista, retomando a questão da autora sobre as “terceiras pessoas” Harvey avalia que essa demanda foi em grande parte realizada pelas práticas imperialistas na Índia, China, países da América Latina e África, através de pilhagem e incorporação de populações indígenas, camponeses e outros, transformando-os em mercado consumidor dos produtos dos países desenvolvidos. A partir dos anos 1950 – e acentuadamente nos anos de 1970 com a implantação do capitalismo de forma mais estabelecida no leste asiático, Índia, Indonésia, China e por todo o mundo –, essas práticas imperialistas mudaram de papel e assim, com o crescimento do capitalismo por todo o mundo, a capacidade de estabilizar o sistema por essas práticas perderam este papel.

Para Harvey, a questão da demanda efetiva colocada por Luxemburg (1985) deve ser encarada e será resolvida, na sua visão, por meio do consumo capitalista, no reinvestimento capitalista de uma parte consumida nos gastos de bens de produção e nos bens de luxo e serviços e, de outra parte, consumida com a sobrevivência dos

trabalhadores. O autor acredita que o consumo dos trabalhadores foi prejudicado pela violenta repressão salarial que ocorreu em todo o mundo e afirma que a demanda por bens de luxo tem crescido enormemente, colocando a questão da centralização e enriquecimento, cada vez maior, de menos famílias como condição para esse reinvestimento.

O autor cita condições fundamentais: inserção, por parte dos capitalistas, do dinheiro em circulação como novo capital em forma produtiva; aumento do crédito para que se resolva o problema da demanda efetiva e que o dinheiro recebido a partir do crédito seja gasto em compras de bens de produção extras, gerando um “efeito cascata”. Nesse sentido, o Harvey afirma que o sistema de crédito é essencial para a sobrevivência do capitalismo e reconhece que o seu papel de proeminência no atual período, no qual o crédito converte-se numa “espécie de sistema nervoso central para dirigir a dinâmica global da acumulação do capital”. (HARVEY, 2011, p. 98). O autor se aproxima das teses de Hilferding, expressas na obra *O capital financeiro* e já discutidas no capítulo 1, sobre a necessidade do controle do crédito a partir do Estado como forma de controlar o capitalismo sob o domínio da classe trabalhadora. De forma geral, a crise para o autor está na manutenção do “fluxo” de capital e suas formas de reinvestimento, já que está na circulação a grande parte dos obstáculos e barreiras potenciais ao capital. Dessa forma, a questão do subconsumo é uma das ideias centrais de sua exposição.

Recorrendo à sua análise, baseada na luta de classes, o autor aponta que o problema é o atual empoderamento dos capitalistas – da classe dominante – em relação ao trabalho – o proletariado. Isso tem gerado a consequente repressão salarial e os problemas de demanda efetiva acentuados pelo consumismo que é alimentado pelo crédito, em uma parte do mundo, e pela produção de novas linhas de mercadorias em outra. Mantêm-se, assim, a nosso ver, sempre a relação de dominação desigual entre países. Harvey reafirma, dessa forma, que análise das crises deve ser feita através do papel do conceito de desenvolvimento desigual e combinado, tanto setorial quanto geográfico. Se a preocupação com as singularidades das conjunturas nacionais, ou dos impactos locais é, de alguma forma, uma constatação importante para entender a crise, esse tipo de análise feita pelo autor enfraquece a perspectiva da análise de

uma totalidade da valorização crítica do valor para entender esse período. Para nós, a concepção que parte da questão do desenvolvimento desigual procura dar um caráter de “verdade científica” para uma leitura das diferenciações espaciais colocadas principalmente pela interpretação mediada pela luta de classes, assim como a afirmação da precariedade como fundamento da relação centro-periferia.

Harvey afirma também que a produção do espaço e os projetos de urbanização são um dos principais meios de absorver o excesso de capitais e dessa forma procurar colocar a centralidade do espaço urbano, já que esses empreendimentos, construídos na maioria das vezes por endividamento, são um dos maiores epicentros para a formação das crises atuais. Essas questões colocadas pelo autor serão objeto de aprofundamento em relação às consequências para nossa pesquisa, já que as periferias urbanas seriam, para além da inserção dessas pessoas pelo crédito, um local para a ação dos projetos de urbanização e criação de infraestruturas, pela sua situação de precariedade.

Assim, as periferias, nessa perspectiva, seriam o lócus do ajuste espacial por sua capacidade de receber novos empreendimentos e pela existência de espaços vazios a serem incorporados ao processo de valorização imobiliária. Por outro lado, Harvey afirma que tais processos se espalham pelo mundo e foram os principais fatores de absorção desses excedentes, financiados pelo processo geral de endividamento. O autor acrescenta, ainda, que os projetos ligados ao “ambiente construído” urbano, as construções de grandes projetos de infraestruturas são parte desse processo, tais como: aeroportos, barragens etc., o que para o autor mobilizaria vários países produtores de matérias primas como o Chile, o Brasil, etc. Sendo assim, o lado “sombrio” de tal processo compreenderia as reestruturações urbanas que atingem, na maioria das vezes, os mais pobres e as expulsões de favelados denominadas como ações de “desposseção”. O autor procura demonstrar como as resistências a esse processo no Brasil são denominadas como a luta pelo “o direito à cidade”, apropriando-se de um dos conceitos utilizados Lefebvre (2001) para subsidiar as lutas urbanas e recolocar a luta de classes com base nessa leitura, contudo empobrecendo o sentido da elaboração teórica da cidade e do urbano de Lefebvre associando o conceito do autor como justiça social.

Um passo para a unificação dessas lutas é adotar o direito à cidade, como slogan e como ideal político, precisamente porque ela levanta a questão de quem comanda a relação entre urbanização e o sistema econômico. A democratização desse direito e a construção e a construção de um amplo movimento social para valer são imperativas para que os despossuídos possam retomar o controle que por tanto tempo lhes foi negado e instituir novas formas de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir em que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo do termo; do contrário, não será nada. (HARVEY, 2013. sem paginação)

De forma geral, para Harvey, as crises são momentos de paradoxos e contradições e, por isso, abrem possibilidades para as alternativas e lutas anticapitalistas. Assim, ao procurar discutir as formas de suplantação do capitalismo, o autor reconhece que, apesar de várias experiências marginais em vários países, não há um movimento anticapitalista unificado de tentativa de suplantar a classe capitalista do poder e ultrapassar esse sistema. Ele discute a famosa frase de Lênin “o que fazer” acrescentando “com quem” e “onde”. Por outro lado, coloca a sua perspectiva de “reforma”, quando afirma que o objetivo de um movimento unificado deve ser o controle social de produção e das formas de redistribuição dos excedentes.

Harvey procura ampliar a questão da luta de classes para além do “chão da fábrica”, para todas as partes onde há trabalhadores ou semi-empregados, além de pensá-la nas outras formas de lutas, como as revoltas urbanas e a luta por direitos. Assim, para ele, a cidade seria o lugar para os movimentos de classe tanto quanto as lutas na fábrica, além de ser o lugar para a construção da aliança com os movimentos rurais e camponeses. Além disso, a sua definição da categoria dos “despossuídos” pela acumulação por despossessão, é centrada naquelas populações que foram despojadas de seus recursos e modos de vida coloniais, neocoloniais e neoimperialistas e forçados a se integrarem ao mercado comercial e à conversão de direitos de bens comuns em propriedade privada. Sendo que esse processo de despossessão, de forma geral, no ambiente urbano, refere-se às expropriações de populações de baixa renda e expulsão por meio da legislação do uso do solo de ocupações urbanas, com a aliança do Estado e da iniciativa privada a partir do que Marx denominou de acumulação primitiva. Cabe a nós o aprofundamento dessa questão, no sentido de pensar a expropriação/inserção

dessas populações com base na lógica da valorização do valor e da instauração dessa totalidade crítica e, de outro lado, pensar essa questão a partir das diversas lutas reivindicatórias nas periferias urbanas para além da chave da luta de classes.

Em relação ao papel do sistema de crédito, o autor avalia como uma grande alavanca moderna a extração de riqueza realizada pelo capital financeiro da população trabalhadora. Para ele, tanto as formas ilegais como as formas legais de crédito são utilizadas para as práticas de despossessão e beneficiam os que já estão ricos, fazendo com que populações inteiras, mesmo nos países avançados, sejam imersas numa escravidão pela dívida. Nesse sentido, nossa leitura da imposição do crédito como uma lógica cega e anônima é teorizada pelo autor como mais um processo mediado pela luta de classes, na qual os agentes dominantes extraem a riqueza do proletariado através do endividamento. Assim, para o autor, o acesso às mercadorias e ao consumo é realizado por apenas alguns sujeitos do processo social e aqui também há uma aposta e defesa do “distributivismo”, isto é, da distribuição equânime dos meios de produção e do dinheiro.

Na análise da questão das inovações tecnológicas e do desenvolvimento das forças produtivas, o autor coloca que a lei da queda tendencial da taxa de lucro seria insuficiente para explicar uma crise imanente. Ele afirma que o próprio Marx teria apontado uma quantidade imensa de tendências contrariantes que se ampliavam nesse período e ganhavam força, além do aumento e inovações das forças produtivas que economizariam tanto capital como trabalho. Para Harvey (2011):

o próprio Marx, na verdade, listou uma série de influências de contra-tendência para a queda da taxa de lucro, incluindo as taxas crescentes de exploração do trabalho, a redução dos custos dos meios de produção (inovações de economia de capital), o comércio externo que reduziria os custos dos recursos, um enorme aumento do exército industrial de reserva de mão de obra que inibe o estímulo ao emprego de novas tecnologias, juntamente com a constante desvalorização do capital, a absorção do excedente de capital na produção de infraestruturas físicas e, finalmente, a monopolização e a abertura de novas linhas de produção com trabalho intensivo. Essa lista é tão longa que torna a explicação de uma “lei” sólida de queda de lucros uma resposta mecânica à inovação para economizar trabalho, que permanece uma proposta insuficiente. (HARVEY, 2011, p. 82)

Alfredo, ao criticar Harvey, afirma as contratendências não eliminariam o desenvolvimento das forças produtivas, mas a realizariam de modo extensivo, ainda que isso constitua a história do capitalismo e neste sentido o par contraditório tendencia-contratendencia movem a história do capital¹⁶.

Harvey coloca ainda essa contra-tendência abordada por Marx da absorção do excedente e da criação de novas linhas de produtos como um problema central que merece aprofundamento. Aqui, o autor se aproxima da nossa pesquisa ao defender que a proliferação de novos produtos eletrônicos para toda a sociedade, mas principalmente para as classes de baixa renda dos países em desenvolvimento, assim como uma gama de produtos incentivou o consumismo, uma poderosa forma de absorver os excedentes do capital, no entanto avaliando a partir de sua visão de suplantação da crise e não como realização desta.

De todo modo, Harvey argumenta que tal surpreendente avanço de novas linhas de mercadorias e desejos que alavancaram o consumismo desde 1950 não foi previsto por Marx no desenvolvimento da lei da queda tendencial da taxa de lucro. De forma geral, então, essas ondas de inovação tecnológica e em seguida um processo de destruição criativa marcariam esse percurso, considerando que a lei da queda de Marx não seria de todo simplista, mas colocaria esse processo de crises temporárias, de crises de renovação e superação do capitalismo.

A noção de Harvey sobre o incremento do capitalismo e a busca de novos mercados é desenvolvida a partir da expansão dos mercados para as periferias, que para ele são expressas, com base em Luxemburg (1985), pelos países subdesenvolvidos, na noção de sociedades pré-capitalistas, denominadas por ele de formas sociais intermediárias como as colônias, economias baseadas na monocultura, dependentes etc. Tal entendimento das teorias de Luxemburg é transposto para a análise do urbano e da metrópole no interior da reflexão de autores que pensam esse processo de inserção do mercado pelas populações das periferias das metrópoles, problematizando a relação centro-periferia como busca e intensificação de novos mercados e forma de superação da crise. Sendo assim, esses autores compreendem

¹⁶ Anotações das leituras do Grupo de estudos de *O Capital* coordenado pelo Prof Anselmo Alfredo no LABUR-Departamento de Geografia FFLCH – USP

tais espaços como não integrados à lógica capitalista, como formas sociais intermediárias que podem ser incorporadas de maneira não marginal a esse novo momento da acumulação.

Harvey, nesse sentido, parte da tese da absorção das economias não-capitalistas, afirmando que o capitalismo precisa se realizar incorporando fronteiras ou se reproduzindo a partir do seu entorno. Descrevendo como “entorno”, a nosso ver, tudo aquilo que esses teóricos não consideram como inseridos de forma central na lógica capitalista ou enxergando formações marginais ou intermediárias. Essa visão irá influenciar as leituras sobre as periferias urbanas das metrópoles no interior da Geografia, procurando identificar em tais espaços as pretensas relações não capitalistas ou não inseridas na lógica da mercadoria, como, por exemplo, as ideias de Robira (2005). A autora, a partir da sua leitura de Harvey (2005), argumenta que os espaços periféricos das metrópoles são territórios não capitalistas, afirmando que os espaços centrais metropolitanos manteriam no seu interior territórios reservas ou territórios adormecidos para que o capital pudesse resolver as sucessivas crises de expansão e retração. Para ela:

Esses territórios “não capitalistas” poderiam ser denominados mais propriamente como “territórios não metropolitanos” ou “territórios adormecidos”, porque as suas particulares estruturas urbanas, sociais e econômicas, subprodutos do processo de acumulação territorial, invalida-os temporalmente para a própria acumulação e, não obstante, serão espaços a transformar nas sucessivas operações urbanísticas de ajuste do espaço urbano às necessidades do capital. (ROBIRA, 2005, p. 11)

Há que se destacar que a perspectiva de Robira não é solitária, mas está presente, ora mais, ora menos explicitamente, em boa parte das pesquisas sobre as periferias. A autora apenas colocou essa questão de uma forma direta, ao passo que as outras perspectivas não assumem utilizar tal discussão da periferia como “formações não capitalistas” ou não integradas à lógica do capital, uma abordagem que dista do procuramos afirmar nesta tese, partindo no que denominamos de simultaneidade negativa, ou ainda, da lógica de uma mediação social que atinge a todos. Assim, entendemos que as populações pauperizadas do que se denominam periferias se

encaixam na definição desse processo de alargamento do consumo e dessa riqueza de necessidades criadas, porém, diferente do que afirma Harvey, não como uma forma de resolver a crise, mas para envolver esta população nesse processo de reprodução crítica que os coloca não numa condição “periférica”, mas completamente integrado a este processo de ficcionalização da economia como consumidor de crédito.

Entendemos que não há como compreender os espaços denominados de periferias urbanas como territórios adormecidos, ou ainda como territórios reservas. Esses espaços, pelo contrário, estão imersos de forma central na dinâmica crítica de reprodução do capital e são incorporados a partir desse processo de universalização e intensificação das relações capitalistas, o qual insere a metrópole paulista no percurso mundial de universalização da reprodução fictícia. Robira define as periferias como espaços com características opostas às regiões centrais, espaços colonizados ou subordinados. Há aqui a visão de uma periferia que não estaria nos circuitos do grande capital, mas como espaço de futura ação do capital. Dessa forma, Robira (2005) afirma que tais espaços “marginais”:

não merecem este qualificativo porque se localizam nos limites ou nas margens do tecido urbano ou porque são espaços residuais e reduzidos, mas porque, independente de seu tamanho e localização, são espaços, do ponto de vista urbano e social, não regulares, nos quais as condições “naturais” de vida são “infranaturais”, ou estão aquém do que uma sociedade concreta pode considerar “normal”. Os espaços marginais constituem os territórios-reserva onde se produz a acumulação da escassez. (ROBIRA, 2005, p. 17)

A ideia de uma periferia como um “outro espaço” ou como um “outro circuito” (SANTOS, 2004) diferenciado dos espaços centrais, fruto de uma visão homogênea sobre eles, criou uma série de discursos que procuraram reiterar a exacerbação das diferenças no interior da metrópole. Nessa visão, os espaços periféricos – ou, como coloca Robira, “espaços não metropolitanos” – estariam incluídos de forma marginal na produção e no consumo.

Essa leitura, por sua vez, procura transportar a ideia do exército industrial de reserva de Marx para a ideia de territórios reservas. A referida autora incorre no erro de

considerar, primeiro, uma pretensa homogeneidade desses espaços como lugar apenas da reprodução da classe trabalhadora e, segundo, pensando-os ainda a partir de uma visão dos anos 1970 e 1980, que esses espaços não estariam inseridos no processo amplo de financeirização, quando as formas dominantes de crédito eram os famosos “fiados” nos armazéns e outras formas diminutas de crédito. Além disso, para poder pensar as formas de subsistências dessa população, a autora escreve que os habitantes desses espaços, sobreviveriam primordialmente a partir de atividades criminosas, generalizando uma ideia de que tais espaços são dominados por facções criminosas. Essa leitura é o resultado lógico de não se conseguir pensar esses lugares como dominados pela totalidade capitalista e, ancorada na ideia de exploração e luta de classes, a autora coloca essas populações como fronteira, como o outro da acumulação. Nossa pesquisa procura acentuar o contrário: que o meio de incorporação dessa massa de população empobrecida ocorre pelo consumo e pelo crédito, através de um processo de endividamento que os coloca de maneira central na reprodução fictícia, nesse sentido, não na margem do processo, mas no centro do processo de reprodução crítica.

2.1 - A Geografia Crítica e a crise. A crise da crítica da práxis revolucionária

A análise da produção da Geografia de inspiração marxista, no interior do movimento denominado geografia crítica, tem importância primordial para o desenvolvimento das nossas questões sobre a perspectiva de como essa ciência se insere no debate geral acerca da dinâmica do capitalismo e suas implicações na reflexão das divisões intraurbanas na metrópole. Assim, nós procuramos, nesta parte da tese, debater com as obras produzidas na Geografia brasileira de orientação marxista que tematizaram sobre a valorização do espaço e que procuraram utilizar o materialismo histórico e dialético na construção das teorias a respeito das separações nas metrópoles sob o capitalismo. Buscamos também cotejar tais obras frente ao debate já realizado sobre o marxismo e as crises do capitalismo. De início, analisaremos os pressupostos da obra *A valorização do espaço* (MORAES & COSTA, 1987), já que ela é, a nosso ver, central dentro do processo de hegemonia do marxismo no movimento de renovação da Geografia brasileira, denominado Geografia Crítica. A análise de tal obra se revela de grande importância para nossa análise, já que ela é considerada uma referência na produção da Geografia brasileira fundamentada no arcabouço marxista.

Consideramos obra *A valorização do espaço* uma das grandes referências para as construções teóricas que acentuaram o papel fundamental do sujeito revolucionário, a partir da perspectiva que adota a luta de classes como sua mola mestra e afirma o marxismo em contraponto às perspectivas neopositivistas presentes no debate no momento do denominado movimento de renovação da Geografia brasileira. Vamos, assim, explorar os pressupostos dessa obra dentro do debate mais amplo que realizamos, buscando dialogar com seus fundamentos a partir da lógica do colapso e da crise. Além disso, pretendemos discutir como essa obra influencia a produção da Geografia brasileira, no sentido de uma análise da cidade e do urbano que parte da contradição de classes e da questão da exploração na expressão das desigualdades sócio-espaciais nas metrópoles. Num segundo momento, dialogaremos com outros autores da disciplina que discutiram a questão da segregação e das diferenciações sócio-espaciais, afirmando a expressão material da luta de classes no espaço e a

questão das lutas dos movimentos sociais no urbano. Essas reflexões são de grande relevância para aprofundar o debate, no interior da Geografia, sobre nossa temática, abrangendo as questões das separações intra-urbanas na metrópole paulistana e se aproximando do debate imediato do nosso tema, que é pensar a relação centro-periferia na metrópole.

Moraes e Costa procuraram discutir a ideia da valorização do espaço como um tema próprio da investigação geográfica, a partir do desenvolvimento de uma teoria marxista da Geografia fundamentada no materialismo histórico e dialético, e apontaram como mola mestra a perspectiva da construção teórica intimamente ligada à práxis política, nesse sentido, baseando-se:

(...) num sistema filosófico próprio que tem na relação entre a teoria e a prática sua pedra angular. Para o marxismo, só a visão crítica permite apreender a essência dos processos sociais, só a inserção no movimento propicia seu entendimento. Por isso, ele se associa a uma prática política – a proposta do socialismo científico. (MORAES & COSTA, 1987, p. 35)

Essa obra, uma referência para a Geografia Crítica, procura construir uma teoria marxista baseada em uma perspectiva metodológica própria no interior do debate geográfico e, nesse sentido, critica a possibilidade de um objeto unitário na geografia. A perspectiva dos autores é a de propor a construção de uma teoria da Geografia que afirmasse essa ciência como primado da prática social, expressão das contradições na materialidade do espaço e cenário para a ação do sujeito revolucionário – o proletariado. Moraes e Costa procuraram, assim, construir uma perspectiva de ciência que afirmasse uma ligação indissolúvel entre a construção do conhecimento e a práxis política, bem definida como projeto de superação do capitalismo, naquele momento, pela perspectiva do socialismo científico. Os autores afirmam ter o intuito de construir, a partir do método marxista, uma “(...) formulação de uma teoria marxista que dê conta das questões colocadas pelo temário geográfico” (MORAES & COSTA, 1987, p. 38). Nesse sentido, os autores procuraram atrelar as questões centrais desse temário principalmente ao espaço na sua concretude, que deveria ser dialetizado, inserido no

movimento do método marxista. A partir do materialismo histórico como primado, a Geografia praticamente se afirma como ciência do espaço, partindo da sua concretude e da produção material do espaço, procurando, porém, envolver esse concreto como um concreto dialetizado pelas mediações múltiplas desse objeto. Para os autores:

A postura materialista traz direcionamentos importantes para o tratamento da questão que nos interessa. Em primeiro lugar, fica claro que não se pode “construir idealmente” um objeto impondo um corte arbitrário ao real. O objeto não pode ser um construto mental, uma pura ilação do sujeito. Ao contrário, ele deve ser uma existência concreta, uma identidade no real. A definição do objeto geográfico deve, portanto, sair do domínio escolástico e passar a ser vista como explicitação desta identidade. O sujeito identifica na realidade que lhe é exterior, o segmento em que vai centrar sua análise, desnudando-a numa teia de determinações e mediações múltiplas (...) A primazia da construção do novo saber geográfico deve estar claramente referendada no real, naquele sentido de que “as teorias devem fluir da realidade para os livros” ou ainda na feliz expressão de Milton Santos: “o novo não se inventa, descobre-se”. (MORAES & COSTA, 1987, p. 51-52).

De forma geral, o objeto da Geografia deveria passar pela materialidade da sociedade e da história humana, enquanto produção material do espaço, revelando as contradições da produção capitalista do espaço como o antagonismo de classes e a apropriação privada da produção. Para eles:

A concepção materialista da história, ao centrar seu desenvolvimento na ação concreta dos homens reais e nas formas de organização de sua produção material (...) traz em seu bojo uma série de contradições inevitáveis, tais como o antagonismo de classe, o caráter social da produção e sua apropriação privada, o desenvolvimento das forças produtivas frente às relações de produção vigentes. (MORAES & COSTA, 1987, p. 69)

De forma geral, os autores vão afirmar que o objeto da Geografia procura entender a relação sociedade-espaço, demarcando que tal relação social se expressaria historicamente em processos reais e concretos, sendo o espaço fruto do trabalho humano. A proposta de valorização do espaço estaria assim embasada no que os autores afirmam ser a essência do ser social, baseada no trabalho e no valor, já que

essas categorias são aquelas que mais se aproximariam do que concerne a uma teoria da Geografia ou do temário geográfico, a partir da materialização do trabalho na superfície terrestre.

Para nós, a construção de uma teoria marxista por esses autores foi centrada num temário que afirmava o espaço como atributo físico e a tentativa deles foi a de dialetizar o que era materialmente construído, numa perspectiva de uma sociedade que produzia espaços, que produzia materialidades a partir de interpenetrações entre as abstrações e as concreções. Por outro lado, os autores acabaram por afirmar, a nosso ver, o que eles denominaram de uma herança da Geografia, que é a questão da diferenciação dos lugares como objeto próprio da Geografia, associado à produção e à valorização diferencial do espaço. Assim, foi desenvolvido, com base nessa proposição, os argumentos da relação do homem com seu espaço material através de um processo de valorização do espaço, expressado, na materialidade do desenvolvimento histórico, como objetividade e materialidade.

Para os autores:

As sociedades humanas, para reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem (...) relações vitais com seu espaço. Nas palavras eloquentes de Milton Santos: produzir é produzir espaço. Este é nosso fundamento geral: o desenvolvimento histórico ilustra a objetividade e a materialidade dessas relações em suas múltiplas manifestações. (MORAES & COSTA, 1987, p. 121)

Nesse sentido, os autores afirmam que as formas espaciais objetivadas condicionam a estrutura econômica, dominam a sociedade e elegem as categorias valor e trabalho como categorias fundamentais da materialidade social, assim como suas múltiplas manifestações, que seriam objetos da análise deles. Para eles, a relação sociedade-espaço é, nesse sentido, sempre uma relação valor-espaço. Para desenvolver essas questões, os autores discutiram uma teoria sobre as formas próprias de valorizar o espaço, o que eles denominaram como valor **no** espaço e valor **do** espaço. Na segunda perspectiva, procuraram desenvolver a ideia da fixação de valor do espaço como cristalização do trabalho morto, como capital fixo e renda diferencial,

como qualidade específica dos lugares; no caso urbano, estabelecendo a ideia de lugares mais ou menos valorizados em função de sua disposição no tecido urbano. Nesse sentido, para eles:

o valor do espaço, em todas as suas formas de manifestação, aparece frente ao processo de produção, como um valor contido. O lugar e seus recursos naturais ou construídos. Enfim, o espaço concreto, tal como ele se apresenta para a produção. A terra é aqui, uma realidade natural e material que se define como receptáculo do trabalho humano historicamente acumulado. (MORAES & COSTA, 1987, p. 127)

No que se refere ao valor **no** espaço, os autores discutem que o espaço é substrato para o desenvolvimento das relações econômicas e sociais, diferenciando do valor próprio do espaço e afirmando a espacialidade como atributo da criação de valor. Moraes e Costa procuram afirmar, assim, a espacialidade como uma relação da concretude da criação do valor e colocam como tema central dentro da teoria marxista o papel dessa última no processo de circulação das mercadorias.

A produção do espaço, sendo assim, seria a expressão combinada dos dois momentos, ou seja, do valor **do** espaço e do valor **no** espaço. A partir dessas reflexões, os autores afirmam a necessidade de diferenciar a valorização do espaço que se manifesta diferentemente do processo de valorização das mercadorias, já que o espaço não seria apenas um produto, mas também uma condição geral para a produção capitalista. Por outro lado, outra qualidade do espaço seria a construção de suas singularidades a partir de sua função de depositário da história e do trabalho humano e, ainda para se diferenciar das outras mercadorias, a questão de que não há a destruição do espaço no seu processo de produção, mas apenas a sua modificação.

As metrópoles aparecem, portanto, como ilustração típica do processo de soma de tempos de trabalho e acumulação de tempos no espaço. A urbanização, tema que nos interessa mais especificamente, não deixaria de expressar uma massa de valores cristalizados no conjunto edificado, um capital social geral, e a cidade representaria, dessa forma, o sentido físico da acumulação de trabalho morto sobre o espaço e sua valorização. Aqui pensamos que é importante destacar que, partindo dessas

perspectivas, as diferenciações intra-urbanas serão também construídas a partir do físico e do concreto. Assim, os antagonismos de classes serão expressos espacialmente na construção das centralidades e, “na cidade propriamente dita”, como *lócus* das classes mais abastadas e nas áreas degradadas e autoconstruídas, definidas como periferias urbanas, como lugar do proletariado, subempregados e desempregados. Ao afirmar que o espaço representa a cristalização das contradições no modo de produção, eles afirmam que:

O consumo social do espaço urbano, por exemplo, traz em seu bojo todas as contradições desse modo de produção. É por isso que as metrópoles contemporâneas representam, (...) mais que qualquer espaço urbanizado, palco privilegiados para as chamadas lutas sociais urbanas, que nada são mais do que a expressão (circunscritas espacialmente) da luta de classe. (MORAES & COSTA, 1987, P. 162)

Assim, a metrópole seria palco privilegiado da cristalização das contradições de classe no espaço e o “palco privilegiado para o desenvolvimento das lutas sociais”, aqui principalmente o desenvolvimento das questões da expressão da desigualdade social construída pela lógica da exploração e distribuição injusta da mais-valia e como inerência do sistema capitalista. Para os autores:

Sob este modo de produção, o espaço é, antes de tudo, objeto, veículo e produto do capital. Por isso, mesmo em termos de determinações gerais, o processo de valorização capitalista do espaço não é outro que a própria valorização do capital. Por outro lado, como espaço real é um atributo da materialidade, o próprio movimento do capital, enquanto história de homens e lugares reais, manifesta-se espacialmente desigual. (MORAES & COSTA, 1987, p. 168)

A concentração espacial seria, através da urbanização nas metrópoles, o palco para o desenvolvimento inerente das contradições do capital em relação à contradição de classes, expressando materialmente a lógica da exploração capitalista, a apropriação desigual dos espaços urbanos e servindo como fermento para as lutas sociais pautadas na distribuição desigual dos equipamentos de consumo coletivo, para as lutas por habitação, dentre outras, que denunciavam a questão da precariedade dos

espaços pauperizados. Para os autores:

A forma de organização interna das cidades e particularmente das metrópoles capitalistas expressam (...) o antagonismo de classe reinante nesse modo de produção (...) as melhores localizações serão apropriadas e consumidas pelo capital e pela burguesia. (...) O consumo dos chamados equipamentos coletivos ou capital social, é bastante discriminatório, pois sua distribuição no espaço urbano é igualmente seletiva. Por todas estas contradições, a metrópole aparece no capitalismo contemporâneo como palco privilegiado das lutas de classe. Estas se manifestam cotidianamente; nas invasões de terrenos urbanos e imóveis, nos movimentos populares de reivindicações de equipamentos de consumo coletivo, na luta por melhores condições ambientais e, enfim, no conjunto dos chamados movimentos sociais urbanos. (MORAES & COSTA, 1987, pp. 179-180)

De forma geral, essa perspectiva, que advém da aproximação da Geografia com outras construções teóricas, como a Sociologia Urbana, o Urbanismo e a Economia, criou um núcleo comum dentro do pensamento marxista na academia que discutia e denunciava a expressão das contradições do capitalismo e da luta de classes no urbano e na metrópole a partir da espacialização da luta de classes. Assim, esse campo teórico, fundamentado no paradigma da luta de classes, contrapunha um centro, ou centralidade, abastado e uma periferia precária e sem equipamentos de consumo coletivo, como *lócus* do operariado ou do exército industrial de reserva. Nesse sentido, é possível afirmar, genericamente, que o desenvolvimento das reflexões teóricas na Geografia marxista seria pautado na visão de que essa expressão espacial da exploração e da injustiça social revela as contradições da lógica de exploração do capitalismo. A perspectiva de superação do capitalismo estaria assim na ação consciente do proletariado e das populações pauperizadas e o papel da Geografia seria - em conjunto de outras ciências - revelar as contradições **no** espaço, definindo a paisagem geográfica criada pelo capitalismo como local de instabilidade e contradição, o lugar da luta de classes (HARVEY, 2013, p. 22).

No âmbito geral, o recorte teórico para análise das divisões intraurbanas na metrópole foi, majoritariamente, marcado pela questão da exploração e do crescimento da miséria do proletariado, expressos espacialmente na cidade. Assim, a tematização

das denominadas periferias urbanas expressava a lógica de criação da barbárie e da exploração através das condições de moradia desses espaços precarizados e degradados, relegando os trabalhadores a condições inumanas de sobrevivência.

O Estado terá uma função importante nessas construções teóricas, desempenhando um papel contraditório no processo de gestão do espaço urbano. De um lado, teria que garantir as condições para a reprodução do capital e, por outro, estaria pressionado pelas reivindicações dos movimentos sociais urbanos. As estratégias desses movimentos passarão pela organização política via partidos de esquerda em conjunto com os movimentos sindicais para a disputa do Estado por meio de eleições, procurando garantir condições de sobrevivência com maior justiça sócio espacial.

De forma geral, esta geografia não teria superado a forma burocrática, porque apostou na tomada do Estado como meio de superação e não abdicou de ser uma Geografia que enxergasse, na perspectiva distributivista, um caminho para a justiça sócio espacial. A Geografia de orientação marxista se apegou à forma do sujeito, baseado no prisma da sociologia de classes, e a procurou desenvolver, nesse conflito classista, a partir da expressão espacial de tal contradição, afirmando, com base na centralidade da exclusão, o sujeito revolucionário nas cidades e no campo e buscando se afirmar como ciência da práxis, como instrumento de conhecimento e transformação da sociedade. Para Moreira (1982), de forma geral, a Geografia crítica de orientação marxista procurava desenvolver um:

plano de indagação ansiosa da história concreta dos homens, no interior da qual (...) se indaga acerca do saber geográfico: "a geografia, o que é, para que serve e a quem serve?" Ainda mais, sugerindo a eleição do caráter histórico-concreto da sociedade de nossos dias e dos caminhos de sua superação histórica, o contexto da luta de classes, por conseguinte, como eixo do *carroussel* em que se movimentam e se refazem o instrumental discursivo da geografia, seu valor específico, função, envolvimento. (MOREIRA, 1982, pp. 7-8)

Quaini (1979), a partir da sua leitura da Acumulação primitiva em *O Capital*, procura discutir a separação do produtor com a terra ou com sua propriedade como valor de uso, rompendo o vínculo da sociedade com a natureza e mostrando como o

espaço concreto, a materialidade que se expressa como a separação do produtor do seu meio de produção e a conseqüente concentração do operariado nas cidades, revelaria a contradição de classe expressa na materialidade do espaço.

Para ele:

Antes de mais nada fica claro que as contradições ecológicas e territoriais devem ser reconduzidas aos mais profundos antagonismos sociais do modo de produção capitalista e que para elas não pode haver superação real a não ser como superação das relações de produção e portanto de toda a organização social e territorial do capitalismo que com a objetividade implacável de uma monstruosa segunda natureza contradiz tanto a natureza como o homem. É a conclusão a que chega Engels [que afirma que] “A questão da habitação poderá ser resolvida somente após mudanças sociais de tal alcance que permitam enfrentar a eliminação da antítese entre cidade e campo, que foi levada ao auge pela atual sociedade capitalista”. (QUAINI, pp.134-135)

A perspectiva marxista da Geografia apostou, assim, na visão da produção social do espaço, incorporando na sua elaboração a influência de vários autores de outras ciências sociais, sob a égide do marxismo, e tendo como centro da sua atenção a análise do sujeito e do espaço como produto contraditório da atividade humana. Tais perspectivas teóricas, marcadas por uma forte ligação com a prática social, fizeram com que essa Geografia tivesse uma intrínseca relação com diversos movimentos sociais e fizesse uma produção voltada contra as injustiças sociais e pautada pelas contradições de classes, expressas nas desigualdades sócio-espaciais, na relação entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos. Dessa forma genericamente, essa Geografia se mostrou como uma ciência militante e com a perspectiva de transformação do real.

Conforme Scarim (2000), ao longo da década de 1980,

há profundas transformações nos modos de pensar e fazer a geografia, passando pela incorporação de novas categorias, caminhando da noção de organização para a produção social do espaço, com mudanças bibliográficas profundas (...) tendo como central na análise o homem como sujeito da história e o espaço produto da atividade humana. (...) Essa estrutura construtiva de ligação da geografia com o mundo real, leva a um acompanhamento de vários movimentos sociais que eclodem

neste período, entre eles o movimento indígena, dos sem-terra, rurais e urbanos, dos seringueiros, dos ribeirinhos, além da questão ecológica e operária (...) esta perspectiva de inserção da geografia nos movimentos sociais não atinge somente os temas e a metodologia de pesquisa, mas também a própria organização da comunidade geográfica. (SCARIM, 2000, p. 41)

Se, por um lado, essa construção teórica e práxis política se colocou ao lado dos marginalizados, por outro lado, incorporou aquilo que era hegemônico no pensamento marxista tradicional – a justiça social, a hegemonia da classe operária e o distributivismo – como forma de ser de sua crítica. Nesse sentido, tais proposições apontaram, na maioria das vezes, para uma acentuação da lógica da exploração como crítica moral e da luta por justiça social, o que não questiona a essência da forma valor, mas sua distribuição injusta. Como nos diz Alfredo (2010):

A concretude, assim posta, levou os limites da crítica numa perspectiva externa que se fez pela análise das lutas sociais em torno daquilo que passou a se denominar de consumo coletivo do espaço ou da cidade. Tratou-se de uma abordagem classista e institucional daquilo que se considerou chamar de o direito à cidade. (ALFREDO, 2010, p. 412)

A perspectiva desse marxismo, que optou por não discutir a teoria do colapso como imanência do capital, negando a centralidade do fetichismo da mercadoria, acabou por afirmar a modernização do capitalismo como duas faces da mesma moeda do processo de valorização do capital. Assim, tal perspectiva se igualou a um reformismo com face social e positiva, já que não aponta para a superação da valorização do valor, mas sua afirmação.

Nossa pesquisa procura acentuar a necessidade de pensar uma leitura crítica que avance para além da denúncia da situação de exploração, para além da conquista de direitos de melhores condições de vida, mas que considere uma perspectiva negativa dessa inclusão como uma forma de socialização negativa. A produção geográfica, nesse sentido, ao afirmar a luta e seu desenvolvimento teórico centrado na perspectiva da exploração do sujeito revolucionário e da subjetivação alienada das classes pauperizadas e não na objetividade crítica da valorização do valor, não

consegue escapar da armadilha da justiça espacial como forma de positivar a mercadoria e não a negar.

A questão da consciência de classe está no centro do debate da ação do marxismo tradicional e medeia também todas as formas de análise sobre as resistências do operariado ou das populações pauperizadas das “periferias” do que a geografia marxista não escapa. No geral, o reconhecimento do trabalhador e da sua consciência de explorado tem forte embasamento na questão da proximidade física, seja da fábrica, no caso do operariado, seja das suas habitações precárias nas periferias urbanas como *lócus* da classe trabalhadora ou da população pauperizadas em trabalhos informais. A consciência de sua condição explorada e periférica é uma das formas que a crítica marxista que discute a cidade e o urbano procura colocar a sua crítica e pensar as análises das ações que as os desaliena ou desmistifique sua condição no sentido de construir uma consciência revolucionária.

Assim, a crítica distributiva, contra a falta de equipamentos urbanos e a favor de uma melhoria salarial, alcança o nível da democratização e humanização das condições de vida numa sociedade tão desigual como a brasileira e da região metropolitana, porém não consegue transcender para uma crítica que vá além da reforma, da inclusão dessa população como cidadão pleno de direitos, o que inclui, de forma central, a sua inserção como consumidores, servindo, portanto, como contribuição para a realização da valorização do valor e não como sua negação.

Assim, a produção geográfica de orientação marxista não conseguiu ultrapassar, bem como as demais ciências sociais, uma leitura distributivista e de inserção, a nosso ver, por estar completamente atrelada à visão do marxismo operário, a partir de uma leitura mediada pela luta de classes, na qual a crítica moral e da injustiça social suplantava a visão da crise imanente. Ligado a isso, é central também a teoria da ação do sujeito revolucionário, posta principalmente pelo acento da ação revolucionária e transformadora em relação a uma análise da crise imanente da dinâmica autofágica do capitalismo. Destaque-se que, se as derrotas dos movimentos sociais, a queda da URSS e do leste europeu, além do ocaso das lutas operárias colocaram essa Geografia em nova crise, a perspectiva classista se coloca com força a partir do surgimento de novos sujeitos.

Como diz Scarim (2000), citando Moreira:

Em 70 eram preocupações voltadas para a afirmação do trabalhador como sujeito da história, hoje é a mesma preocupação tentando mapear a multiplicação dos sujeitos, que a mundialização do capitalismo acabou criando... trocando em miúdos, ontem era uma teoria social preocupada em compor um olhar totalizante do mundo à luz do olhar do operário da indústria, hoje é uma teoria social preocupada em reproduzir o olhar não da identidade, um mundo olhado pela identidade e dos signos da classe operária, mas um mundo olhado pela multiplicidade, quer dizer o olhar da diferença, uma diferença gerada pela emergência junto à classe operária fabril de vários outros sujeitos, que hoje aparecem tão como sujeito da história quanto a classe operária continua a sê-lo, e vários sujeitos, todos eles voltados para a meta de mudar tudo isto que está aí, mas não mais como um discurso de classe universal necessariamente. (SCARIM, 2000, p. 211)

Nessa perspectiva, a Geografia marxista, também de acordo com Alfredo (2011), como já vimos, não deixou de acentuar a questão da materialidade a partir do desenvolvimento do materialismo histórico e dialético, afirmando muito mais aqui o materialismo do que a dialética. Ao escolher tal caminho, ela deixou de pensar o espaço a partir das formas abstratas de sociabilidade e, assim, deixou de lado uma possibilidade de aprofundar o fetichismo, no sentido de avaliar uma realidade não só concreta, mas posta na contradição entre o concreto e o abstrato. Para nós, houve um limite para explicar as bases de reprodução do moderno e da modernização ao se apegar à concretude do mundo e procurar se afirmar no mercado das ciências como construção teórica sobre a reprodução material do mundo, não realçando o espaço como veículo das abstrações do moderno e da modernização.

É importante colocar que o marxismo tradicional procurou esse sujeito para além da forma clássica do sujeito revolucionário nos vários movimentos sociais, e a produção teórica sobre o urbano é pródiga nisso, tentando encontrar tal sujeito para além da fábrica, nos movimentos sociais pela falta de moradia, pela falta de equipamentos de consumo coletivo e, de forma geral, pela falta do “direito à cidade”. Para Kurz (2010):

Daí também se torna compreensível que a deplorável “procura do sujeito” da esquerda radical após a segunda guerra mundial apenas possa ter acabado no ridículo, uma vez que ela não compreendeu o

nexo lógico da dialéctica do sujeito-objecto. Se o marxismo ocidental ainda queria invocar a “subjectividade proletária”, a nova esquerda prosseguiu com uma série de sucedâneos para o sujeito-objecto em pleno desvanecimento (grupos marginais, mulheres, subsistência etc.). (...) Sempre se andou à procura do sujeito precisamente por intermédio da questão da sua definição “objectiva”, sem se reparar que tal constituía um paradoxo, que desmentia a priori a própria pretensão de libertação; e que se tratava de uma definição que, embora fosse “certa”, apenas o era enquanto descrição (tão inconsciente quanto afirmativa) da relação de fetiche. (KURZ, 2010, sem paginação)

Nesse sentido, Alfredo afirma que a Geografia acabou por abdicar de pensar o mundo pela sua negatividade.

Para o autor:

A reafirmação espaço temporal era um limite teórico da crítica à crítica objetiva das relações de reprodução. Isto resultava da necessidade de sua afirmação enquanto ciência; egoísmo disciplinar que assim posto, apenas referenciava, pela contramão, os sentidos de um pensamento incapaz de ir além do véu da modernização, sendo ele mesmo, no seu introjetar-se afirmativo, uma limitação de seu campo teórico e, portanto, da crítica! Disto resulta, portanto, que a própria Geografia Crítica, ao definir os termos de sua crítica, o fez sob uma dupla limitação – o que não quer dizer que não tenha havido pertinências nesse percurso. (ALFREDO, 2010, p. 388)

Alfredo afirma, assim, que uma das limitações da geografia crítica marxista se refere ao fato de não avaliar as contradições internas do valor e da sua forma e as substituir pelas suas expressões, postas como a relação capital-trabalho e, dessa maneira, descrever a luta de classes na materialidade do espaço como um dos principais objetos da Geografia. Outra limitação diz respeito à Geografia Crítica marxista ter se afirmado como crítica moral desse processo de reprodução, com o intuito de se justificar enquanto conhecimento crítico que alia a construção teórica com a práxis revolucionária, buscando justificar a unidade entre teoria e prática. Desse modo, a concretude do espaço levou tais construções teóricas a uma incapacidade do “(...) *reconhecimento da potência das abstrações como determinação de uma sociabilidade efetivada por uma razão irracional*” (ALFREDO, 2010, p. 390), não houve o

reconhecimento das determinações metafísicas da reprodução social.

Pensamos que são importantes as questões postas por Kurz (2006) no que se refere à quebra desse paradigma da existência de uma simples oposição a um inimigo, que é concebido de maneira externa, nesse caso, o “capital”. Neste sentido para o autor haveria a necessidade de se pensar para além da ação imediata dos movimentos sociais sobre a questão da crise global para que esta ação não se perca no que ele denomina como “falsa imediatez” e não perca de vista a totalidade negativa da reprodução capitalista

Essas questões sobre o agir imediato e a necessidade da prática revolucionária iluminam nossas questões sobre a conceituação das “periferias urbanas” como *locus* do sujeito revolucionário ou como apenas o lugar dos explorados e negação de uma crítica do processo da autovalorização do capital. Estas questões nos remetem, desviando Henri Lefebvre, a questão do “campo cego” (LEFEBVRE, 1999) na discussão desses espaços na atual fase de reprodução crítica do capital. Lefebvre nos fala de um “campo cego” a partir do qual as ciências parcelares não conseguiriam ultrapassar a visão da industrialização como expressão do desenvolvimento da cidade e essa percepção ofuscaria a perspectiva do desenvolvimento da sociedade urbana. Para nós, a leitura classista também cumpriu esse papel ao lançar as luzes sobre a prática revolucionária como forma de superação do capitalismo e acabou deixando de lado uma crítica à autovalorização do valor, principalmente por se basear na perspectiva da práxis como razão de ser do conhecimento, na qual a 11ª Tese de Feuerbach foi a premissa do desenvolvimento da crítica. Nas palavras de Althusser (*apud* Kurz, 2008):

Os curtos relâmpagos das “Teses sobre Feuerbach” atingem com a sua luz todos os filósofos que deles se aproximam, mas qualquer pessoa sabe que um relâmpago curto ofusca mais do que clareia, e que não há nada mais difícil do que situar uma luz relampejante no espaço da noite que ela rompe. Um dia certamente será necessário esclarecer o enigma dessas onze teses. (ALTHUSSER, *apud* KURZ, 2008, sem paginação)

Defendemos que essas populações são também sujeitos da valorização do capital e as perspectivas de saída da marginalização acabam sendo formas de incluí-los na lógica mais geral da mercadoria, na integração negativa como sujeitos do

consumo. Procuramos pensar tal processo de integração com base nas afirmações de Kurz (2006) de que estamos todos imersos e dominados a partir de uma abstração real que nos domina. Para o autor:

A “abstração real” social atingiu, no processo de modernização capitalista, todas as esferas da vida, da arquitectura, da estética e da cultura até hábitos alimentares (*agro-business*, *fast-food*) e das relações pessoais. A nova crise global acelera a libertação do “indivíduo abstrato”. (KURZ, 2006, sem paginação)

A ideia da libertação do indivíduo abstrato é potente para realizar a crítica que insiste na dualidade da luta de classes, para separar aquilo que entendemos fazer parte de um mesmo processo, mas que a lógica da exploração esfuma e mascara. Entendemos que a abordagem de se pensar as periferias sem a chave da separação e da exploração pode permitir pensar as “periferias” sem a chave da alteridade, de um lugar outro ou d um lugar marginal a atual fase de reprodução do capitalismo. Para Kurz (2010):

Os modernos indivíduos são privados de toda originalidade: vêm-se ameaçados em se transformar em meros “exemplares” da forma do valor, em “seres humanos de confecção”. Quanto mais estridente se torna o discurso acerca da fantástica “individualidade” moderna ocidental, tanto mais os seres humanos individuais tornados abstratos do ponto de vista real se igualam entre si, qual um ovo em relação a outro, até mesmo no que se refere ao hábito exterior, no modo de pensar e agir mecanicamente controlado pelas modas e pelas mídias de acordo com o fetiche da valorização. (KURZ, 2010, p. 87)

Para além dessa questão, há que se pensar no movimento de inserção da lógica do consumo desses espaços, na medida em que a metrópole não permite separar espaços centrais e espaços periféricos, refletindo para além da materialidade e com base nas abstrações concretas e no valor como definidores dessa simultaneidade e homogeneidade. Não é possível separá-los, porque um é o outro, e assim não é mais possível pensar as periferias falando a partir da terceira pessoa, o que se denomina periferia não pode ser pensada como “eles”, mas como “nós” na primeira pessoa. A

crise da periferia é a crise da reprodução capitalista de toda a sociedade.

Tais pontos, para nós, refletem diretamente no que se refere à produção teórica na Geografia brasileira de viés marxista, na sua escolha pelo acento na luta de classes a partir da materialidade, na concretude da acumulação e na exploração capitalista como fio condutor do desenvolvimento de uma perspectiva crítica da Geografia, deixando em segundo plano o debate sobre o papel das abstrações e do fetiche como mola mestra do processo de reprodução social. Para Alfredo (2010):

A compreensão espacial, no entanto, ainda que posta sob as determinações de uma sociedade pautada pelas determinações da mercadoria e do valor, restringiu tal categoria de espaço sob a perspectiva de uma dimensão material e física. Isto resultava na observação, mesmo pela geografia auto denominada crítica, de que, no máximo, o mesmo se efetivava como veículo de abstrações, o que não punha o espaço como abstração própria do moderno e da modernização. (ALFREDO, 2010, p. 02)

Parece-nos assim que, ao se afirmar como ciência do espaço, a crítica marxista acabou se fechando numa “jaula” da concretude, ao afirmar a espacialidade concreta como seu objeto dentro das ciências humanas. Neste sentido ao construir um saber e se libertar do positivismo, se fechou para o debate sobre as abstrações concretas e mediadoras da valorização do valor. Se por um lado essa crítica procurava demonstrar a expressão da diferenciação espacial a partir da relação classista, por outro, ela perdia a possibilidade de pensar a relação entre a crise a crítica.

2.2 - Os dois circuitos da economia e a periferia como infracotidianidade

Nesta parte da pesquisa procuramos nos aproximar sobre a questão da relação centro periferia sobre o enfoque de duas importantes perspectivas no interior da Geografia brasileira: A teoria dos dois circuitos da economia de Milton Santos e da perspectiva do denominado “marxismo lefebvriano”.

Milton Santos, esse importante autor da Geografia dentro do amplo campo da Geografia Crítica de inspiração marxista, em sua obra – principalmente *O Espaço Dividido* e os posteriores desenvolvimentos teóricos sobre a questão dos “dois circuitos da economia urbana” – traz questões relevantes para a leitura das divisões intraurbanas e das periferias metropolitanas. Não pretendemos, nesta pesquisa, aprofundar a análise da obra desse autor que se colocou o propósito muito maior de reformular a teoria econômica a partir da especificidade do terceiro mundo e daquilo que ele denominou de uma retomada pela base da teoria espacial. Aqui procuraremos extrair as questões mais gerais ligadas à sua leitura da divisão espacial na metrópole e debater sobre a sua abordagem sobre uma teoria do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos a partir da centralidade do espaço, neste sentido a partir de uma visão positiva deste desenvolvimento em contraponto aos autores que já colocamos, sob uma perspectiva de crise do capitalismo.

Assim, para o autor, a questão da diferenciação espacial nas cidades dos países subdesenvolvidos estaria marcada por transformações impostas pela modernização, que agiram de modo seletivo em espaços diferenciados a partir de diversas variáveis e características do lugar, dentre elas as grandes diferenças de renda na sociedade. A questão da influência da disparidade de renda atuaria de forma central na capacidade de consumo diferenciada desses espaços, o que definiria a seletividade do processo de modernização e a resistência a tal processo. A diferenciação espacial, baseada em uma maior porosidade ao processo de modernização no âmbito econômico, seria a coluna central da tese de Santos. Para o autor:

Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e reorganizarem em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial. Mas

não são atingidos de um modo maciço pelas forças de transformação, cujo impacto, ao contrário, é muito localizado e encontra uma inércia considerável a sua difusão (...) as forças da modernização impostas do interior ou do exterior são extremamente seletivas, em suas formas e seus efeitos (...) Trata-se de uma história espacial seletiva. (SANTOS, 2004, p. 20)

O autor continua sua elaboração afirmando que o consumo seria a forma de dispersão dessa modernização, mas, ao mesmo tempo, o que ele define como seletividade espacial serviria como um freio a tal processo de modernização, já que a capacidade de consumir não seria a mesma nem qualitativamente nem quantitativamente. Alicerçado nessa leitura, o autor afirma que a cidade não poderia ser mais estudada como “uma máquina maciça” (SANTOS, 2010, p. 22) e propõe a divisão dessa em dois subsistemas denominados de circuito superior ou moderno e circuito inferior. A partir dessa divisão em dois subsistemas, Santos(2004) postula que a cidade teria sempre essas zonas de influência, aqui não mais definidas como centro e periferia, mas de acordo com esses dois subsistemas. Destaque-se que, dessa forma, o autor pretende criar um novo paradigma dentro da teoria da urbanização e uma teoria do desenvolvimento econômico relativo à realidade dos países subdesenvolvidos e considerando sua dimensão espacial. Para o autor:

É necessário doravante levar em conta o circuito inferior como elemento indispensável à apreensão da realidade urbana e encontrar medidas a serem adotadas para atribuir a esse circuito uma produtividade mais elevada e um crescimento sustentado, ao mesmo tempo conservando o seu papel de fornecedor privilegiado de empregos. (SANTOS, 2004, p. 23)

O autor coloca a sua visão de uma perspectiva desenvolvimentista dos países subdesenvolvidos a partir do fomento de uma produtividade dos circuitos inferiores e se utilizando, a nosso ver, da expressão marxista de exército industrial de reserva como uma forma privilegiada de fornecimento de mão de obra.

O autor coloca uma questão importante, a qual viemos debatendo, que marca uma mudança central para a reflexão dos espaços pauperizados no que se refere à sua leitura de seletividade espacial. As resistências dos lugares, a que o autor denomina

como modernização, parecem, a nosso ver, se desvanecerem por completo no atual período de crise da acumulação fictícia que insere tanto os lugares com maior renda como os de menor num mesmo processo de reprodução crítica baseado no crédito e no consumo, mesmo que tal consumo se estabeleça de forma diferenciada quantitativamente, como desenvolveremos no capítulo 3.

A abordagem de Santos sobre os dois circuitos reafirma, em uma leitura própria, a divisão centro periferia baseada na relação de precariedade e modernização a partir da diferença de renda e de capacidade de consumo, o que acaba repetindo a divisão entre espaços precários e espaços com maior quantidade de serviços e infraestruturas, espaços que teriam consumos diferenciados tanto quantitativamente como qualitativamente.

Entendemos que a perspectiva do autor se aproxima muito do que temos afirmado aqui, fundamentados em Kurz e Postone, acerca da questão da distribuição mais justa de equipamentos e capacidade de consumo a partir da questão urbana, sem conseguir ultrapassar uma dimensão positiva da acumulação e reclamando para esses lugares os benefícios dos progressos técnicos. Para Santos :

Um dos circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas. (SANTOS, 2004, p. 38)

Assim, o autor procura quebrar a divisão entre moderno e tradicional, propondo uma relação de dependência entre o circuito inferior e o circuito superior. O autor procura, dessa maneira, construir uma diferenciação ancorada em diversas variáveis, construindo uma visão bipolarizada das características de cada setor que contrapõe. Não entraremos na análise exaustiva da tabela que mostra diferenças centrais entre os dois circuitos e que coloca uma separação importante entre os dois setores, que aqui fazemos um paralelo entre os setores centrais e os setores ditos periféricos. No entanto, as divisões feitas por Santos são relevantes e servem de base para as

distinções entre centro e periferia – presentes nas elaborações posteriores no interior da Geografia –, as quais ainda persistem em muitas análises que procuram afirmar os espaços denominados periferias através da lógica de espaços marginalizados ou espaços não capitalistas.

Assim, entendemos como datadas as caracterizações do circuito inferior propostas pelo autor para compreender os espaços pauperizados da metrópole paulista, já que o autor afirma que esses seriam espaços onde os empregos seriam raramente permanentes e a sua remuneração estaria no limite ou abaixo do “mínimo vital”; onde regatear e pechinchar seriam uma regra; onde a acumulação de capital não constituiria a primeira preocupação ou “simplesmente não haveria esta preocupação e que a publicidade não seria necessária, graças ao contato direto com a clientela” (SANTOS, 2004, pp. 45-46) e, mais importante para nós:

no circuito inferior, a acumulação de capital não constitui a primeira preocupação ou simplesmente não há essa preocupação. Trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família. (SANTOS, p. 46)

As questões colocadas pelo autor, a nosso ver, representam os espaços periféricos não integrados, cuja realidade era expressa principalmente como uma caracterização das metrópoles dos países subdesenvolvidos dessa época, o que inclui as metrópoles brasileiras. A crítica a tais questões pontuais da concepção de Santos é importante, mesmo que tais apontamentos, em parte, sejam específicos dos períodos de 1970 e 1980, mas apesar de serem datadas ainda iluminarem parte das pesquisas que enxergam as periferias como espaços marginalizados ou infra capitalistas. Assim como será desenvolvido no capítulo 3, procuramos analisar esses espaços e as populações pauperizadas não mais de uma forma repartida ou bipolarizada, mas considerando-os imersos, em relação de modernização, ao crédito e ao consumo, o que, a nosso ver, acaba por questionar que Santos denominou de seletividade espacial. O capital, a partir de sua reprodução fictícia, não encontra barreiras, mesmo nas áreas mais empobrecidas, para reproduzir e utiliza dos meios de publicidade e da informação

de maneira total.

A existência de pequenos negócios tradicionais ou familiares, ou ainda de grande quantidade de vendedores ambulantes, não é capaz, a nosso ver, de dividir a economia urbana de forma bipolar ou dual num período de reprodução crítica. Até porque esse pequeno comércio, para sobreviver, se insere nas formas creditícias do mercado moderno que invadem todos os setores de comércio e assim redefinem forma avaliada pelo autor como um mercado marginal ou tradicional. Assim, temos visto nos trabalhos de campos que o pequeno comércio como mercadinhos, “botecos”, camelôs, vendedores de cachorro quente etc. não dependem apenas do “dinheiro líquido”, como se refere o autor, mas se inserem nos créditos bancários institucionais, aceitando cartões de débito, de crédito, introduzindo-se num grande processo de bancarização e creditização apesar de manterem de forma diminuta os fiados, a que o autor se refere como crédito pessoal direto.

Dessa forma, o consumo de produtos para além de sua subsistência deixou de ser uma exclusividade das classes mais abastadas e hoje está centralmente colocado na forma de reprodução desses espaços. Assim, discordamos frontalmente, nesse período, da caracterização do sistema de créditos para os setores empobrecidos ou para o que se denominam de periferias urbanas, que Santos se refere como circuito superior. Para o autor:

O crédito intervém sob diversas formas e não tem a mesma incidência para todas as camadas da população. A população pobre recorre ao crédito usurário para sua alimentação, a população abastada recorre ao crédito bancário para os bens duráveis e as despesas de luxo. (SANTOS, 2004, p. 265)

De forma geral nos parece que Santos (2004) entende as periferias a partir da ausência, seja de bens e serviços, seja de condições para o desenvolvimento do pequeno ou grande comércio, continuando a tradição de distância não física, mas sócio econômica de acesso aos serviços de consumo coletivo ou de integração à rede de transportes. Apesar de avançar nas definições correntes das periferias como distâncias físicas, o autor é tributário da definição de que esses espaços não temo acesso a serviços, tanto para os indivíduos como para as firmas Assim, ao conceituar a situação

periférica, o autor afirma que:

em termos geográficos, a periferia não será definida pela distância física entre um polo e zonas tributárias, mas em termos de acessibilidade esta depende essencialmente da existência de vias e meios de transportes e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com o objetivo de satisfazer as necessidades reais ou sentidas como tais. Mas a incapacidade de acesso aos bens e serviços é, em si mesmo, um dado suficiente para repelir o indivíduo, e também a firma, a uma situação periférica. (SANTOS, 2004, pp. 290-291)

Santos insere-se, desse modo, nos discursos da necessidade da planificação e da ação estatal como forma de superar a questão da dependência e dominação do circuito superior pelo inferior, já que a organização do espaço, feita pelo circuito inferior, impediria a efetuação de uma maior produtividade espacial e a inserção desses setores num processo de modernização. Assim, o autor propõe um processo de regulação e planificação que impedisse a canalização da poupança popular para o circuito superior, o que acontece por meio de um processo de dominação. A inserção dos pobres, como sinônimo do circuito inferior, significaria a inclusão e a ampliação dessas populações ao consumo e à modernização. Para o autor:

De um ponto de vista prático, trata-se de subordinar a expansão dos setores da economia considerados “dinâmicos”, à outra, primordial, dos setores populares. Isso permitiria, de um só golpe, a ampliação do consumo dos produtos reclamados pela maioria da população, a multiplicação dos empregos urbanos (pois as indústrias atingidas seriam baseadas mais no trabalho que no capital, e menos dependentes do estrangeiro), a absorção de mão de obra considerada até então como excedente, e finalmente o aumento da produtividade per capita no circuito inferior e no campo. (SANTOS, 2004, p. 373)

Para Ribeiro, que discutiu os processo de financeirização da pobreza debatendo a teoria dos dois circuitos da economia de Santos (2004), o autor afirma esse processo de financeirização como um processo de drenagem dos setores mais pobres para os setores hegemônicos no território. O autor assim, lê este processo pelo viés da luta de classes que envolveriam a contradição entre o circuito superior e circuito inferior. Para a

autora

É importante perceber como esse pensamento se constitui como uma crítica ao considerado processo de financeirização, em que o crédito e suas formas são lidos como mais um tipo de instrumento de “drenagem” de dinheiro da economia pobre para o circuito superior globalizado, que conformaria o caráter estrutural da pobreza, sob um processo de acumulação entendido num contexto de dominação de diferentes “agentes hegemônicos” atuando no território nacional. (RIBEIRO, 2015, p. 53)

Ribeiro afirma ainda, que apesar da importância da obra do autor sua obra não consegue se desvencilhar da problemática da distribuição justa para entender o fenômeno da pobreza, obscurecendo assim uma perspectiva do processo crítico atual e neste sentido não acessa assim como posto E ainda que

Embora as reflexões presentes na teoria dos dois circuitos se constituam no movimento de crítica à abstração matemática e material do espaço, os esforços analíticos voltados para a questão da distribuição dos recursos parecem repor o problema da quantificação e da materialidade na consideração do fenômeno da pobreza, justamente por obscurecer o sentido da pobreza como processo crítico, posto atualmente enquanto crise do trabalho, em seu caráter contraditório e simultâneo de crise de valorização e colapso da modernização. (RIBEIRO, 2015, p. 90)

A perspectiva do denominado marxismo lefebvriano acerca das diferenciações intra-urbanas será avaliada, a partir da obra *Crise Urbana*¹⁷, como forma de tentar colocar essa perceptiva teórica no debate com nossa temática, no que se refere à problemática da relação centro periferia. A professora Ana Fani Alessandri Carlos procura refletir acerca da produção do espaço sobre a égide da propriedade privada, discutindo como se desenvolveu a fragmentação do solo na metrópole, como processo de produção desses espaços nas denominadas periferias, a partir do desmembramento de chácaras, propriedades agrícolas e áreas de floresta nas franjas da mancha urbana da metrópole. Para a autora, esses espaços foram se incorporando à cidade e, desse processo, seria ampliada a propriedade privada do solo no/do espaço e a predominância do valor de troca. Para Carlos, tais espaços vem se transformando ao se

¹⁷ CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Crise Urbana**. São Paulo. Editora Contexto, 2014

incorporarem no mundo das mercadorias, o que garantiria a sua integração ao cotidiano metropolitano, colocando uma contradição entre o espaço capitalista a partir desse processo de incorporação contraposta da cidade como cotidiano e resistência social (CARLOS, 2014, p. 33).

Concordamos com o argumento da autora no que tange a esse processo de formação genética a partir da expansão das metrópoles às franjas da metrópole, porém, Carlos acaba repetindo os argumentos de Rodrigues (2007), ao pensar nessa expansão do valor de troca para metrópole com base na existência de uma dicotomia na metrópole, com lugares sob a égide do valor de uso e lugares sob a égide do valor de troca. A nosso ver, sobre o argumento da expansão da propriedade privada, a autora colocaria o que se denomina de periferias sob essa lógica do valor de uso, o que não concordamos, considerando o que já foi colocado.

Volochko (2014) levanta a questão de se pensar os termos da diferenciação e da desigualdade como fundantes do avanço espacial do capitalismo e constituintes da acumulação do capital, para compreender os conceitos de desenvolvimento geográfico pouco uniforme e desenvolvimento desigual. O autor coloca a produção de desigualdades como forma de ser da reprodução ampliada do capital e explica que a produção imobiliária a princípio se realizava nos bairros centrais, lugar da moradia das elites até a última década, porém atualmente, com a presença do Estado em conjunto da iniciativa privada, tem-se investindo pesadamente nos espaços periféricos, remetendo assim a uma nova rodada espacial de reprodução do capitalismo a partir da mundialização financeira. Como forma de entender esses avanços do capital para as periferias, o autor cita os investimentos nesses espaços, principalmente do programa *Minha Casa, Minha Vida*. Volochko coloca como um dos fatores centrais para tal avanço a questão da raridade do espaço na metrópole paulista. Para o autor:

Há uma nova relação Estado-espaço, em que a dinâmica econômica de valorização do espaço pauta a lógica. A cooptação pode estar ocorrendo inclusive como tentativa de arrefecimento das lutas dos movimentos sociais por moradia pelo balizamento e suposto atendimento das reivindicações através de políticas como o Programa *Minha Casa, Minha Vida*, de cunho claramente empresarial mas que utiliza do jargão das políticas de combate à pobreza. (VOLOCHKO, 2014, p. 117)

Para o autor haveria um aumento da exploração com esse alinhamento entre o capital e o Estado, como uma nova faceta da expropriação capitalista ou como mais uma fase de superexploração das populações periféricas. Entendemos que o autor também procura evidenciar a leitura dos espaços pauperizados como um lugar do valor de uso, como um lugar marginal à lógica do mercado capitalista. Volochko procura entender nesse processo uma forma de mercantilização das famílias pelos programas habitacionais.

No que se refere ao avanço da lógica do consumo e da mercadoria, o autor discute, também, a separação das periferias não como um cotidiano secundário ou um inferior, mas como o “outro do seu inverso”, repetindo aqui a dicotomia, separando um cotidiano não desenvolvido e um cotidiano plenamente desenvolvido. Para o autor, então:

Tratar-se ia não de um “cotidiano secundário”, ou inferior, mas do próprio cotidiano reproduzindo-se como desigualdade, nas e pelas desigualdade sociais, como o outro necessário e constitutivo do seu inverso: o cotidiano mais plenamente constituído das classes médias, no Brasil em menor grau e no mundo “desenvolvido” mais amplamente. (VOLOCHKO, 2014, p.119)

Uma discussão que julgamos importante é que esse autor propõe sua análise ainda colocando que o Estado poderia tirar os mais pobres da infra cotidianidade absoluta a partir dessas políticas sociais de habitação. Todavia, em nossa pesquisa sobre a inserção dessa população na lógica do consumo, consideramos que essas ações não levariam a uma garantia de direitos sociais e, portanto, a uma plena cotidianidade. Aqui o que nos interessa de forma geral, é que o que Volochko chama de infra cotidiano ou plena cotidianidade, remetendo à separação clássica da relação centro periferia como lugar do pleno desenvolvimento do capitalismo, como uma e espécie de “lumpen cidade”, como já foi colocado por Robira e outros autores que procuram caracterizar tais espaços como lugares de relações infra capitalistas.

Entendemos também que essa leitura acaba por repetir a visão clássica das periferias como lugares da falta de direitos sociais, da falta de infraestrutura, o que está

posto nas reflexões advindas da questão da justiça sócio espacial. Nesse sentido, parece-nos que o horizonte de uma plena cotidianidade não conseguiria se desvencilhar do que estamos desenvolvendo durante a pesquisa sobre a luta por direitos e por reconhecimento como sujeito pleno de direitos ao mundo da mercadoria. Desse modo, não conseguimos enxergar uma perspectiva de negatividade da mercadoria, mas antes a sua positivação, porém plena de direitos sociais, ficando assim no invólucro da crítica a má distribuição da mais-valia e dos direitos sociais. Volochko ainda procura formas de explicar o surgimento da classe C a partir dessa “nova cotidianidade da mercadoria”, termo que ele denomina de: nova pobreza, sobrevivência ampliada ou miséria enriquecida (a partir de Debord (1997)), o que consideramos ser uma forma de pensar o que designamos aqui de um processo de ascensão dessas massas empobrecidas às formas de realização pelo crédito e pela reprodução, mas com o acento na lógica da exploração. Assim, a lógica dos termos colocados pelo autor de uma *“miséria enriquecida”* ou de *uma sobrevivência ampliada para nós* são uma forma de reconhecer o acesso dessas camadas ao consumo, sem reconhecer – ao que nos parece - um processo de valorização do valor que envolve a pobreza não como exploração, mas pensando nessas populações como consumidores de crédito, como sujeitos monetários e como forma de inserção à dinâmica totalizadora.

Entendemos assim que a leitura que medeia os processo de incorporação dessa espaçosa mercadoria, como é tematizado por CARLOS (2014) e VOLOCHKO (2014) a partir do que definem como da imposição da propriedade privada por meio das políticas habitacionais ou dos programas de regularização fundiária, tem como elemento fundante a visão dos espaços denominados periféricos como espaços cotidianos, infra capitalistas.

Assim, esses espaços, denominados de periferias autoconstruídas, estariam não plenamente incorporados ao valor de troca, mas mediados pela lógica do valor de uso. Entendemos que as relações de vizinhança que ainda persistem em tais espaços, e que cada vez mais diminuem, não estão fora desse processo mais geral de reprodução crítica, mas estão envolvidas no processo mais amplo de totalização capitalistas. Por outro lado, entendemos que a regularização fundiária dos loteamentos clandestinos e informais só vem trazer uma formalização jurídica a uma lógica estritamente dentro da

valorização do valor e sem nenhuma lógica de valor de uso. Desse modo há uma afirmação das periferias, mesmo a partir de um processo de incorporação dessas populações à lógica homogeneizante da mercadoria. Assim, Volochko (2014) procura afirmar que há um processo de totalização/fragmentação dos espaços urbano e, fundamentado nos conceitos de desenvolvimento desigual, defende que a produção de diferenciações seria inerente ao processo de acumulação do capital.

Assim, para o autor:

A diferenciação e a desigualdade socioespacial são constantes e simultaneamente reproduzidas, uma vez que constituem uma das fontes de acumulação do capital (...) na base dessa compreensão está a ideia de que a reprodução do capitalismo necessariamente se nutre de diferenciações entre países, regiões e mesmo no interior de uma metrópole, para realizar uma acumulação sempre ampliada do capital. (VOLOCHKO, 2014, p. 111)

As questões levantadas pelo o autor são relevantes, no sentido de colocar a necessidade da discussão das diferenciações socioespaciais para debater o tópico das periferias urbanas na metrópole.

2.3 - O debate sobre a diferenciação socioespacial e a produção das periferias urbanas

A discussão acerca da questão da diferenciação socioespacial é importante para nosso trabalho, no sentido de construir uma crítica à forma que a Geografia tratou essa divisão de espaços desiguais a partir da lógica da exploração e da luta de classes. Debateremos com alguns autores no interior da Geografia como é desenvolvida tal diferenciação em suas análises, principalmente no debate da Geografia Urbana.

Procuramos pensar as reflexões propostas por Carlos (2007), a qual discute a questão da diferenciação socioespacial, no sentido da produção das desigualdades no espaço, a partir da lógica da luta de classes. A autora nos fala da compreensão do espaço como condição, meio e produto da reprodução social e afirma que a construção

do debate da diferenciação dos lugares ganha importância com a construção da noção do desenvolvimento desigual. Para a autora:

Tanto Harvey (...) quanto Soja (...) construíram a noção de “desenvolvimento geograficamente desigual” como centro explicativo das diferenciações socioespaciais; com isso trazem uma contribuição indiscutível no sentido de atualização do debate realizado no âmbito da Geografia, potencializando o plano do social e, com isso, no centro do processo constitutivo da diferenciação, iluminam a noção de “desigualdade” que esclarece a existência de uma sociedade de classe que diferencia os seus membros a partir do lugar que ocupam tanto na produção quanto na distribuição da riqueza gerada. (CARLOS, 2007, p. 47)

Para Soja (1993) citado por Carlos (2007):

Essa homologia espaço-classe pode ser verificada na divisão regionalizada do espaço organizado em centros dominantes e periferias subordinadas, em relações espaciais de produção socialmente criadas e polarizadas, captáveis com maior precisão no conceito de desenvolvimento geograficamente desigual. Essa conceituação dos vínculos entre a diferenciação social e espacial não implica que as relações espaciais de produção ou a estrutura centro-periferia sejam separadas e independentes das relações sociais de produção, das relações de classe. Ao contrário, os dois conjuntos de relações estruturadas (o social e o espacial) são não apenas homólogos, no sentido de provirem das mesmas origens no modo de produção, como também dialeticamente inseparáveis. (CARLOS, 2007, p.47)

A citação de Soja (*apud* Carlos, 2007) revela toda a concepção do atrelamento do conceito de desenvolvimento desigual e de diferenciação sócio espacial ao paradigma das lutas de classes, pensadas na inerência do modo de produção capitalista como concebido nos espaços da expressão espacial da luta de classes.

Nesse sentido, a relação centro-periferia refletiria a divisão burguesia-proletariado, classe dominante-classe dominada, ou, nas palavras de Soja “centros dominantes e periferias subordinadas”, expressando assim no espaço a partir da sua base material, o paradigma da luta de classes. As visões dessas análises da produção

geográfica tiveram forte influência do pensamento produzido no interior do urbanismo e da sociologia urbana e focavam sua reflexão principalmente nas condições precárias da população pobre no que se refere à habitação popular, espacializando a questão do antagonismo de classe e expressando materialmente a exploração.

Assim, Rochenzel (1986), por exemplo, caracteriza a população mais pobre da cidade como a parcela da força de trabalho que não consegue cumprir as necessidades básicas de sua reprodução, tendo dificuldade de se alimentar, morar, cuidar da higiene etc., comprometendo sua reprodução biológica. A questão da habitação, nesse sentido, é vista:

(...) como gerada no âmbito de uma sociedade de classes onde o processo histórico que desencadeou a divisão social do trabalho, produziu uma população excedente em quantidade alarmante. (ROCHENZEL, 1986, p. 15)

Essa análise é toda pensada com base na construção desse exército industrial de reserva, num processo de empobrecimento geral da população, afirmando a piora nas suas condições de vida como o fermento e a potência para a luta de classes, conforme discutido no capítulo 1. Tal análise aposta, assim, que a forma de opressão e exploração ou que a agudização da exploração manteria viva a possibilidade da emergência dos movimentos sociais para suplantarem esse estado de coisas.

Rodrigues e Seabra (1986), ao discutir a questão da habitação, também colocam que a “(...) tônica dominante da exclusão da população dos benefícios do urbano e o processo de periferização das classes populares se configura cada vez mais com sua marca da segregação espacial” (RODRIGUES & SEABRA, 1986, p. 20). A caracterização geral da periferia seria aquela marcada pela precariedade e pela falta de equipamentos de consumo coletivo como água, luz e equipamentos sanitários, que são a “marca da segregação espacial” e, por sua vez, da exploração de classes. De forma geral, tal visão, expressa espacialmente na situação de opressão e espoliação – ao lado dos processos mais gerais –, é vista como forma de potencializar a luta de classes através da conscientização e da organização da população na perspectiva de mudança do modelo de sociedade. Rodrigues (2007) discute ainda outra noção importante e

frequente nos debates sobre as periferias e segregação urbana, que é a noção do direito à cidade, construída a partir do conceito mais amplo de Henri Lefebvre (2001) e, para nós, convertido em bandeira de luta contra a injustiça socioespacial. Destaque-se que essa leitura do “direito à cidade”, fundamentada na perspectiva da justiça sócio espacial, teve e tem grande repercussão dentro do urbanismo e vai influenciar autores importantes como Ermínia Maricato (1995), Nabil Bonduki (1979), atuando como chave para se entender a visão de uma cidade segregada e a perspectiva de sua superação. Assim, Rodrigues procura discutir o que denomina de desigualdades sociais como expressão do processo de urbanização capitalista e aponta que a luta pela superação dessas desigualdades se daria a partir da luta pelo direito à cidade. Para a autora, haveria um contraponto classista no qual a luta pelo direito à cidade mostraria as dificuldades da maioria das populações, num contraponto ao “ideário dominante”, o qual tensionaria a permanência dessas desigualdades:

A desigualdade sócio-espacial exprime formas e conteúdos da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista no urbano. (RODRIGUES, 2007, p. 74)

Para a autora, a construção do espaço metropolitano seria produzida pelos agentes tipicamente capitalistas e pelo Estado, sendo que as populações pauperizadas, ou o que ela designa de periferias urbanas, são definidas como “agentes não tipicamente capitalistas” que seriam aqueles envolvidos “(...) com autoconstrução, mutirão, favelas, ocupações coletivas” (RODRIGUES, 2007, p. 75). A autora, assim, na tentativa de explicar essa luta pela igualdade no espaço e pela questão da justiça social e com o intuito de pensar os mais pobres como parte da cidade, passa a conceber os pobres e moradores das periferias como não tipicamente capitalistas. A autora procura colocar a não inserção dessas populações na produção da sociedade, já que ela denuncia que a visão deles é de setores marginais que “só causam problemas” e não são vistos pelo Estado como sujeitos e cidadãos da metrópole. Porém, apesar da

importância da sua denúncia da visão dos espaços pobres, que eram vistos como anomalias urbanas e como um lugar outro para o Estado, a autora fica atrelada à concepção de tais lugares como *lócus* da exploração e, partindo da lógica da perpetuação e inerência da exploração e do crescimento constante da miséria, não possível enxergar um processo de invasão de uma lógica do consumo e da construção de uma totalidade capitalista, que nos parece problematizar essa leitura.

A ideia que está no texto de Rodrigues perpassa a maioria da produção geográfica baseada na exploração e na segregação e tem como horizonte a crítica já apontada por Kurz, Jappe e Postone, conferindo a ideia do distributivismo como centro da análise desses espaços pauperizados. Nesse caso, com base no que tal produção teórica denomina de justiça sócio-espacial, é expressada espacialmente a perspectiva da segregação a partir do paradigma da luta de classes, manifestando o que já desenvolvemos anteriormente fundamentados na tese da miserabilidade crescente dos trabalhadores.

Para a autora:

A desigualdade sócio-espacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência. É visível, até para os olhares desatentos, a “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres. (RODRIGUES, 2007, p. 75)

Ao afirmar essa oposição tão materialmente expressa entre os lugares da pobreza e da riqueza, a autora procura discutir as “duas faces do urbano” representadas pela presença de modernos equipamentos de consumo, como *shopping centers*, e amplos equipamentos de consumo coletivo. As outras áreas estariam localizadas nas periferias distantes e áreas centrais degradadas, onde moram e circulam os trabalhadores e onde se localizam as moradias precárias, como favelas, ocupações coletivas, cortiços, e conjuntos habitacionais para baixa renda. Rodrigues procura afirmar a dualidade dessas duas porções do espaço a partir de: espaços urbanizados *versus* espaços precários; presença *versus* falta de equipamentos de consumo coletivo; legalidade *versus* ilegalidade jurídica e, principalmente, para o nosso

trabalho, a identificação das áreas ricas que essa autora denomina como predomínio do valor de troca *versus* as áreas pobres e periféricas como a predominância do valor de uso.

Para Rodrigues (2007):

A desigualdade sócio espacial e a precariedade para a reprodução da vida são produtos do modo de produção e, ao mesmo tempo, são condição de permanência nas mesmas condições precárias. O processo de expansão capitalista produzindo “cidade”, incorporando o espaço produzido pelos trabalhadores faz prevalecer o valor de troca sobre o valor de uso. É contra esse processo que trabalhadores consideram fundamental se organizar na luta pelo Direito à Cidade. As mobilizações e lutas de movimentos populares urbanos procuram alterar a desigualdade espacial, tornando-as possibilidade de mudança como direito a ter direitos, um deles o de usufruir, na cidade, da riqueza produzida. (RODRIGUES, 2007, p. 78)

A autora procura afirmar que essas desigualdades se agudizam no período que denomina de acumulação flexível e de predomínio do neoliberalismo, acrescentando que os defensores dessa ideologia seriam inimigos declarados “(...) *do Estado de bem estar social, a intervenção estatal na economia, os sindicatos, as centrais sindicais, a ideologia nacionalista e desenvolvimentista, o populismo e os direitos coletivos, o acesso universal aos bens e serviço.*” (RODRIGUES, 2007, p. 79). Nesse sentido, a autora coloca o horizonte da luta dos trabalhadores da construção de um Estado do bem estar social; de um Estado distributivista e da possibilidade de que todos possam usufruir das condições justas de sobrevivência, mas também do consumo e da mercadoria como mediadores dessa reprodução. O Estado, principalmente no período Lula e Dilma, aparece como criador de políticas de inclusão e de uma nova classe média, principalmente por meio da inclusão no consumo incentivador do crédito, realizando, de forma negativa o tão sonhado direito à cidade, convertido a um direito ao consumo, como direito à cidadania mediada pelas coisas. Partimos da perspectiva de que a noção de “direito à cidade”, aqui na sua versão como justiça social, não consegue ultrapassar as concepções do distributivismo espacial, além de afirmar a tese de permanência da exploração ao invés de pensar um processo cada vez mais amplo de

mobilização dessas parcelas pobres da população através da financeirização e do endividamento como incapacidade da exploração de trabalho devido ao enorme desenvolvimento das forças produtivas.

Rodrigues afirma ainda que a produção do espaço deve ser social e que as desigualdades não poderiam ser resolvidas no e pelo mercado. Nesse sentido, os movimentos sociais são opostos ao neoliberalismo e defendem o direito à cidade como “(...) *direito universal ao trabalho, educação, saúde, terra para plantar, terra para morar, a igualdade, a universalidade de acesso à moradia, saneamento básico, transportes coletivos, o direito à cidade.*” (RODRIGUES, 2007, p. 81). A perspectiva da autora é, para nós, um programa e um horizonte de lutas pelo direito à cidade, que passam pelo direito de ter direitos, pela igualdade jurídica e contraditoriamente pelo direito de se inserir numa lógica que não transcende mas reafirma a valorização do valor a partir da perspectiva de inclusão social e de democracia participativa e distributiva. De maneira geral, essas leituras não conseguem fugir da lógica de um espaço dicotomizado e do horizonte de inclusão pelo consumo, seja do consumo de equipamentos coletivos, seja no acesso à cidadania através do consumo de mercadorias modernas. A pesquisa de Carril (2003) demonstra o acento na segregação ao estudar as periferias no urbano, definindo-as como quilombos urbanos:

No urbano, o quilombo é recuperado pelas comunidades rappers que procuram denunciar através de letras a realidade sócio-espacial da periferia. A representação quilombola é construída pelas semelhanças apontadas entre a vida do escravo e a dos negros na periferia. Não houve ainda alforria, segundo algumas interpretações, porque falta emprego, infra-estrutura urbana e a exploração do trabalho destituem o acesso àquilo que a sociedade de consumo apresenta como modelo de cidadania. (...) Ficou patente em nosso trabalho a existência de uma segregação sócio-espacial e racial, passado um século da abolição da escravidão, a população afro-descendente foi sendo empurrada para as áreas mais distantes da cidade, onde predominam a escassez e a ausência de equipamentos e melhorias urbanas. (CARRIL, 2003, p. 276)

Intentamos desenvolver neste trabalho a crítica à ideia dessas dicotomias e pensar que não há duas faces do urbano – como procuramos reafirmar por meio das leituras que partem da contradição de classe –, mas enxergar um espaço que, apesar

das suas diferenças relativas aos níveis de números de equipamentos de consumo coletivo, de diferenças de renda e da violência diária, seja movido pela mesma forma crítica de mediação social. Há uma procura de socializar esses espaços pauperizados, por meio do crédito e do consumo, em espacial, a partir dos anos 1980 ou 1990, nessa totalidade capitalista que se expressa nas formas crescentes de inserção denominadas de novas classes médias, as quais procuram agir e consumir, como forma de saída da sua condição denominada marginal. A expansão das diferentes formas de crédito e o endividamento geral das famílias procuram suprir a falta de dinheiro e incluir negativamente cada vez mais parcelas dos pobres através dessa totalização crítica que inclui a totalização dos desejos de consumo.

Capítulo 3

Periferias urbanas e endividamento geral como forma de reprodução crítica do capitalismo

A produção de mais-valia relativa (...) requer a produção de novo consumo; que o círculo consumidor dentro da circulação se amplie assim como antes se ampliou o círculo produtivo. Primeiramente: ampliação quantitativa do consumo existente; segundo: criação de novas necessidades, difundindo as existentes em um círculo mais amplo; terceiro: produção de novas necessidades e descobrimento e criação de novos valores de uso. (MARX, 1973b, p. 360)

“A produção capitalista esforça-se continuamente por superar esses limites que lhe são imanentes, mas apenas o faz com recurso a meios que voltam a por-lhe esses limites de novo numa escala mais vasta” (...) isto não designa qualquer vaivém eterno de valorização e desvalorização ou algum incessante “regresso” à “casa de partida” ou a um ponto zero abstrato, nem tão pouco o eterno alargamento da acumulação até o infinito através da criação de novos ramos de produção, etc. Aquilo que acontece “de novo” não é a acumulação, mas precisamente a acção dos “limites”, e “numa escala mais vasta”. (KURZ, 2014, p. 239)

Iniciamos este capítulo com as citações de Marx e de Kurz com o objetivo de refletir sobre a expansão do capital, compreendida aqui como expansão crítica para as “periferias urbanas” na região metropolitana de São Paulo. Essa leitura complementa a questão que viemos desenvolvendo a respeito das periferias urbanas como parte inerente à crise de valorização do valor. Procuramos, assim, contribuir para se entender esses espaços não mais como espaços separados, locais outros ou lugar do sujeito operário, como foi construído nas pesquisas baseadas no paradigma da luta de classes nas Ciências Sociais e na Geografia. Tencionamos colocar a questão da relação centro periferia não como uma relação dual de separação, mas inserida na perspectiva da crise geral do capitalismo, como unidade contraditória da crise. Desse modo, vamos discorrer sobre o processo de expansão do consumo e do crédito como expansão crítica, expansão da crise de valorização. As elaborações no interior da Geografia e das Ciências Sociais que trataram o urbano de forma geral e, especificamente, as periferias

urbanas focaram suas preocupações partindo de questões ligadas às diferenciações sócio espaciais, revelando uma tentativa de diferenciar o que se denominou centralidades do urbano: a cidade formal x a cidade informal; ou áreas precarizadas x a “cidade propriamente dita” ou mesmo, na perspectiva de Santos (2004) em sua teoria sobre os dois circuitos da economia, o circuito superior x o circuito inferior. Procuramos identificar como tais elaborações tiveram influências da leitura de Marx e dos autores marxistas com base na visão classista, colocando sempre em oposição a relação de um sujeito da exploração x um sujeito explorado ou, na forma clássica, a oposição burguesia e suas frações x proletariado e as massas empobrecidas.

A construção teórica sobre as periferias urbanas tem historicamente remetido – na Geografia, no Urbanismo e nas Ciências Sociais – a formação da cidade e do urbano a partir das separações e das contradições que se estabelecem entre o campo e a cidade. Essa discussão foi mediada em grande parte pelas questões sobre o moderno e o arcaico, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, o integrado e o não integrado

As periferias urbanas, como o próprio nome diz, sempre foram conceituadas como o outro da cidade, como o setor marginal, remetendo àquilo que não está integrado ou que é o lugar da reprodução da classe trabalhadora. A caracterização de Caldeira (1982) sobre as periferias de São Paulo marca de forma exemplar a visão que, com algumas mudanças, ainda influencia a elaboração teórica sobre esses espaços considerados periféricos:

Todas as marcas materiais atestam que se trata do local de moradia dos pobres. Fisicamente, é identificada por suas ruas irregulares, geralmente sem asfalto e iluminação pública e com esgoto correndo a céu aberto. As ruas são salpicadas por habitações pequenas e precárias, invariavelmente inacabadas, parecendo um amontoado de caixotes com as paredes de bloco e cobertas por lajes de cimento. Seus moradores dispõem, irregularmente, de uns poucos serviços: Não é sempre que a rede de água e luz chega até aí, a de esgoto quase nunca existe. Além disto, os transportes, a assistências médico-sanitárias e, não raro, o abastecimento de víveres são deficientes. (CALDEIRA, 1982, p. 09)

A leitura do urbano elegerá a questão da segregação – fundamentada em uma

concepção mediada pela centralidade da luta de classes – para ligar a questão mais geral de separação das cidades entre um lugar destinado ao trabalho e à moradia das classes dominantes e um lugar de reprodução da classe operária. Assim, a produção marxista sobre a cidade e o urbano desenvolveu essa problemática na divisão do trabalho e na estrutura geral do modo de produção capitalista, apresentando tais separações como produto e resultado da contradição capitalista expressada no espaço urbano. Por exemplo, Maricato (1995) afirma uma relação do urbano que produz polos modernos e arcaicos na metrópole como expressão do ambiente construído nas cidades. Para a autora:

As cidades refletem o processo industrial baseado na intensa exploração da força de trabalho e na exclusão social, mas o ambiente construído faz mais do que refletir. Como parte integrante das características que assume o processo de acumulação capitalista no Brasil, o urbano se institui como polo moderno ao mesmo tempo em que é objeto e sujeito da reprodução ou criação de novas formas arcaicas no seu interior, como contrapartidas de uma mesma dinâmica. (MARICATO, 1995, p. 21)

A combinação da expansão do capital da cidade, criando setores dinâmicos nas áreas centrais e com baixo poder de absorção de mão de obra, ligada ao processo de destituição do setor agrário criaria um forte processo de migração interna para as cidades. Tal processo seria o responsável pela formação dessa cidade dicotômica, superpovoada com um amplo exército de reserva, pressionando assim os salários dos operários para baixo e criando uma população marginalizada nas periferias das metrópoles. Ao mesmo tempo lado, a discussão sobre os meios de consumo coletivos será central para o posterior desenvolvimento das pesquisas acerca das periferias urbanas e ainda hoje remete para a construção da caracterização desses espaços; assim, a periferia é no geral caracterizada como um lugar precário e não dotado de equipamentos sociais. A visão de um centro dotado de serviços é colocada como um elemento no interior da contradição de classes. Para Castells (*apud* Gottdiener, 1997):

À medida que o capitalismo se desenvolve, os meios de consumo coletivos na base da estrutura urbana são cada vez mais exigidos pela evolução do capital, pelos processos de produção e consumo e pelas

demandas sociais. Ora, ao mesmo tempo ocorre que, usualmente, a produção e a administração da maior parte desses bens coletivos não trazem lucro para o capital privado – pelo menos, até que uma intervenção externa ao capital tenha estabelecido as considerações prévias necessárias para o lucro capitalista. A razão disso está ligada às relações históricas entre classes e não à “natureza” desses mesmos bens e serviços. Isso nos leva a uma contradição primordial do desenvolvimento capitalista: a lógica do capital não pode satisfazer diversas reivindicações fundamentais. É numa tentativa de resolver essa contradição que o estado intervém decisivamente na produção, distribuição e administração dos meios de consumo coletivo e organização espacial desses serviços. (CASTELLS *apud* GOTTDIENER, 1997, p.139)¹⁸

Assim, a partir de tal lógica de precarização, as periferias urbanas são consideradas como setores marginais e se constituem como base do mercado informal, inserido de forma também precária no mercado capitalista. Desse modo, esses espaços serão comumente caracterizados por um consumo de subsistência e uma inserção marginal ao mercado de consumos de bens duráveis, que seria destinado aos consumidores das classes médias, ou a um mercado restrito, ou ainda aos setores integrados dos trabalhadores.

Kowarick (1977) vai definir esse processo como:

(...) o processo de acumulação recente do capitalismo brasileiro, uma vez instaladas as indústrias de bens de consumo durável, forja um mercado restrito, porém suficientemente abastado para permitir o escoamento dos produtos, principalmente automóveis e eletrodomésticos, que passam a fazer parte do estilo de vida dos estratos superiores das chamadas classes médias. (KOWARICK, 1977, p. 169)

Para o mesmo autor, a periferização estaria baseada num modelo de desenvolvimento que se apoiava na dilapidação da força de trabalho, no rebaixamento dos salários e nas péssimas condições urbanas existentes, o que ele vai designar de

¹⁸ CASTELLS, Manuel. **City, Class & Power**. New York: Macmillan, 1978. p. 169

“espoliação urbana”. Para o autor, a manutenção da precariedade e da periferização era parte essencial da acumulação econômica. Segundo ele:

A periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas. Possibilitou, de um lado altas taxas de exploração de trabalho e, de outro, forjou formas espoliativas que se dão no nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora. (...) A lógica da acumulação que preside ao desenvolvimento brasileiro recente apoia-se exatamente na dilapidação da força de trabalho. Na presença de uma vasta mão de obra e na ausência de uma sólida organização sindical e política da classe operária, tornou-se fácil aumentar as taxas de exploração. O desgaste de uma força de trabalho submetida a jornadas de trabalho prolongadas e as espinhosas condições urbanas de existência tornam-se possíveis na medida que a maior parte da mão de obra pode ser substituída. (KOWARICK, 1979, pp. 42-45)

De forma geral, essas caracterizações serão pontos centrais para o entendimento das pesquisas acerca das periferias sob a égide da exclusão e da luta de classes. Sendo assim, esses espaços foram e ainda são caracterizados em grande parte como cidades dormitório; que servem de reservatório de força de trabalho, classicamente definido como “exército industrial de reserva” e a partir da lógica da exploração e da criação da miséria crescente, como *lócus* da organização dos movimentos de moradia e *lócus* do movimento operário contra esses processos espoliativos.

Assim, para Oliveira (2003), as periferias seriam o *lócus* do exército industrial de reserva, que, por sua vez, seria essencial para o rebaixamento dos salários. Bonduki (1979) procura, para além da questão estrutural, discutir as periferias urbanas a partir da questão da habitação, afirmando que esses espaços poderiam ser caracterizados como um binômio de autoconstrução e loteamento periférico, sendo que sua ocupação se daria na maioria dos casos por migrantes oriundos, principalmente, do nordeste do país. De forma geral, o quadro das periferias, de precarização social e fermento de lutas dos movimentos sociais urbanos, ganham destaque na produção teórica sobre esses lugares. Isso fará com que se desenvolvam diversas pesquisas acerca do espaço de

vida do trabalhador e das classes populares, principalmente sob a da miserabilidade crescente e na ótica da injustiça social baseada no crescimento da exclusão e na não integração à cidade. Desse modo, as lutas por moradia e por melhores condições de vida se incorporaram às lutas mais gerais no lugar do trabalho, através das reivindicações salariais com a ação dos sindicatos. As periferias vão ganhar importância nos estudos enquanto *lócus* da classe trabalhadora e enquanto potência de emancipação social através das lutas sociais por direitos e democratização dentro de um panorama mais amplo da luta de classes¹⁹. A questão da desigualdade na distribuição da mais-valia que expressava a contradição capital x trabalho se manifestava na cidade desigual pelas centralidades dotadas de infraestruturas e grandes espaços sem infraestrutura. Essa questão traz para o centro das periferias a emergência do sujeito político organizado em associação de moradores, comunidades eclesiais de base, dentre outros movimentos comunitários, como forma de luta contra o capitalismo a partir da expressão da contradição de classe na produção da cidade, através da questão da moradia e da precariedade desses espaços.

A partir de 1990, as periferias urbanas sofreram mudanças qualitativas que problematizaram o entendimento recebido em várias conceituações. Os espaços do que se convencionou denominar de periferias precarizadas e excluídas sofreram intensas modificações nessa época, principalmente pelas lutas dos movimentos sociais urbanos, pela ação do Estado no que se refere à questão dos equipamentos de consumo coletivo e pelo populismo de administradores que viam nesses espaços um manancial de votos. Entendemos que a questão dos equipamentos de consumo coletivos não dá conta de explicar uma metrópole dividida, ou, quando muito, expressa setores precarizados cada vez mais restritos às zonas de expansão recente da metrópole. A periferia clássica, desprovida de serviços, fica cada vez mais distante, enquanto uma massa crítica da cidade passa por uma incorporação negativa à lógica da reprodução crítica da valorização do valor. Assim, temas caros a essa conceituação, como *lócus* da migração rural-urbano, lugar da renda diferencial, cidades dormitórios, proliferação de condomínios populares e de classe média, perdem potência explicativa

¹⁹O Livro de Eder Sader *Quando novos personagens entram em cena* (São Paulo: Paz e Terra, 1988) é uma referência para estudar esse momento de explosão de lutas sociais nas periferias através dos movimentos sociais urbanos.

para se pensar as periferias, ainda que haja uma insistência de diversos autores nessas formas de compreender tais espaços.

A compreensão da periferia como lugar da luta de classes, a hegemonia da reprodução a partir da financeirização da economia e a perda de hegemonia do capital financeiro, combinado com a perspectiva de valorização crítica redefinem completamente a concepção desses espaços. Nesse sentido, tal tipo de crítica, baseada na luta de classes, colocou-se a partir da lógica da inclusão, mediada por uma distribuição desigual, expressada espacialmente a partir da precariedade dos espaços denominados de periferias urbanas. Se essas lutas de fato resultaram em melhorias substanciais na precariedade de tais espaços e nas condições civilizatórias, elas não conseguiram (e não conseguem) ultrapassar o marco das lutas no interior do invólucro da mercadoria, não conseguindo se sustentar como crítica negativa, já que a crítica atinge o seu positivo como inserção ao consumo ou integração desses espaços à cidade, que se move como uma máquina de valorização crítica e, portanto, não conseguem atingir a negatividade da crítica.

Esta pesquisa buscou conceber as periferias a partir desse marco crítico e negativo, procurando se colocar para além da crítica como denúncia da precariedade e da não integração desses espaços, para além da crítica ao processo de exclusão e de crescimento da miséria inerente ao meio de reprodução do capital, no qual as periferias urbanas se mostravam como sua face material mais expressiva. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de frisar que nossa pesquisa não desconhece a situação de miséria presente nos espaços pauperizados, formados, no geral, por loteamentos clandestinos, favelas, cortiços e outras áreas localizadas por toda a metrópole, nas suas franjas, ou localizadas e misturadas com as camadas mais ricas nas diversas centralidades das cidades que compõe a região metropolitana de São Paulo.

O que nos move é contribuir para a crítica do capitalismo, procurando pensar essa questão sobre as periferias urbanas com base na simultaneidade entre pobreza e riqueza na metrópole e no processo mais amplo da reprodução do capitalismo que Postone (2014) define como a constituição crítica de uma dinâmica totalizadora da sociedade capitalista. Assim, procuramos compreender as diferenciações sócio espaciais que ocorrem na metrópole, dentro totalidade crítica e não como um espaço

diferenciado ou como uma forma que seria um outro no interior do capitalismo, como é a tônica hegemônica das discussões das periferias urbanas nas metrópoles no interior do debate marxista. No geral, como já afirmamos, essas leituras procuram acentuar uma crítica social muito próxima a uma denúncia da situação da exploração e ao mesmo tempo enxergam tais espaços de maneira marginal ou, às vezes, como infra-capitalistas e incluídos de modo marginal nessa forma totalizante. Parece-nos que a abordagem, a partir de Luxemburg (1985), acerca das formações não capitalistas, que a autora denomina de “terceiras pessoas”, mesmo que de forma reelaborada e muitas vezes não citada, ilumina esse pensamento hegemônico que analisa as diferenciações intra-urbanas com base nessa lógica e busca colocar o que se designa de periferias urbanas ou mesmo desses espaços pauperizados como esse *lócus* de realização da crise do capitalismo. Essas abordagens acentuam a visão classista ao compreender o *lócus* do operariado” pela mesma lógica da exploração que, por sua vez, sempre desemboca nas perspectivas de uma crítica moral da distribuição injusta da mais-valia e na possibilidade de mobilização e criação de consciência revolucionária dos trabalhadores pauperizados partir dessa injustiça e da intensificação da miséria.

Pensamos aqui que o que se designa de periferias urbanas e espaços pauperizados da metrópole estão inseridos num quadro mais crítico, no qual essas camadas empobrecidas estão totalizadas pela lógica da mercadoria e do consumo, pela dinâmica da valorização automática do valor como mediação social, que totaliza a todos, sejam os habitantes dos bairros mais abastados, sejam os habitantes dos bairros mais pobre, os seja analisar estes espaços a partir da primeira pessoa. Procuramos desenvolver nesta tese que a situação de miserabilidade nos diversos espaços pauperizados da metrópole não muda essa nossa afirmação, já que pensamos aqui que a diferença, de modo geral, é a nosso ver quantitativa e de fato no menor ou maior grau de acesso à forma dinheiro, assim relacionada à inserção que essas pessoas têm na maneira de consumir e de viver, mediada pela mesma lógica comum. Rejeitamos também aqui uma visão baseada numa crítica moral de que a maioria das populações desses espaços pauperizados, denominados de periferias, vivem uma catástrofe cotidiana como é citada por alguns autores das Ciências Sociais e da Geografia. Reafirmamos aqui que reconhecemos que essas camadas estão procurando

estratégias de sobrevivência que passam não necessariamente pelo mercado formal de trabalho, com os bicos, os “corres”²⁰; como empresários de si mesmo, ou mesmo através de atividades ilícitas como furto e o mercado do tráfico de drogas. No entanto, para nós, essas estratégias são mediadas em grande parte para além da sobrevivência imediata, mas são tidas com um horizonte bem definido de se conseguir alcançar os padrões de consumo e de comportamento, uma inserção por inteiro no modelo das classes médias, que essa totalidade crítica coloca como horizonte. E ainda que essas situações de maior miserabilidade ocorram de forma heterogênea nesses espaços, não se configuram como um grande espaço denominado de periferia. Os mapas de renda, de violência e outros mapas de vulnerabilidade sociais, apesar das suas limitações, expressam essa heterogeneidade de situações como, por exemplo o mapa 4

Procuramos entender os espaços pauperizados e os espaços que se convencionou chamar de periferias da metrópole de São Paulo a partir da chave da crise de valorização do valor, na qual o excedente de dinheiro, que se realiza em grande parte ficticiamente, tem movido a produção espacial, apesar da sua forma, tanto no que se denominou de centralidades, quanto no que se denominou de periferias. A forma de creditização dos espaços denominados periferias tem se manifestado de diversas maneiras, que, para nós, ultrapassam as políticas de aumento crédito, efetuadas durante os governos Lula e Dilma, o que se convencionou chamar de criação de uma “nova classe média”. Essas diferentes formas de inserção creditícia se manifestam através do aumento expressivo do consumo de bens duráveis como aparelhos eletrônicos, eletrodomésticos, computadores, celulares etc., mas também através de uma gama enorme de um consumo em que as massas empobrecidas se inserem, ora através de um processo de endividamento, ora procurado mimetizar o modo de vida das classes médias consumindo marcas falsas de roupas, calçados, e outros desejos de consumo modernos. Nesse sentido, não é possível distinguir uma especificidade de tais espaços empobrecidos no que se refere a sua plena inserção no consumo através das formas creditícias, como consumidores de crédito. Pensamos, a partir dessas questões, que se inverte a lógica desses espaços pensados como

²⁰ Giria que denomina fazer ação para conseguir alguma coisa. Neste caso se aplica a alguma ação para ganhar algum dinheiro ou para se manter

espaços apartados, segregados ou inseridos de forma marginal ao processo de reprodução crítica do atual período. Assim, compreendemos, no caso da metrópole paulista, que a relação centro x periferia se coloca como uma unidade da crise, como uma unidade da reprodução crítica entre os setores considerados como classes médias ou empobrecidos no que se refere à essa lógica do consumo do dinheiro excedente.

Essa perspectiva trabalha assim a partir do que Kurz, como já foi colocado, denomina de equiparação dos sujeitos como sujeitos monetarizados, mesmo que a diferença quantitativa de renda os particularize. As disparidades no que se refere ao acesso aos equipamentos de consumo coletivo, padrão construtivo inacabado das moradias ou no que se condicionou como lugares distantes das centralidades, de lugar como depósitos de trabalhadores ou *locus* do exército industrial de reserva perdem, para nós, seu caráter explicativo como chave do entendimento da relação centro periferia. Assim Carlos(2009) reafirma o papel das periferias como lugar sem infraestrutura e como fruto da separações da metrópole:

Assim para Carlos (2006)

Trata-se de um processo no qual a urbanização se faz como explosão da cidade, extensão da mancha urbana abrigando a classe trabalhadora em imensas periferias sem infraestrutura, por isso mesmo, destino dessa massa de trabalhadores, posto que o pouco trabalho agregado na terra permitiu sua venda a baixo custo se comparado às áreas centrais da metrópole e possibilitou sua ocupação por aqueles que não podiam pagar por moradias "dignas" em áreas dotadas de infraestrutura urbana e, portanto, mais valorizadas. Assim, o modo como o processo de industrialização se realizou gerou uma urbanização profundamente desigual, criando separações entre o centro e a periferia como particularidade da metrópole em constituição. Com isso localizou uma massa expressiva de trabalhadores em áreas sem equipamento e moradias precárias. (CARLOS, 2009. Sem paginação)

Discordamos ainda das visões que a autora desenvolve em seu raciocínio sobre essa separação, colocando os espaços periféricos se reproduziriam a partir da dinâmica do narcotráfico. Entendemos que esse tipo de leitura afirma a concepção dos espaços denominados de periféricos como não integrados à totalidade capitalista, como um lugar outro, o que tende a levar a esse tipo de avaliação, já que o que não está integrado à lógica de valorização só poderia estar ligado a um tipo de reprodução

“paralela”. Obviamente, isso não quer dizer que desconhecemos o papel do narcotráfico e da economia paralela do crime nas periferias, mas entendemos que pensar que essa economia seja o motor de valorização, uma característica de uma economia inerente a espaços periféricos, é uma visão enviesada dos lugares pauperizados como se toda a periferia estivesse mediada pelo crime. Assim para a autora:

A periferia estrutura-se como lugar de estratégias de sobrevivência para uma grande parcela da população na metrópole; é também, todavia, o lugar da vida cada vez mais deteriorada pela existência do narcotráfico. Se a cidade é a produção histórica da sociedade sua apropriação privada define o lugar de cada um na classe e no lugar, no espaço e no tempo. Tal processo funda a segregação. (CARLOS, 2006. P. 81)

Podemos ainda afirmar que o pensamento sobre as separações intra-urbanas no interior da Geografia de orientação marxista bem como das outras Ciências Sociais que tratam sobre o tema nas suas diversas matizes, não conseguiu construir sua crítica sem se desvincular da forte influência da materialidade na análise das periferias urbanas. Assim, a materialização do conflito de classes – baseada na afirmação e acento da exploração desigual, da crítica da distribuição desigual espacializada e dos espaços sem equipamentos sociais – mediou esse debate e ofuscou o que temos compreendido aqui como a conformação dessa dinâmica totalizadora da sociedade capitalista. Entendemos que essa conformação ultrapassa as relações físicas de espaços periféricos, que redefinem a relação centro x periferia. O importante ainda, para a nossa discussão, é que essa análise crítica, de forma geral, a pouca ênfase que esse pensamento das abstrações concretas que ultrapassam a concretude de bairros denominados de periferias e procuram enxergar esses espaços para além de sua aparência imediata de casas sem acabamento, como se não tivessem inseridas de forma central na dinâmica de valorização do valor e não de maneira subalterna ou como face da exploração. Damiani procura desenvolver os sentidos das mediações abstratas para entender a sociedade moderna capitalista. Para ela

A sociedade moderna, capitalista, se realiza através de mediações abstratas, ao mesmo tempo, extraordinariamente ativas e concretas; portanto, se resolve em abstrações concretas: o dinheiro; o estado; a

mercadoria; o trabalho abstrato; o capital; o valor. Toda a materialidade do processo é subsumida, negada pela substância comum, formal que funda e sustenta esta sociedade: o valor que, inclusive enquanto preço – sua tradução imediata – mantém relações complexas e enigmáticas (...) (Damiani, 2008: 220)

De forma geral, para uma análise da justiça social e das periferias, procuramos pensar fundamentados nos autores já citados da nova teoria do valor, que afirmam essas políticas e lutas inclusivas como lutas sociais reativas das periferias e das populações empobrecidas, como parte da realização da forma abstrata de universalidade do valor. Para Postone (2014) a:

extensão dos princípios universalistas da sociedade burguesa a segmentos maiores da população – isto é, a realização desses princípios, que é, em parte, levada a efeito pelos movimentos da classe trabalhadora, bem como por aqueles elementos de movimentos de mulheres e das minorias que lutam por direitos iguais, não devem ser entendidas como um desenvolvimento que aponta para além da sociedade capitalista. Embora esses movimentos tenham democratizado enormemente a sociedade capitalista, a forma de universalidade que ajudaram a construir continua, segundo Marx, vinculada à forma de valor de mediação e, em última análise, opõe-se à especificidade individual e de grupo. (POSTONE, 2014 p. 428)

Aqui vale lembrar que essas lutas serviram e servem, como diz o próprio autor, no sentido de humanizar o capitalismo e lutar por condições mais dignas de sobrevivência de parcelas empobrecidas que viviam em situações precárias; no entanto, baseadas nessa forma, elas não constituem o outro do capitalismo e, nesse sentido, não são negativas. Procuramos destacar que essa forma de “inserção”, mesmo que civilizatória, se dá pela realização do sujeito como consumidor: seja dos equipamentos de consumo coletivo, seja das mercadorias que os integram à cidade formal, a qual é mediada pelo direito de consumir e viver pela lógica da troca. Essa forma de inclusão, destrói os resquícios da troca comunitária, representada pelos mutirões de construção e pela presença na rua, transformando a comunidade numa mimetização atomizada dos bairros com maiores extratos de renda, como foi exposto de outra forma por Volocko (2014).

Pensamos que, com dinheiro ou não, essa população não está à margem, ou

ainda, não é periférica a essa dinâmica totalizadora. Assim, procuramos desenvolver aqui que a questão da diferenciação entre centro e periferia perde seu sentido explicativo ao caracterizarmos a totalidade crítica do capitalismo que envolve classes de maior renda, trabalhadores formais de todos os matizes, trabalhadores informais e aqueles que estão desempregados. Procuramos analisar os espaços da metrópole a partir dessa forma dominante de mediação social, que não pode ser devidamente explicada como relação de exploração de uma classe sobre a outra, como espaços dominados e espaços da dominação, como espaços luminosos e espaços opacos. A produção da riqueza e da pobreza obedecem a essa mesma dinâmica totalizadora sem necessariamente estar materializada numa classe ou em espaços. Pensamos que o crédito e a inserção pelo consumo podem ser uma chave que vem revelar e intensificar o acesso a bens e a um modo de vida mediado pela mercadoria que se estabelece de forma mimética pelo consumo de produtos falsificados ou pelo consumo a crédito. Nesse sentido, pensamos que as pesquisas no interior da Geografia e também as das demais Ciências Sociais sobre as “periferias urbanas”, baseadas na lógica da exploração e da luta de classes, focaram sua crítica na caracterização desses lugares como espaços não integrados, como o lugar da produção da pobreza, o lugar sem serviços públicos e o lugar a ser integrado. Destaque-se que essa abordagem de integração não conseguiu escapar da sua perspectiva positividade da relação com a afirmação do consumo da mercadoria. A nosso ver, a crítica que afirma estes espaços através do acento da marginalização e sua não integração não consegue escapar de um horizonte que não seja essa integração ao mercado como consumidores de bens, serviços e principalmente como consumidores de dinheiro. As pesquisas sobre esse tema geralmente enxergam o que se denomina de periferias como espaços dependentes ou espaços derivados, lugar da predominância de relações não capitalistas, lugar do predomínio do valor de uso e lugar onde se estabeleceria uma infracotidianidade.

Essas perspectivas, que para nós acentuaram a denúncia contra a exploração e a miséria, não conseguiram reconhecer essa população e esses espaços precarizados como partes intrínsecas da lógica da valorização do valor e não apartados dela, como sujeitos da valorização, mesmo que sem dinheiro. Assim, a partir da perspectiva da

justiça sócio espacial, o caminho teórico não conseguiu enxergar esse processo que domina de forma universal tanto o lado objetivo como o lado subjetivo da reprodução e sobrevivência no que se denomina de periferias urbanas. No geral, esses lugares, em conjunto dos espaços precarizados das favelas localizados nas zonas denominadas centrais, são vistos como lugares a serem inseridos nos processos positivos do desenvolvimento econômicos, seja, como já foi dito, para corrigir aquilo que parte dos urbanistas denominaram de urbanização patológica, como foi colocado por Rodrigues (2007), ou para inseri-los no que denominam de cidade formal a partir da influência da perspectiva da justiça social e espacial, em grande parte tematizada como direito à cidade. Maricato (1995), por exemplo, diz que:

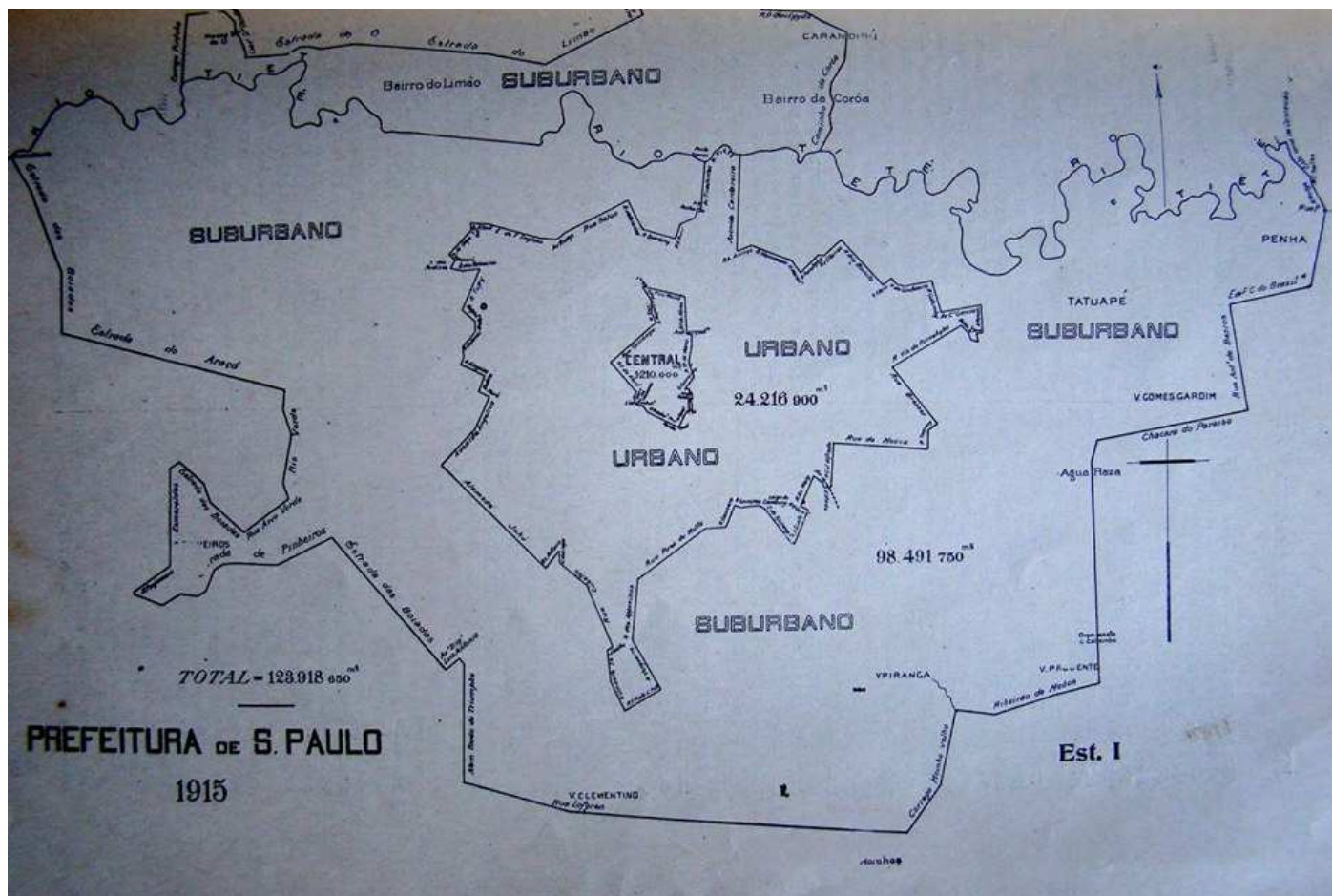
Dado o grande desconhecimento das verdadeiras dimensões dos problemas urbanos em uma sociedade como a nossa, a luta pela Reforma Urbana tem, no plano ideológico, como um de seus pontos estratégicos: elevar o nível de consciência sobre a cidade real (junto à opinião pública, governos, políticos, profissionais, judiciário, empresários etc.), desmontando a construção idealizada da cidade hegemônica (“ilhas de primeiro mundo”), romper com a setorialização em sua administração, romper com a alienação dos legisladores e juristas, criar a consciência do direito à cidade junto aos excluídos. (MARICATO, 1995, p. 55)

A perspectiva de nossa crítica não desconhece os efeitos “civilizadores” dessa inserção que procura romper com as políticas setorializadas e que enxerga os setores mais pauperizados da cidade, promovendo o acesso a direitos universais, equipamentos sociais e inserção a condições dignas de existência, porém, nossa reflexão pretende acentuar que tal inserção não tem a potência da negatividade da valorização do valor. Partimos dessa premissa ao avaliar que essa inserção se baseia em um pressuposto distributivista e, antes de tudo, está imbuída pela lógica da inserção à forma do valor, ao direito de ser inserido na sociedade como os extratos mais abastados e como sujeitos que almejam ter o direito de se inserir na sociedade do consumo. Tal perspectiva acaba por dificultar a construção de uma crítica radical ao processo de imposição da forma valor e de uma crítica negativa dessa forma de inserção. O que sugerimos aqui é pensar uma perspectiva que ultrapasse a

concentração física da miséria, ou da ausência de direitos, ou ainda, de acesso ao consumo para pensar num nível abstrato que essas populações – ou, se preferir, as classes exploradas – são estruturadas pela mediação social totalizadora, que por sua vez age sobre elas.

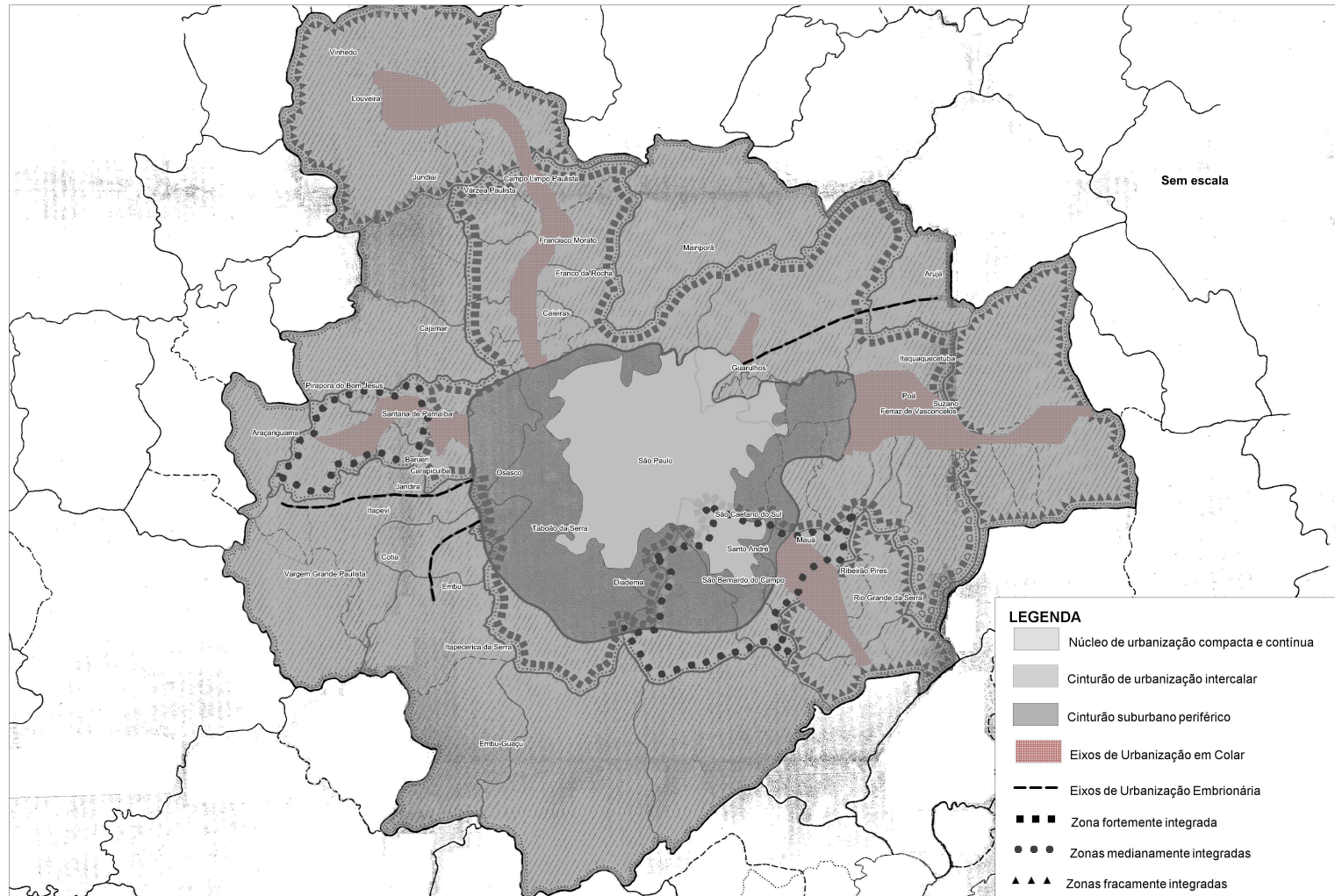
Assim, procuramos criticar essa perspectiva física e geométrica e sociológica de espacialização das periferias como um conjunto homogêneo que substituiria o sujeito operário ou, na definição do marxismo operário, como *lócus* do exército industrial de reserva. Ao tentar designar a periferia com base na sua ausência de equipamentos coletivos e na situação de baixa renda, a Geografia transportou a discussão da distribuição injusta da mais-valia para a segregação ou diferenciação espacial como mote da sua crítica a partir da proximidade física dessas habitações precárias numa parte dos espaços da metrópole. E, nesse sentido, as tentativas de cartografar esse fenômeno, como um mapa das periferias da metrópole, sempre apresentaram problemas pela heterogeneidade de situações que no período atual só se complexificam cada vez mais. Os Mapas 1, 2 e 3 em diferentes datas procuram demonstrar como a relação centro periferia ou centro-subúrbio refletida na cidade de São Paulo e na metrópole. Num primeiro momento designando a separação entre áreas urbanas e áreas suburbanas e a partir de 1970 a partir das diferenças de rendas ou privação social. Os mapas procuraram retratar de forma geral a separação de áreas inteiras a partir de uma área central e urbanas e não urbanas, a não integração de espaços inteiros por sua caracterização suburbana como reflete o Mapa 1. O Mapa 2 de Langenbuch (1971) a partir de sua obra, constrói uma leitura que influenciou por muito tempo a leitura das separações urbanas e define uma área de urbanização compacta como uma centralidade; uma área definida como intermediária denominada cinturão intercalar e uma área denominada como áreas um cinturão periférico, assim como eixos de urbanização.

Mapa 1: Mapa São Paulo Urbano. 1915



Fonte: Arquivo Histórico do Município de São Paulo. Prefeitura da Cidade de São Paulo.

Mapa 2: Zonas urbanas e Zonas de integração a partir de Langenbuch, 1971.



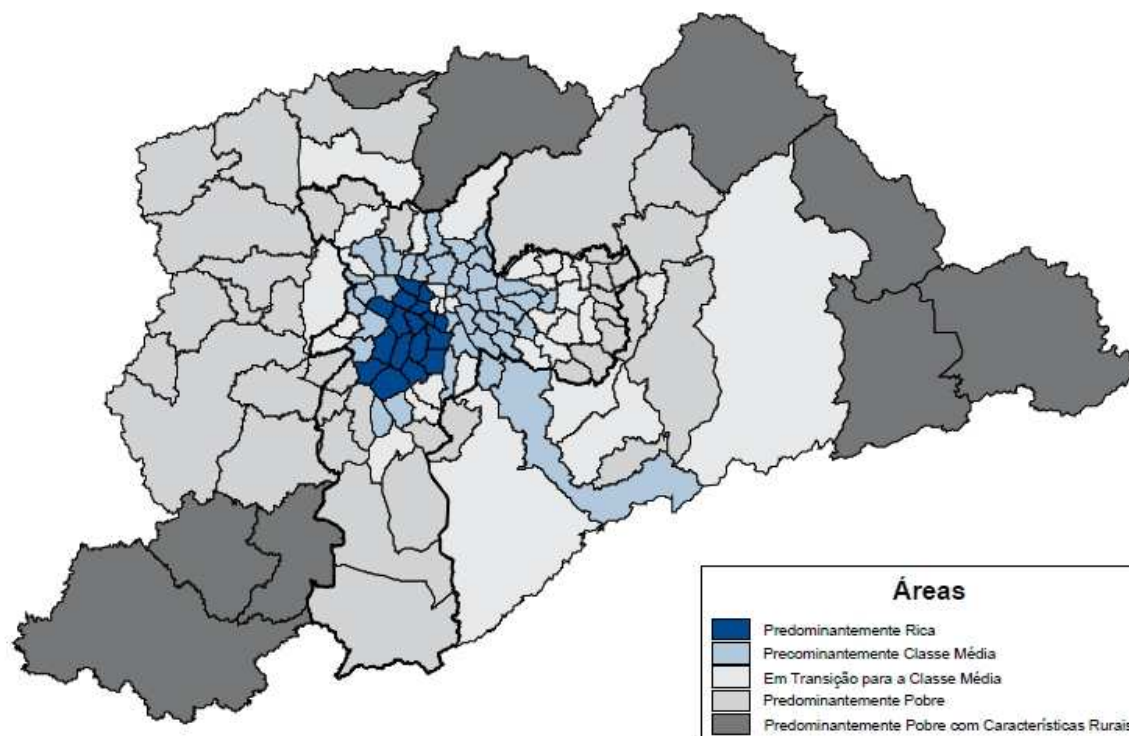
Adaptação do Mapa: Grandes Regiões - Limites - Delimitações
 Fonte: LANGENBUCH, Juergen Richard. A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.
 Elaborado pelo autor

O mapa 3 do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS em Distritos do município de São Paulo e dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, produzido pela Fundação SEADE caracteriza a metrópole a partir das definições de áreas: “Predominantes rica”, “Predominantemente Classe Média”, “Em transição para a Classe Média”, “Predominantemente pobre” e “Predominantemente pobre com características Rurais”.

As áreas mais ricas incluem os distritos da área central do município de São Paulo e os distritos conhecidos como porção do sudoeste do município com os melhores indicadores da cidade. O mapa demonstra que áreas definidas como “Predominantemente de Classe Média” e “Em transição para a Classe Média” ocupam uma área expressiva do município de São Paulo e restaria como “Predominantemente pobres” (ou periféricas) a área que engloba 39 distritos/ municípios da RMSP com grande concentração de população residente em áreas classificadas como vulneráveis à pobreza (média, alta e muito alta). O mapa é um bom exemplo das análises que procuram enxergar a metrópole a partir de definições de grandes regiões, o que, a nosso ver, tem caracterizado uma centralidade que estaria localizada nos distritos centrais e no setor sudoeste da cidade de São Paulo, uma zona de transição e uma área periférica, que envolveria as áreas predominantemente pobres com características urbanas ou rurais.

Mapa 3: Caracterização da metrópole através do Índice paulista de Vulnerabilidade Social 2000.

Distritos da Capital e Demais Municípios da Região Classificados segundo IPVS Agregado
Região Metropolitana de São Paulo – 2000



Fonte: IBGE. *Censo Demográfico 2000*; Fundação Seade.

Um outro modo de caracterizar a metrópole através de indicadores sociais e de vulnerabilidade social na metrópole mostra uma realidade mais complexa, no entanto ainda presa a essa caracterização destes espaços como espaços de alta, média e baixa privação num contraponto com áreas com nenhuma privação. O mapa 4 realizado pelo Centro de Estudos da Metrópole - CEM denominado de “Mapa da Vulnerabilidade Social Setores Censitários da Região Metropolitana de São Paulo”, tentou a detecção de diferentes condições de carências sociais por meio da avaliação da distribuição da estrutura socioeconômica no espaço urbano da RMSP. A construção do mapa procura identificar as diferentes situações de vulnerabilidade social a partir da descrição das características socioeconômicas e demográficas dos setores censitários da metrópole paulista com base nas informações fornecidas pelo Censo 2000. A partir da combinação dos dados, essa análise procura mostrar o que se denomina de periferia como uma situação heterogênea na metrópole paulista, caracterizando esses espaços principalmente pela questão da dimensão de privação socioeconômica e da estrutura etária.

O estudo com base na desagregação dos dados no setor censitário permite a visualização detalhada desses grupos no interior da RMSP através destes grupos que são assim resumidamente definidos:

Grupo 1 (Nenhuma privação): formado por 5,8% dos setores da RMSP englobando 4,2% da população, com as melhores condições de escolaridade e renda da região, pequena presença de crianças de 0 a 4 anos e adolescentes, com cerca de um terço dos responsáveis sendo do sexo feminino, com mais de 80% possuindo mais de 8 anos de escolaridade;

Grupo 2 (Pruvação muito baixa): formado por 15,2% dos setores censitários, englobando 13,1% da população da RMSP, ocupando o segundo lugar em condições de vida da região. Com cerca de um terço de chefes mulheres, sendo que aproximadamente 60% delas possuem mais de 8 anos de escolaridade;

Grupo 3 (Baixa prruvação e idosos): formado por 15,7% dos setores censitários, englobando 14,4% da população, ocupa o terceiro lugar em condições de vida na RMSP;

Grupo 6 (Média-baixa prruvação e idosos): formado por 9,6% dos setores censitários,

com 8,9% da população. Mais de um terço do grupo é formado por chefes mulheres, sendo que mais de três quartos delas possuem no máximo 8 anos de escolaridade, possui chefes mais velhos com baixa presença de crianças de 0 a 4 anos, porém a presença de adolescentes é análoga à média da região. Em termos de rendimento e escolaridade, possui um perfil parecido ao do grupo 4;

Grupo 4 (Média privação e adultos): formado por 23,3% dos setores censitários, englobando 25,6% da população da região. Este grupo apresenta características próximas às médias observadas para a região, com exceção dos rendimentos que são inferiores aos observados para o total da RMSP;

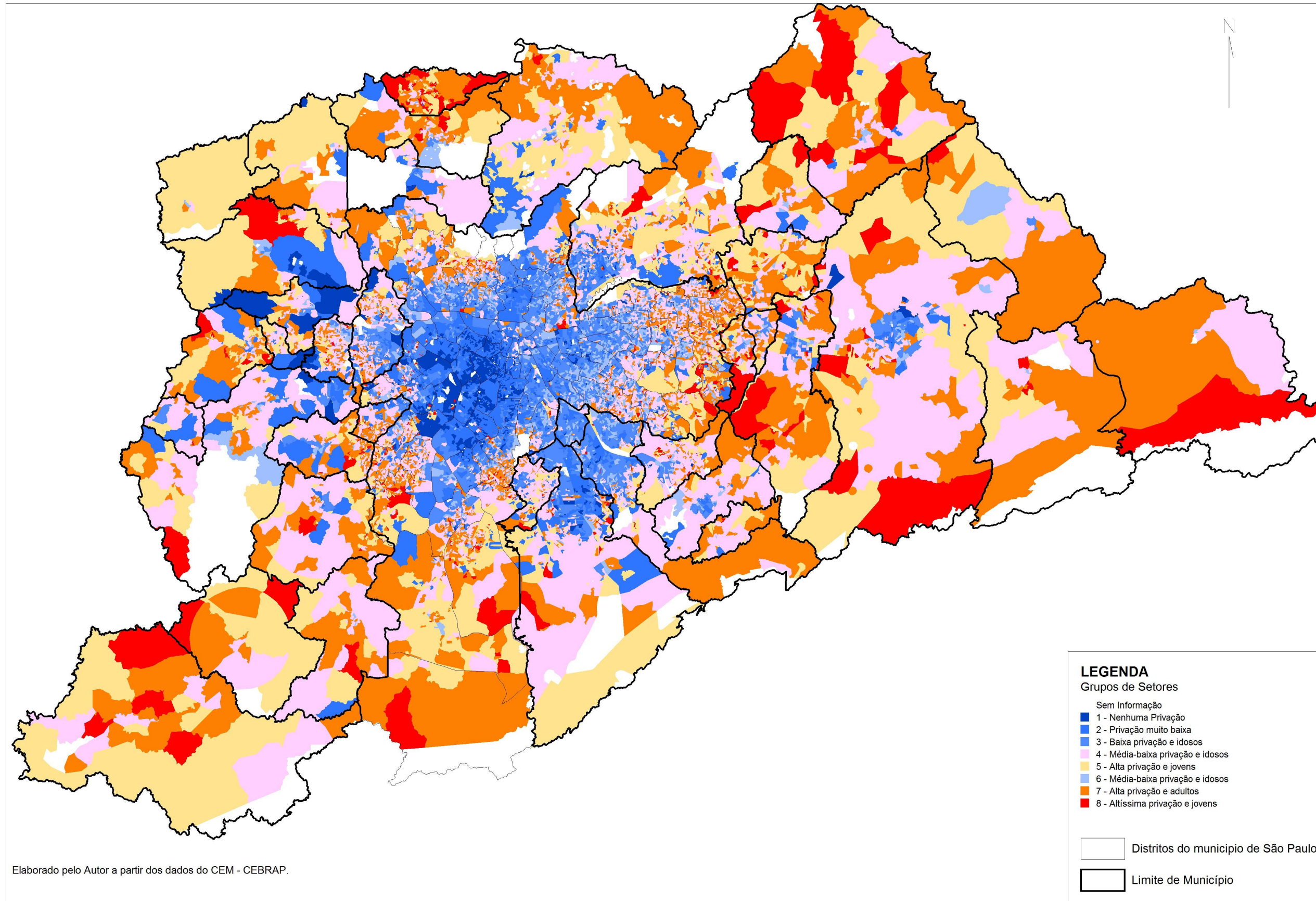
Grupo 5 (Alta privação e jovens): formado por 8,8% dos setores censitários, englobando 10,7% da população da RMSP. Este grupo se caracteriza pela presença de chefes jovens – idade média de 38 anos – com baixos níveis de rendimento e escolaridade. É o segundo pior grupo nos indicadores de renda e escolaridade. Neste grupo observa-se o menor percentual de chefes mulheres – 19,8%.

Grupo 7 (Alta privação e adultos): formado por 17,8% dos setores censitários, com 18,8% da população. Caracterizado por chefes não tão jovens com baixa renda e baixa escolaridade, presença de crianças de 0 a 4 anos e adolescentes e presença de chefes mulheres com baixa escolaridade;

Grupo 8 (Altíssima privação e jovens): formado por 3,6% dos setores censitários, englobando 4,2% da população, caracteriza-se por possuir os piores indicadores da RMSP.

O mapa do CEM procurara assim superar a questão da divisão entre subúrbios e zona urbana para a análise das diferentes faixas de renda aliada outros indicadores sociais para mostrar uma realidade complexa na metrópole para além de uma relação dicotômica entre centro e periferia. O mapa parece sugerir, dentro do conceito construído a partir das faixas de renda dos indicadores sociais escolhidos, uma realidade bastante fracionada. Entendemos, porém, que são mapas que mais do que explicar uma realidade da pobreza da metrópole eles procuram ser instrumentos práticos da denuncia e das políticas públicas voltadas ações governamentais de integração destes setores á cidade formal

MAPA 4 - MAPA DA VULNERABILIDADE SOCIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - CENSO DE 2000



Elaborado pelo Autor a partir dos dados do CEM - CEBRAP.

3.1 - Crédito e endividamento das populações pobres como forma de ser da Financeirização e unidade da crise entre o centro e a periferia.

Para cada capitalista, a massa total de todos os trabalhadores, com exceção dos seus, não aparece como massa de trabalhadores, mas de consumidores; de possuidores de valores de troca (salário), dinheiro, que trocam por suas mercadorias. São igualmente centros da circulação, dos quais parte o ato da troca e dos quais é obtido o valor de troca do capital. (MARX, 2011, p. 343)

A tendência de criar o mercado mundial está imediatamente dada no próprio conceito do capital. (MARX, 2011, p. 332)

Procuramos nesta parte da nossa pesquisa discutir o acesso ao crédito dentro desse processo mais amplo de financeirização como forma de elaborar a redefinição da noção de periferias urbanas na metrópole paulista. Pensamos esses espaços das populações pobres a partir da intensificação do uso do crédito e da monetarização da vida cotidiana, formas de sobrevivência e reprodução das pessoas desses espaços e dos espaços denominados de centralidades. Procuramos discutir tal processo com base em um prisma mais geral, que é o processo crítico de ficcionalização da economia. Nesse sentido, partimos do pressuposto mais geral da crise imanente de valorização do valor, na qual o volume de capital ocioso procura formas de se valorizar, assim como já exposto no capítulo 1.

Nossa pesquisa procura, assim, explorar o papel do crédito nas periferias e espaços precarizados como lugares do consumo e não como espaços apartados desse processo, a partir uma leitura mediada pela reprodução crítica do capital neste período crítico da reprodução do capitalismo. Vamos, desse modo, avaliar tal processo, procurando debater com a crítica hegemônica sobre o tema da metrópole e periferias, que enxerga no neoliberalismo a causa desse processo de precarização e exploração de tais populações, assim como o seu reverso, que é a abordagem que busca na ação do Estado as saídas do processo de exploração através de políticas inclusivas que se colocam de maneira geral pela lógica da justiça sócio espacial. Fundamentados nesses pressupostos, procuramos redefinir a análise do papel dos espaços considerados

periféricos, construindo um entendimento desses espaços não mais como *lócus* da classe operária e da exploração de classe, como foi compreendido em grande parte das teorias sobre as periferias e espaços pauperizados das metrópoles.

Desenvolveremos um entendimento de tais espaços a partir da inserção constante das diversas formas de consumo e da consumação desses indivíduos através dessa forma de socialização negativa em um processo de reprodução crítica que envolve a todos na metrópole. Desse modo, pretendemos demonstrar um processo de simultaneidade crítica das relações entre pobres e não-pobres, no qual ambos se socializam visto que o consumo e o crédito se generalizam nesses espaços que foram considerados por muito tempo como *lócus* da classe operária, cidades dormitórios, enfim, como participantes marginais de uma lógica que domina a todos de forma indiferenciada, mesmo considerando as diferenças de renda dentro da metrópole. Assim, procuramos ultrapassar a visão das periferias como um lugar de inserção marginal do capitalismo, como um outro da lógica totalizante da metrópole, sugerindo aqui uma identidade crítica entre os espaços pauperizados e o restante da metrópole. Ao assumir essa simultaneidade crítica, nós reconhecemos a diversidade de mazelas sociais que ainda persistem principalmente nas favelas, ocupações e loteamentos clandestinos. Porém a busca por estes espaços com as características do que se denominou como periferia clássica a partir a características de espaços precarizados e sem infraestrutura parece, gradativamente, mais limitada a setores bem definidos nas franjas da metrópole como é o caso, por exemplo, de loteamentos nos distritos de Parelheiros e Marsilac da cidade de São Paulo, nas áreas dos mananciais na RMSP, ou ainda em ocupações recentes que estão localizadas em diversos pontos da metrópole.

Entendemos que a participação dessas populações no consumo, desde principalmente o período atual, coloca em xeque a visão dos espaços periféricos como espaços apenas para a reprodução de sua subsistência e torna essa população – antes considerada como marginais – central para o processo de consumação e financeirização da economia e como “sujeitos monetários”, assim como os estratos médios e altos da população, apesar das diferenças quantitativas. Entendemos que os espaços ainda considerados periféricos da RMSP e ainda aqueles espaços como as

favelas e outras habitações precárias das chamadas áreas centrais são cada vez mais invadidos pela lógica do consumo, que se expressa de diversas formas, seja pelas estratégias de vendas das grandes redes varejistas, pelos *shoppings centers*, pelo comércio virtual através da internet e pelo aumento da oferta de crédito direto para essas populações e, por conseguinte, por um crescente endividamento desses.

O consumo e, por sua vez, essa realidade do endividamento tem priorizado, através do crédito, o acesso dessas camadas a produtos eletrônicos de última geração, tais como, celulares, televisões de plasma e outros eletrodomésticos, bem como uma gama enorme de outros produtos, inclusive de subsistência imediata. Além disso, há uma ampliação exponencial de acesso às redes de *internet* através de computadores, celulares ou outras formas de acesso, como as *lan houses*, colocando em conexão uma parte expressiva dessas populações, o que para nós redefine de maneira importante o conceito da “periferia” como lugar apartado dessas pessoas. Tais mecanismos podem explicar, em grande, parte esse processo de identidade crítica e pertencimento à sociedade do consumo e do endividamento por classes de renda distintas.

Os dados da pesquisa “Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal”, realizada pela PNAD em 2014, mostram esse processo de acesso à internet via presença de microcomputadores e celulares para a Região Metropolitana de São Paulo. Segundo a pesquisa, 61,15% dos domicílios possuem microcomputadores ligados à internet e 93,8% possuem telefones celulares. Os dados ainda indicam que em 71,3% dos domicílios ocorria a utilização da Internet. Entendemos que tal acesso à internet – que se realizava em grande parte pelas *lan houses*, as quais se multiplicavam nesses setores denominados de periferias e que agora se multiplicam via o acesso aos smartphones – é uma poderosa ferramenta para integrar essas populações aos padrões de sociabilidade e de consumo do que se denomina de “cidade formal”, apesar das diferenças quantitativas em relação à renda e, para nós, redefine de maneira central a questão da inserção marginal e dependente de tais espaços. A inserção dessas populações à internet, a redes sociais, é mais um importante argumento para contrapor o discurso vigente de distância social e física das periferias e mostrar que há uma unicidade na forma de inserção dessas populações no período atual que se diferencia substancialmente das periferias urbanas retratadas nos anos 1980 e 1990.

Os dados da pesquisa realizada pelo Google e pelo Instituto Data Popular em 50 municípios brasileiros reforçam o nosso argumento:

A internet sempre foi vista no país como um privilégio das elites, mas um estudo inédito realizado pelo Google, em parceria com o Instituto Data Popular, mostra que a realidade não é bem essa. Com o aumento da renda média do brasileiro e a popularização dos smartphones, a classe C tomou conta da rede, e, de acordo com a pesquisa, já representa 54% do total de internautas no Brasil, contra 34% das classes A/B. São 48,3 milhões de pessoas, mais que o número total de usuários conectados de México (44,1 milhões), Itália (35,5 milhões) e Canadá (29,7 milhões), por exemplo.

– Eles são os novos donos da internet brasileira – afirma Maria Helena Marinho, diretora de Pesquisas do Google Brasil. – Existe a ideia de que internet é coisa das elites, mas essa pesquisa mostra que não.

Até poucos anos atrás, as *lan houses* eram apontadas como os principais centros de inclusão digital para as camadas mais populares, mas esse papel está sendo ocupado pelos smartphones. Entre os internautas da classe C, 47% já possuem smartphones, e, dentre estes, o celular é a principal ferramenta de acesso: 97% disseram acessar a rede pelo aparelho.

– O celular é o dispositivo que possibilita a chegada da internet às mãos de todos os cidadãos – diz Rodrigo Baggio, fundador do Comitê para Democratização da Internet (CDI). – Ainda existe a questão do preço, mas os aparelhos estão cada vez mais baratos.

Os usos da rede não diferem tanto por causa da classe social. Independentemente do padrão de renda, os internautas fazem buscas, assistem a vídeos e acessam redes sociais. (...)

Esse avanço é recente. Na última década, a população brasileira cresceu aproximadamente 10%, o número de internautas das classes A/B aumentou 143%, e os da classe C, 204%. Cerca de metade dos internautas emergentes ingressou na rede nos últimos cinco anos, sendo que 31% deles começaram a navegar apenas nos últimos três anos.²¹

O momento atual marca cada vez mais uma realidade de inserção e socialização negativa pela lógica do valor das populações mais pobres ao mercado, como consumidores e como indivíduos consumidos pela lógica da mercadoria e da sua sobrevivência através das formas creditícias.

²¹ 'Internautas da classe C são os novos donos da rede', diz Google. Estudo aponta que 54% dos usuários no país são da classe emergente. **Jornal O Globo**. Disponível em <http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/internautas-da-classe-sao-os-novos-donos-da-rede-diz-google-15769044#ixzz4JPBGDYk9>

Esse processo, mediado pelo crédito, envolve toda a população pobre e também estratos médios e altos, seja no que se considera centro ou no que se considera periferia, num processo de endividamento no qual as dívidas são cobertas com a criação de novas dívidas. Para Kurz (1995):

O capital realmente produtor de mercadorias suga por assim dizer o seu próprio futuro (fictício), prolongando assim num metanível a sua vida, para lá do limite interno já visível. Este mecanismo só funciona enquanto o modo de produção continua a expandir-se (como foi o caso até ao último terço do século XX) e apenas na medida em que a massa de valor futuro ficticiamente antecipada se realizar efectivamente, ao menos em escala suficiente para pagar os juros dos créditos. O facto de os investimentos de capital, em contínuo aumento, já não poderem ser financiados integralmente com os próprios meios, isto é, através da massa real de lucros – pelo menos como norma e na maior parte dos casos – é um claro indício do carácter cada vez mais precário de todo o processo. Este adiamento estrutural em benefício do capital que rende juros não é ainda a mesma coisa que pagar directamente os juros com outros créditos; mas o movimento real de acumulação acaba por depender indirectamente das poupanças concentradas da sociedade. (KURZ, 2009, sem paginação)

Nesse sentido, Kurz afirma que a a categoria do fetichismo como central para o entendimento da sociabilidade do capital e da dinâmica urbana e entende essa como expressão territorializada da crise de valorização do valor. Para Alfredo (2011):

Em sua expressão palpável, isto é, fetichista, a sociabilidade capital se expressa pelo acesso aos resultados do processo produtivo. Um fetichismo que se forma obscurecendo a contradição entre materialidade e metafísica, de modo que o aumento da produção material é a crise da metafísica valorização do valor, mas também que no plano desta mesma contradição justifica-se ao indivíduo, como consciência, sob os pressupostos de “acesso aos bens de consumo”. (...) Diante de tal “acesso”, a cisão entre Estado e sociedade civil, fundada na contradição capital trabalho, permite a consciência estatista individual na medida em que a universalidade da forma valor se apalpa no acesso ao consumo mercantil. Este, afinal, conduz a uma consciência participativa igualitária daquilo que é a contraditória relação capital e trabalho. Ainda que posta sob as distinções de capacidade de consumo, a formação desta igualação também é fetichizada no tempo de uma possível maior capacidade de consumo em que cada consciência totalitária se permite atingir, mesmo que na dispensa do outro. (ALFREDO, 2011, p. sem paginação)

Incluiríamos aqui que a socialização negativa dos pobres ou moradores de cortiços e favelas das regiões centrais, num mundo de universalização das formas de crédito pela financeirização da economia, completa esse quadro. Assim, esses valores e essa subjetividade mediada pelo dinheiro e pelo crédito universalizam a todos na condição de sujeitos monetarizados (KURZ, 1992) a partir da constituição do fetiche da forma mercadoria como forma universal da consciência, sejam eles trabalhadores ou desempregados das regiões mais pobres ou precarizadas, sejam das áreas com maior predomínio de população com estratos médios ou altos. A diferença é quantitativa no que se refere à renda familiar e não muda a relação qualitativa de sua inserção num mundo no qual as relações mercantis esfumaram a perspectiva de uma análise a partir da luta de classes. Com isso, não afirmamos que há uma homogeneização desses espaços com os espaços mais ricos e nas condições de vida, mas reafirmamos que pensamos que essas diferenças são quantitativas e que o processo de financeirização acaba colocando tais realidades muito próximas no que se refere ao motor de valorização.

O processo de imposição da valorização do valor na metrópole paulista tem criado assim formas de criação de identidade e dos valores e da forma de consumir pelos diferentes estratos de renda na metrópole e, se essa forma de consumir e de se endividar é realizada à vista ou em 72 vezes no crediário, não importa, como também não importa se o celular e outros desejos de consumo comprados são originais ou falsificados. Entretanto, por conta da homogeneização do consumo e do crédito através da dívida, as populações consideradas periféricas e as moradoras de áreas centrais ou com maiores rendas cada vez mais se assemelham, do ponto de vista da reprodução crítica da sociedade moderna. Nesse sentido, o trabalho não se põe como categoria distintiva, mas o consumo se apresenta como forma de indistinção entre o que se denomina centro e periferia.

A análise de Giavarotti (2012), constrói sua análise das periferias da metrópole a partir de Scholz (2016) e Kurz constrói um outro entendimento sobre os espaços pauperizados a partir da teoria do colapso e dissociação para pensar as periferias na

metrópole paulista na sua análise sobre o Jardim Ibirapuera na região sul do município de São Paulo. Scholz (2016) desenvolve seu entendimento, a partir de uma crítica do valor e para além das contradições de classe, sobre as questões da diferenciação das cisões e relações assimétricas ente os sexos, do racismo, do antissemitismo e das disparidades materiais. Giavarotti (2012), com base nas ideias da autora e principalmente se apoiando na questão das disparidades sociais nesses espaços, constrói uma leitura que continua afirmando os espaços periféricos como lugares marginais, a partir do entendimento de avaliar “as disparidades materiais” como forma de cisão na realidade metropolitana. Apesar da importância das reflexões de Giavarotti, consideramos que o paralelo das periferias urbanas, baseado nos mesmos pressupostos da realidade dos guetos étnicos e culturais da realidade europeia, não reflete o mesmo processo metropolitano. A ideia das periferias como guetos, como enclaves, é justamente o objeto de nossa crítica, porque acaba por afirmar as concepções do marxismo tradicional mediadas pela visão classista e dualistas e afirmando estes espaços como o “outro” da metrópole e essas populações como marginais ou grupos de riscos.

Nossa tese vai debater de forma central essa questão, com o objetivo de enxergar tal processo de socialização das camadas denominadas periféricas ou dos moradores das habitações precárias (como favelas e outras formas) ou de todos os miseráveis nesse período crítico de inclusão negativa, nesse processo de “unicidade contraditória da crise”, uma crise de ociosidade de capitais. Assim, reafirmando que não se tratam de setores marginais da sociedade, como insistem em pensar os teóricos sobre as periferias, concebemos esses lugares como centrais para entender esse novo momento da reprodução do capitalismo na perspectiva da inclusão de seus habitantes, de forma cada vez mais acelerada, como consumidores de crédito, como figuras jurídicas de acesso às dívidas.

O crédito, para nós, aparece como tentativa fictícia da superação da crise através da realização desses capitais ociosos e forma geral de reprodução da sociedade. Do mesmo modo, Alfredo (2014) chama a atenção para um processo mais amplo como modo de reprodução do capital fictício, denominado por ele de financeirização do processo social; esse autor compreende a reprodução do capitalismo

fundada nas articulações do capital financeiro mundial, ou seja, baseada no endividamento geral da sociedade e no desenvolvimento das forças produtivas somente a partir da dispensa do trabalho. Há na perspectiva do autor a tentativa de compreensão da realização da massa de capital ocioso sem trabalho a explorar, de maneira que há para ele uma simultaneidade entre crise e acumulação do capital na qual “(...) o fundamento do capital, o trabalho e a mais-valia, se nega como sua própria identidade” (ALFREDO, 2014). Para o autor, isso expressa o desenvolvimento da sua forma monetária sem a produção de valor e constitui, assim, esse processo do endividamento mundial como forma de ser da reprodução. Para ele:

A assim chamada crise de regulamentação do setor financeiro se põe como forma de expressão desse endividamento da sociedade mundial (...). Deve-se considerar, portanto, que o excedente monetário, como superacumulação do capital é, contraditoriamente, a crise de sua reprodução. Uma superprodução de capital, entretanto, equivale a uma crise de sua valorização. São montantes, massas de dinheiro que se precificam, tão somente, porque não detêm com eles o processo de valorização. (ALFREDO, 2014, p. 5)

O autor discute nesse ponto uma questão importante para nosso trabalho, que é uma luta pela mobilização do trabalho no período atual, porém não mais pautada para a produção do valor, mas mediada pelo acesso à dívida no capitalismo mundial como o modo de ser de sua reprodução crítica.

A inserção de parcelas expressivas das populações pauperizadas na denominada “nova classe média”, tão bajulada atualmente como grande conquista dos governos dos presidentes Lula e Dilma, teve a função de ser veículo da realização do capital ocioso deste período. Ao mesmo tempo foram incluídos de forma negativa como elo central e não marginal ou periférico nesse estágio da reprodução crítica do capital. Aqui realmente vale nos perguntarmos se esse movimento de ascensão das novas classes médias foi um processo conjuntural a partir de políticas keynesiano-estatistas de inclusão dos pobres ao consumo, afirmando, nesse caso, essa ascensão como uma conquista possível de um governo de centro-esquerda, ou ainda se essas ações de inclusão creditícia podem ser consideradas como um processo mais longo de

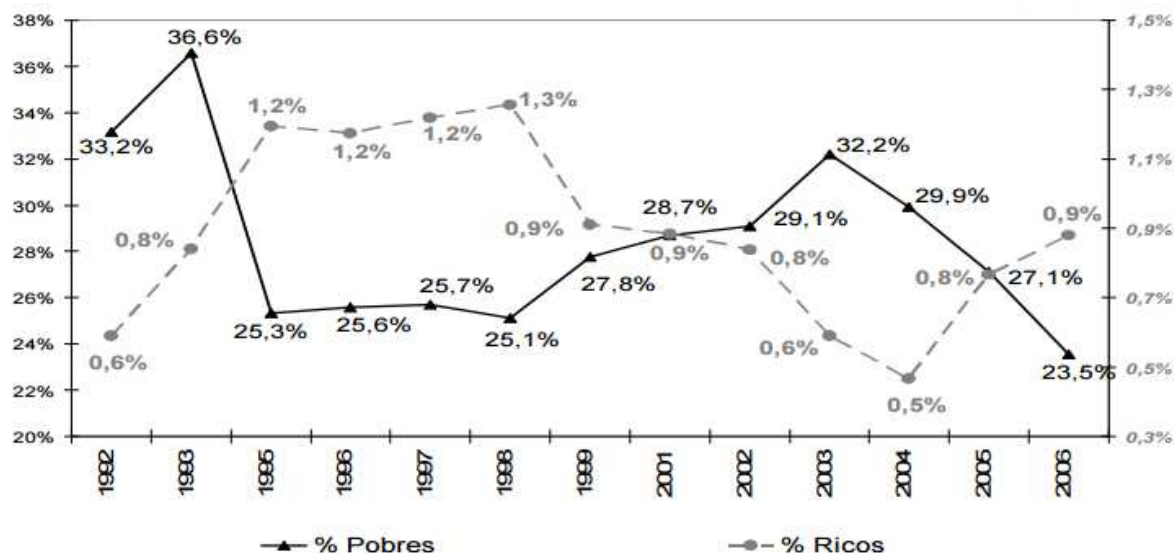
ficcionalização da economia, que mostraria de forma negativa que essa inclusão é na verdade mais uma amostra dos limites internos do capital que procura sua salvação jogando a crise para frente. Sugerimos que a resposta seja, parodiando Marx, que esse processo parece ter passado “às costas” dos governos de centro-esquerda como reafirmação da ação política de justiça social. Ao colocar o norte de um governo de centro-esquerda como política de inclusão ao consumo e ao direito do trabalhador poder andar de avião, comprar a TV de plasma, os *notebooks*, frequentar os *shoppings*, símbolos das classes médias, a perspectiva desses governos de centro-esquerda foi resolver o problema da realização do capital ocioso que precisava ser investido. Na verdade, essa perspectiva não faz mais que, em forma de arremedo e não mexendo na questão da propriedade privada, procurar realizar um processo de distribuição de renda via distribuição do crédito como meio da criação na periferia de consumidores de dinheiro. No entanto, a perspectiva de ter os mesmos direitos, aqui colocados como o direito de consumir, desbaratou para um processo que na maioria das vezes se realiza de fato com a criação de uma “nova classe média”, se não quantitativamente, subjetivamente. Reafirmamos aqui que esta criação subjetiva de pertencimento há um estrato de renda consumidor e sua saída da condição de marginalizado e periférico trouxe consigo um discurso e uma prática liberal e conservadora para a efetividade da sua nova condição, por sua vez avesso a qualquer discurso social e de centro-esquerda. São importantes as questões colocadas por Debord (1997) para entender tal processo de subjetivação dessa lógica da mercadoria pelos pobres considerados periféricos:

A economia toda tornou-se então o que a mercadoria tinha mostrado ser durante essa conquista: um processo de desenvolvimento quantitativo. Essa exibição incessante do poder econômico sob a forma de mercadoria, que transfigurou o trabalho humano em trabalho-mercadoria, em assalariado, resultou cumulativamente em uma abundância na qual a questão primeira da sobrevivência está sem dúvida resolvida, mas resolvida de um modo que faz com que ela sempre torne a aparecer; ela se apresenta de novo num grau superior. O crescimento econômico libera as sociedades da pressão natural, que exigia sua luta imediata pela sobrevivência; mas, agora, é do libertador que elas não conseguem se liberar. A independência da mercadoria estendeu-se ao conjunto da economia, sobre a qual ela impera. A

economia transforma o mundo, mas o transforma somente em mundo da economia. (DEBORD, 1997, p. 30)

Procuraremos desenvolver a reflexão de que não há mais sentido em manter uma separação dual entre centro e periferia, no nosso caso, a partir das realidades metropolitanas, já que todos estão imersos nesse momento de simultaneidade da crise do capitalismo conforme defende Alfredo (2014), devido ao processo de dispensa de trabalho e à luta pelo acesso ao endividamento como forma de sua reprodução crítica.. Contraditoriamente, parte da esquerda brasileira enxerga esse processo de inclusão pelas formas creditícias como um novo distributivismo: como distribuição da capacidade de se endividar, da capacidade dessas pessoas serem incluídas como consumidores e assim uma forma de se procurar homogeneizar os pobres das metrópoles como uma imensa “classe média”, como um grande programa de tirar essas massas da pobreza. Os resultados da diminuição da pobreza foram expressos, como podemos ver no relatório do IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas que mediu a queda dos números de famílias pobres no período de 1992 a 2006.

Gráfico 1 - Percentual de pobres e ricos nas seis regiões metropolitanas, 1992-2006 (em %)



Fonte: IBGE, PNAD (vários anos)²²

Quase 30 milhões de pessoas ingressaram na nova classe média entre 2003 e 2009. O dado foi divulgado (...) pelo coordenador do Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas), Marcelo Néri. De acordo com a pesquisa, na época da crise, a classe C cresceu mais do que as demais, chegando no ano passado a abranger 94,9 milhões de brasileiros, ou seja, mais da metade da população. Ainda de acordo com o levantamento “A Nova Classe Média: o Lado Brilhante dos Pobres”, a soma da população das classes A, B e C passa de 61%. Em 1992, as classes D e E somavam 61% da população. “Em seis anos, 35,6 milhões de pessoas foram incorporadas às classes A, B e C, o que equivale a mais da metade de um país como a França.”²³

As críticas posteriores desse processo de inserção pela dívida ou pelo acesso ao consumo foram que estas políticas governo Lula a partir de sua política de liberação de

²² In: Comunicado da Presidência, nº 7 – Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano – IPEA, agosto de 2008. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5531/1/Comunicado_n7_Riqueza.pdf. Acessado em 15/02/2016

²³ **Quase 30 milhões entraram na classe média durante o governo Lula.** Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/796799-quase-30-milhoes-entraram-na-classe-media-durante-governo-lula.shtml>. Acessado em 10/09/2010.

crédito para os setores mais empobrecidos teve como resultado o consumismo sem desenvolvimento social e de infraestruturas, por exemplo, da moradia. Frei Betto, um importante militante ligado a aos movimentos sociais e a esquerda da igreja católica critica que a perspectiva da inclusão pelo consumo não criou uma inclusão “política”. Para ele, o erro do governo do presidente Lula:

(...) foi ter facilitado o acesso do povo a bens pessoais, e não a bens sociais – o contrário do que fez a Europa no começo do século 20, que primeiro deu acesso à educação, moradia, transporte e saúde, para então as pessoas chegarem aos bens pessoais. Aqui, não. Você vai a uma favela e as pessoas têm TV a cores, fogão, geladeira, microondas (graças à desoneração da linha branca), celular, computador e até um carrinho no pé do morro, mas estão morando na favela, não têm saneamento, educação de qualidade. É um governo que fez a inclusão econômica na base do consumismo e não fez inclusão política.²⁴

Essa afirmação de Frei Betto tem nos levado a vários questionamentos e se aproximam do que nós desenvolvemos como a realização da inclusão pelo consumo. De fato, a denominada classe C e D, que foi reconhecida como um sujeito político que se identificava com partidos do arco da centro-esquerda no espectro o político paulista, parece-nos que caminha em direção a perspectivas mais conservadoras.

Silveira (2009), procura identificar esse período de intensificação de inserção no crédito a partir da lógica da exploração e dominação pelo que denomina de agentes hegemônicos. Para a autora, há um expressivo aumento da oferta de crédito no cotidiano das famílias brasileiras, principalmente a partir da estabilização da moeda no ano de 1994 com o Plano Real, representado principalmente pela explosão do consumo financiado de bens duráveis (geladeiras, televisores, fogões etc.). Sua leitura desse período aponta tal processo como uma forma de dominação dos ricos ou agentes hegemônicos, caracterizados como o circuito superior da economia, enquanto que para as famílias pobres, caracterizados como fazendo parte do circuito inferior, esse processo seria marcado por formas de dependência. A autora elabora assim, com base

24 Frei Betto: “O erro do Lula foi ter facilitado o acesso do povo a bens pessoais, e não a bens sociais” in <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/frei-betto-o-erro-do-lula-foi-ter-facilitado-o-acesso-do-povo-a-bens-pessoais-e-nao-a-bens-sociais>.

na teoria dos dois circuitos, a existência de uma separação entre aqueles que dominam e aqueles que vivem esse processo a partir da dependência.

Para Silveira (2009):

Os agentes do circuito inferior, que precisavam de liquidez, tornavam-se uma clientela cativa e dependente, e o agiota era um traço de união na economia urbana. As instituições financeiras bancárias e não-bancárias passam a cumprir esse papel. Podemos dizer que, hoje, o circuito superior reconhece a importância de desburocratizar o crédito, para estender suas oportunidades de lucro.

(...)

Entra-se numa dívida para sair de outra e, desse modo, não se rompe o círculo vicioso do empobrecimento. Tecem-se novos nexos entre empresas do circuito superior e trabalhadores do circuito inferior, cuja manifestação mais visível é o consumo de bens, serviços e dinheiro, sob forte relação de dependência com tais firmas. Em consequência, aumenta a distância entre o circuito superior, portador de mais lucros e menos capacidades ociosas, e o circuito inferior, cada dia mais pobre e endividado. (SILVEIRA, 2009, p. 69 e p. 72)

Para nós, a leitura da autora reconhece esse processo de inserção social de parcelas amplas da população pela lógica do endividamento e centralidade do crédito como reprodução. Nossa crítica a tal abordagem é sua inspiração em uma leitura classista transmutada na dicotomia dos circuitos inferior e superior, que parece afirmar a vontade do sujeito (aqui o agente hegemônico como reflexo da classe dominante) num movimento de exploração e dominação sobre o circuito inferior (como reflexo dos pobres e da classe operária), sem reconhecer que o motor desse processo é a crise de valorização do valor e não o que comumente se classifica como uma globalização perversa, ou a nosso ver pensando o outro da globalização como distribuição das formas de consumo social do crédito.

3.2 - O reverso da exclusão como socialização negativa na sociedade mediada pela financeirização

O processo de mobilização das camadas mais pobres para a lógica do endividamento no consumo por crédito pode ser percebido na metrópole paulistana pelo ritmo de expansão das redes de varejo, do consumo e do crédito, que têm aumentado sua presença com a construção de *shoppings centers*, centros empresariais e, ainda, redes de supermercados adaptadas aos mais pobres. Esse processo tem incluído de forma negativa um enorme contingente através do amplo processo de bancarização, acesso ao crédito e ao endividamento, assim como tem mudado todas as relações no pequeno comércio local, que se adequa a este período e também utiliza de maneira intensa as formas de crédito, tais como, cartões de crédito, de débito e outras formas de financeirização. Acreditamos que essa inserção ocorre de maneira estrutural, e não apenas conjuntural no atual momento no país e na metrópole. Esse processo tem forçado a criação de um mercado interno vigoroso, na sua maioria, pertencente ao que se convencionou chamar de “setores periféricos” e também da denominada nova classe média. Esse movimento rompe, assim, com a ideia vigente nos anos 1970 e 1980, de que, a partir do modelo de produção das periferias voltado para o capital industrial, a reprodução do capital em países dependentes podia se estabelecer mediante o consumo de uma pequena parcela da população, principalmente as classes altas e médias, colocando, a nosso ver, em xeque o que já foi apresentado por Luxemburg (1985) e outros teóricos do marxismo, ou seja, a perspectiva da reprodução a partir do consumo de luxo relegando o consumo do “proletariado” às formas básicas de consumo para sua subsistência.

O momento presente é marcado pela estratégia de inserção das redes de consumo nos setores de classe média baixa e de baixa renda, localizados nas regiões da metrópole consideradas periferias urbanas, assim como nos espaços habitados pela população de baixa renda em habitações precárias como favelas, cortiços e outras áreas precarizadas. Isso não se põe como algo que identifique o periférico, mas como um processo que expressa a sua homogeneidade no mundo das trocas.

Segundo Bastos (2014):

Os espaços denominados formais e informais nas cidades só constituem oposições se observados como forma aparente e necessária do capital manifestar-se como racionalidade, neste caso como coisas em si e destoante de um tipo ideal de urbanização (...) o próprio conceito de favela não pode ser absolutizado, necessita sim ser repensado como momento integrante à lógica de sociabilização pelo valor (...) a favela (...) como manifestação concreta das determinações de uma modernização particular, na qual o valor (...) se estabelece como crise de valorização, e o trabalho como não trabalho. (BASTOS, 2014, p. 114)

Para esse autor, as periferias e favelas tratam-se de instâncias nas quais se expressam a forma valor, esse enquanto sentido da modernização baseada no valor. Nesse sentido, a oposição centro x periferia e ou cidade formal x informal é objeto de nossa crítica, que procura discutir esse processo como único, como parte desse processo de imposição da valorização do valor que não obedece mais às suas formas dicotômicas que se originam da lógica da separação, da lógica da luta de classes. Acreditamos que há, neste sentido, duas formas de inclusão dessas populações, seja a igualdade econômica a partir do consumo, seja as ações promovidas de promoção da igualdade jurídica como, por exemplo, a partir dos processos e regularização fundiária das habitações precárias promovidos pelo Estado.

Defendemos aqui que esses programas de acesso à cidadania – e que são entendidos como ações ligadas ao que se denomina de “direito à cidade” na perspectiva da justiça sócio espacial ou, como estamos insistindo, na perspectiva do distributivismo – são em grande parte mediados por uma inclusão pela forma mercadoria, pela intensificação desses sujeitos monetarizados sem dinheiro de maneira mais profunda na lógica da valorização do valor. Reafirmamos que não se questiona os efeitos civilizatórios de tais programas de inclusão, porém entendemos que a saída da barbárie da exclusão tem tido como reverso apontar para a entrada em outra lógica da barbárie, em outra lógica irracional, que é a de se colocar esses sujeitos no centro da crise da valorização do valor, o que coloca o acento á nossa crítica da noção de periferia.

As críticas a essas visões afirmam a lógica, clássica dentro do marxismo, de que é necessária essa socialização capitalista para que haja um processo de libertação, de

tomada de consciência revolucionária. Para Bastos (2014):

A generalização do consumo (...) ocorre na totalidade da cidade, sendo que nas áreas mais carentes e ou periféricas, as formas de institucionalização do crédito exacerbam-se justamente por significarem efetivamente a finalidade, ainda que não de maneira aparente, da urbanização enquanto processo posto pelo e para o capital. Aqui os “sujeitos monetarizados, mas sem dinheiro” (...) personificam a determinação negativa do valor (...). A inclusão, nestes termos, significa estar incorporado ao mundo da mercadoria, conquanto dê vazão à reprodução cada vez mais crítica do valor, porém sob a forma ilusória do cidadão que conquista seus direitos. (BASTOS, 2014, p. 162)

A lógica do consumo e da ficcionalização da economia impõem uma leitura sobre o urbano que acentua esse processo de instauração da totalidade crítica do capital, assim as formas de “inclusão e exclusão” constituem uma só unidade. Desse modo, pensamos que a máquina produtora de mercadoria e a sociedade fetichista imprimem com violência uma única e uniforme compreensão do sujeito do trabalho, do dinheiro e da concorrência. Nesse sentido, a realização da acumulação crítica põe a realidade dos setores empobrecidos no centro e não nas margens desse processo que totaliza a todos na metrópole.

A pesquisa de Bastos (2014) ilustra bem nosso argumento, ou seja, que as periferias e favelas representam instâncias nas quais se expressam a forma valor, esse entendido enquanto abstração geral da modernização. Nesse sentido, a oposição centro x periferia ou cidade formal x informal é objeto de nossa crítica, na perspectiva de discutir esse processo como único, como parte da imposição da valorização do valor, que não obedece mais às suas formas dicotômicas originadas da lógica da separação, da lógica da luta de classes. Assim, para Bastos há um projeto distributivista, que ocorre na distribuição da crise por todos os setores, inclusive nas favelas. A partir das estratégias das grandes redes de varejo, da intensificação das vendas pela internet e outras mídias, os espaços ditos periféricos têm se configurado enquanto lugares importantes do consumo de produtos eletrônicos de última geração e de mercadorias em geral, reduzindo o argumento de que o consumo de suas populações estaria voltado apenas para a reprodução de sua força de trabalho ou de

produtos de “segunda linha”. A localização dos *shoppings centers* e das outras formas de rede de varejos, apesar de seguir a lógica de localização em vias de grande circulação, também parece mostrar uma tendência de se inserir cada vez mais nesses espaços. É possível perceber, através das nossas pesquisas e através dos dados, que há uma proliferação de redes atacadistas de alimentos, grandes redes de supermercados, lojas de eletrodomésticos e de móveis, que têm se estabelecido nos espaços que são ainda considerados periféricos, assim como uma intensificação da lógica do endividamento e dos cartões e outras formas de crédito nos pequenos e médios comércios e nos serviços.

A pesquisa da ABECS – Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços, *Mercados de Meios Eletrônicos de Pagamentos de 2013*, mostra o percentual que cada meio de pagamento representa no faturamento mensal, em média, a partir de pesquisa com 2007 estabelecimentos comerciais. A pesquisa indica que 53% dos pagamentos são realizados por cartões de débito e crédito. Destaque-se que as formas tradicionais de pagamento representadas pelo dinheiro, cheque e carnê representam o total de 40%.

Tabela 1 – Percentual de meios de pagamento - 2013

Tipo de Pagamento	Participação (Faturamento Mensal)
Débito	22%
Crédito	31%
Dinheiro	35%
Cheque	4%
Vale Benefícios	1%
Débito Automático	2%
Fatura	2%
Carnê	1%

Fonte: ABECS (2013)

As nossas pesquisas não localizaram, nas consultas aos órgãos que pesquisam o crédito na cidade de São Paulo, os dados quantitativos desse processo que identifica a proliferação dos cartões de crédito para o recorte dos espaços que comumente têm sido considerados como “periféricos”, ligados especialmente às rendas familiares menores. Os dados que nos referenciamos, além dos trabalhos de campos, são os estudos da ABECS, que são divulgados pelos meios de comunicação. No que se refere ao pequeno comércio e aos pequenos serviços a notícia referente ao ano de 2011,

afirma:

Cada vez mais populares, os leitores de cartões magnéticos estão invadindo comércios onde o dinheiro vivo sempre imperou, como entregas de motoboy, feiras e bancas de cachorro-quente. O fenômeno não ocorre por acaso. No fim do ano passado estavam no mercado mais de 628 milhões de cartões, incluindo plásticos de débito, crédito e de redes de varejo, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (ABECS). O aumento em relação ao ano anterior foi de 11%. De olho nesta enorme quantidade de “dinheiro de plástico” no mercado – é como se cada brasileiro possuísse três cartões –, os comerciantes de pequeno porte se modernizaram e ofereceram aos consumidores a chance de pagar com cartão, atendendo a uma demanda dos clientes e ainda visando aumentar os lucros.²⁵

O processo de creditização ligado ao acesso dos cartões de crédito, que se expande cada vez mais nos pequenos comércios, vendedores ambulantes, barracas de cachorro quente, churrasquinhos, o que demonstra, a nosso ver, esse processo amplo de ficcionalização crítica que se mostra de maneira muito visível nos espaços pauperizados da metrópole paulista e que, nesse sentido, reafirma nossa tese sobre tal unidade da reprodução crítica que desidentifica os centro e a periferia na metrópole.

Os dados do Serviço de Proteção ao Crédito de setembro de 2016 indicam que:

(...) o cartão de crédito lidera (39%) como o meio de pagamento mais recebido nas vendas, principalmente no setor de comércio. Os especialistas do SPC Brasil explicam que o surgimento de tecnologias mais baratas e o fim da exclusividade entre credenciadoras e bandeiras estimularam a concorrência no setor de cartões, proporcionando às empresas de menor porte, incluindo profissionais autônomos e até mesmo trabalhadores informais, a possibilidade de experimentarem as transações eletrônicas como forma de pagamento. (...) Entre os empresários ouvidos pela pesquisa, 57,9% citam a garantia de recebimento do valor da compra como a principal vantagem ao se operar com cartões de crédito. Quando se leva em consideração os cartões de débito, o percentual é de 46,3%. (...) O levantamento mostra também que 7 em cada 10 (76,4%) micro e pequenos empresários oferecem aos seus clientes o parcelamento como opção de pagamento. Apenas 16,8% dos empresários entrevistados não aceitam

²⁵Fonte: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/pequeno-comercio-adere-aos-cartoes-et0jrtllkfd3isclryij37f2>>. Acessado em 03/09/2016.

financiamento na hora de fechar suas vendas, trabalhando apenas com o pagamento à vista.²⁶

A pesquisa de Sciré (2009), ao analisar o processo de financeirização e o consumo dos pobres em uma comunidade no Capão Redondo, zona sul do município de São Paulo, aponta que a proximidade dos equipamentos não explicaria, sozinha, as mudanças nas práticas de consumo das populações pobres. Para a autora, o principal mecanismo de inserção dessas populações seria a diversificação dos mecanismos de concessão de crédito. É necessário colocar que a localização dessas lojas e empresas apenas mostra um fenômeno espacial que vem revelar um fenômeno mais profundo advindo da concessão de crédito dentro de uma lógica mais geral de reprodução fictícia do capital e que, a nosso ver, não se restringe a uma questão conjuntural ou é fruto de uma política de inserção social via crédito, como foram os programas dos governos Lula e Dilma.

A autora procura mostrar, em sua pesquisa, as mudanças qualitativas no consumo popular, mais especificamente para as populações mais pobres, que indicamos aqui como os personagens das periferias urbanas. A autora avalia, com base na proliferação dos cartões de crédito e de outras formas de crédito, as mudanças nas práticas cotidianas e de acesso ao consumo, procurando ainda identificar as estratégias para lidar com a renda e o gerenciamento do orçamento doméstico.

Sciré (2009) denomina de financeirização da pobreza esse processo de inserção nas formas de crédito, o que não é novo no que se refere à utilização do crédito por estratos de renda mais pobres, mas para tentar explicar o novo jogo de relações entre renda, consumo e crédito. Para a autora, o ponto de inflexão desse novo período, em que há uma alteração nas relações entre a poupança e o crédito, interferindo nas práticas populares de consumo e de crédito, estrutura-se na proliferação dos mecanismos de créditos. A autora procura entender esse processo a partir das mudanças no plano global, mas centra seu argumento na estabilização da economia brasileira e no fim da inflação a partir do Plano Real.

²⁶Fonte: <<http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2015/08/7-em-cada-10-pequenos-empresarios-dao-descontos-quem-paga-vista.html>>. Acesso em 05/08/2016

Sciré aborda ainda os fenômenos ligados à estratégia dos bancos brasileiros de buscar maneiras de aumentar a oferta de produtos financeiros aos mais pobres desde anos 1990. Desse modo, há a ampliação da sua clientela, mirando os estratos mais baixos da população e incorporando os mais pobres nesse processo de financeirização com a associação dos bancos às redes de varejo. Nesse sentido, os produtos de crédito avançaram não só no consumo de eletroeletrônicos, mas também para os supermercados e hipermercados, para o consumo de bens de primeira necessidade. Segundo a autora:

Com o aumento do risco associado às operações de crédito (que poderia comprometer os resultados financeiros das redes varejistas, devido às taxas de inadimplência), teve início uma série de acordos entre as lojas e os bancos, sendo as financeiras como mediadoras deste processo. Este esquema garantiu o fortalecimento das operações de concessão de crédito aos clientes, sem comprometer os lucros das redes varejistas. Para os bancos, este negócio também gerou vantagem, pois passaram a incluir uma parcela importante da população em seus bancos de dados, estando aptos a obter informações sobre clientes potenciais que, mesmo sem possuir contas abertas, podem ser avaliados como futuros clientes “bons-pagadores” ou não. Tornou-se, assim, possível aos consumidores destas redes ter fácil acesso aos cartões de marca própria, ou seja, que têm utilidade apenas nas lojas que os criaram, oferecendo valores diferenciados nas compras para quem os têm. Assim, há cartões de lojas e cartões híbridos, que podem ser utilizados não só em lojas, mas em qualquer estabelecimento (como o cartão Casas Bahia, por exemplo). Mais do que uma reestruturação do varejo baseada na melhoria das estratégias de acumulação, o que se vê é o quanto tal projeto conecta-se diretamente à lógica da concessão de crédito, pois conta com a presença dos cartões, que são os artefatos pelos quais é possível visualizar essa aliança entre bancos, financeiras, redes varejistas e administradoras. (SCIRÉ, 2009, p. 69)

Sciré (2009), considerando essa nova realidade, procura desenvolver a análise do que denomina de organização da vida cotidiana a partir do que ela aponta como estratégias financeirizadas, nas quais as famílias contam com a possibilidade de se reproduzir e consumir por meio das compras no cartão e da alternativa de parcelamento em várias vezes, além do adiamento do pagamento da fatura para o próximo mês. A autora afirma, fundamentada em sua pesquisa empírica, que os cartões possibilitaram às famílias de baixa renda adquirir bens através desses mecanismos que não eram

possíveis na modalidade de pagamento à vista. Se a compra pelo carnê já era um facilitador, a proliferação dos cartões de crédito e outros mecanismos de creditização transformam-se num importante elemento dinamizador desse processo.

A autora afirma, com base em entrevistas realizadas nas favelas do Jardim Piracuama e Vila Caiz localizadas na subprefeitura do Campo Limpo²⁷ – município de São Paulo, que:

(...) a maioria dos entrevistados possui em média cinco cartões. O que se percebe é que certo número de pessoas vem fazendo uso dos cartões não só porque querem ter acesso às vantagens do parcelamento, mas também para poder tirar proveito de um valor (fictício) que não se possui no momento, mas que se coloca disponível através do crédito concedido por estes objetos. (SCIRÉ, 2009, p. 71)

Ao analisar os gastos de uma família entrevistada, a autora afirma que:

(...) a grande questão que se faz é como ela consegue dar conta de comprar comida, pagar as parcelas do cartão e ainda pagar o empréstimo do banco? A resposta é bem simples: ela não consegue, de fato. O que ocorre é que gasta mais do que ganha e, na hora de pagar as faturas dos cartões, não paga o valor integral, mas o mínimo ou um pouco mais do valor exigido para que o cartão seja “liberado” e ela possa continuar usando-o. Assim, paga juros extras, o que acaba aumentando muito o valor final de suas contas. (SCIRÉ, 2009, p. 72)

A autora conclui que o período presente seria marcado pela “financeirização das dinâmicas cotidianas”, na qual as famílias dispõem do que ela denomina de “valor fictício” a mais todo mês, e esse valor acaba se tornando parte do orçamento doméstico, revelando assim uma lógica do endividamento como forma de reprodução. Sciré ainda afirma que a proliferação dos cartões de crédito atende à necessidade das famílias de contar com dinheiro extra para suprir sua necessidade, para aumentar sua renda bruta e possibilitar gastos um pouco mais do que os seus limites financeiros, nesse processo de dependência estrutural do crédito. O outro lado dessa questão é a crescente inadimplência que resulta desse processo, mas a autora aponta uma questão

²⁷Subprefeitura com número expressivo de favelas e loteamentos clandestinos precarizados comumente utilizada para expressar a noção de periferias da cidade de São Paulo.

muito importante para nossa tese, qual seja, a imanência do endividamento como forma de ser dessa reprodução fictícia. Para a autora:

Porém, ter o “nome sujo” já não é uma situação tão alarmante e tampouco uma mácula. Alguns devedores nem se intimidam com os juros exorbitantes que as dívidas atingem e tampouco se preocupam em pagá-las, uma vez que sabem que as redes varejistas e as outras lojas os querem enquanto clientes e que logo oferecerão um perdão ou uma renegociação da dívida em valores bem menores. (SCIRÉ, 2009, p. 75)

A autora afirma que a renda, não somente a presente, como também a futura, desses trabalhadores encontra-se totalmente comprometida com as obrigações assumidas no mercado e que por trás do livre acesso ao consumo, o que se observa é uma lógica que engendra o endividamento. Assim, para Sciré, de forma geral esse recurso acaba por retroalimentar uma lógica na qual a riqueza se acumula e a pobreza é mantida, ainda que, para a autora, em num novo formato.

Procuramos problematizar as questões colocadas por Sciré (2009), a partir da crise da ficcionalização da economia, na medida em que avaliamos que a autora não tinha como problema entender a questão da financeirização da vida cotidiana como lógica mais geral da valorização do valor. De outro modo, a ideia que a autora analisa de financeirização não é aquela mediada pela crise, nem por um processo crítico de reprodução. Todo o processo de ampliação do crédito aos setores mais pobres da metrópole, apesar de parecer um processo ascendente do capital, revela, a nosso ver, de forma mais geral um processo crítico de reprodução do capital. Para Alfredo (2008b):

A expansão da massa de capital pode coincidir com os sentidos críticos da reprodução deste mesmo capital, embora apareça como expansão ascendente do capital. Trata-se, por assim dizer, não de uma crise de produção do capital, isto é, de uma massa de mercadorias maior do que a capacidade de consumo, mas de uma crise de acumulação, ou seja, os níveis de investimentos exigidos não correspondem à remuneração possível desses mesmos investimentos, tornando o capital financeiro o elemento determinante de sua reposição. (ALFREDO, 2008b, p. 20)

Diante disso, o consumo e o crédito assumem uma centralidade que vem

destituindo a compreensão da metrópole pela distinção físico-geométrica da relação centro-periferia. A proliferação desses grandes empreendimentos por todas as áreas da metrópole demarca, a nosso ver, um processo de ampliação do grande comércio e do varejo para o interior dos espaços ocupados pela população de menor renda, ao mesmo tempo em que engendra um processo de intensificação dos artefatos de crédito e das formas de financeirização de toda a economia. Tal processo indica uma mudança qualitativa nas estratégias de socialização negativa das camadas pobres ao consumo de forma direta nesses espaços. O pequeno varejo, representado por mercadinhos, bares e outros pequenos comércios, e mesmo os vendedores informais (camelôs), não ficará imune a esse movimento e se adaptará ao novo momento; ele passa a fazer parte do processo de financeirização e de dependência geral do crédito e da instalação de máquinas de empresas de cartão de débito e crédito nos mesmos moldes que o grande varejo. O crédito vai assim ocupar tais espaços num movimento de totalização crítica para além das perspectivas minoritárias de crédito, como as formas do microcrédito e do Banco do Povo.

A proliferação de redes ligadas ao consumo, principalmente de bens duráveis, tem na ampliação do crédito sua principal estrutura. Podemos afirmar que o crédito está associado às grandes redes bancárias e às grandes empresas do setor de cartões de crédito. Além do crédito para o consumo, essas empresas têm criado diversas instituições de crédito pessoal direto, como foi verificado nos trabalhos de campo nos municípios de Osasco, Carapicuíba e em distritos denominados periféricos do município de São Paulo.

Esse quadro revela uma tendência à dependência do crédito na reprodução dessas famílias e na importância de sua inserção no consumo e no endividamento. Se acrescentarmos a dependência dessas famílias a outras formas de crédito, como o cheque especial e os cartões de crédito nas suas múltiplas formas (cartões de supermercados, cartões de lojas etc.), teremos um quadro muito claro do papel que a creditização geral da sociedade exerce nas populações que vivem nesses espaços.

O estudo realizada pela Consultoria Tendências para a ABECS – Associação Brasileira de cartões de Crédito mostra como a expansão das formas creditícias através dos diversos tipos de cartões para a sua vida cotidiana.

Observamos que a partir de 2004 houve um acentuado aumento no crédito, o que impulsionou o consumo do brasileiro. Essa expansão altera principalmente os hábitos de consumo da classe C, em maior grau, e também das classes D e E, onde estão as pessoas que passam a consumir produtos que antes não estavam acessíveis, devido à falta de sistemas de financiamentos. (...) São essas classes de renda mais baixas que puxam o crescimento do uso de cartões de crédito e débito no Brasil, pois são classes que começaram a se bancarizar nos últimos anos e obtém o conhecimento e o acesso a formas de pagamento mais modernas, que tornam possível a compra antecipada de bens necessários, como alimentos e vestuário.²⁸

Destaque-se que a mesma pesquisa indica que a utilização do cartão tem como principal finalidade a alimentação da população, colocando a questão da inserção do crédito para além do consumo de bens duráveis, como uma forma, para as camadas mais pobres, de se reproduzir e de consumir artigos para a subsistência. A chamada “compra do mês”, em que se compram os alimentos e outros mantimentos para a subsistência das famílias, ocorre na maioria das vezes com os cartões de crédito na sua versão de cartões de supermercados.

Segundo Sciré (2009):

As administradoras de cartão de crédito ampliaram sua clientela nos últimos anos, não só devido ao aumento de contas bancárias, mas também as estratégias acionadas para incorporar certas faixas da população como forma de expansão de suas bandeiras. (...) A associação entre bancos e varejo veio ampliar ainda mais este processo. Hoje em dia, tornou-se possível aos consumidores ter acesso a cartões de marca própria (...). Assim, há cartões de hipermercados, cartões de lojas de sapatos, de roupas (como Marisa, Renner e C&A), de eletrodomésticos (cartão casas Bahia) etc. Deste modo, o fenômeno da emergência dos cartões requalifica o consumo popular, inserindo o que se pode chamar de financeirização nas dinâmicas cotidianas de quem convive com poucos recursos mensais. (SCIRÉ, 2009, p. 49)

²⁸ Estudo realizado pela *Tendências Consultoria Integrada* para a ABECS - Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviço em 2011.

No caso brasileiro e, principalmente, no caso dos espaços pauperizados, no atual período, o crescimento do país tem sido explicado em grande parte pela inserção do que os analistas de mercado têm denominado de crescimento do consumo das famílias de “classe C”²⁹. Esse argumento, que tem dominado as análises do mercado e dos órgãos governamentais, de que estaria surgindo uma nova classe média no país, fruto de processo de inserção ao consumo através do crédito, é, a nosso ver, antes a expressão fenomênica de um processo mais geral, de financeirização e ficcionalização da economia.

“O cartão de crédito já representa mais da metade dos empréstimos para o consumo no país”, diz Noronha, citando números do Banco Central (BC) que incluem os cartões “private label”. O parcelamento sem juros do cartão respondeu por 50,2% do volume de crédito concedido com recursos livres para financiar o consumo de bens e serviços, totalizando R\$ 86,9 bilhões.

Considerando também a parte das compras feitas com cartões para pagamento no vencimento da fatura – que, segundo lembra Noronha, também são um tipo de crédito, já que o consumidor ganha dias para pagar e o banco corre o risco de não receber – a participação dos cartões de crédito crescerá a 67%. A modalidade que ocupa o segundo lugar entre as utilizadas para financiar o consumo é o consignado, com R\$ 35,8 bilhões concedidos no primeiro trimestre deste ano, ou 20,7% do total. As concessões para veículos no período ficaram em R\$ 21,1 bilhões e na modalidade “outros” (que inclui cheque especial), em R\$ 29,9 bilhões. (...)

A movimentação com cartões de débito também aumentou. “Seu uso é maior para compras de menor valor, substituindo diretamente o uso de dinheiro de papel no dia a dia, o que gera mais segurança e conveniência aos consumidores e lojistas”, diz Noronha. No primeiro trimestre, o brasileiro gastou, em média, R\$ 40,4 em cada transação com cartão de débito. Esse valor é praticamente metade do tíquete médio do cartão de crédito, de R\$ 80,6 – as compras à vista no cartão de crédito foram, em média, de R\$ 49,2, e as parceladas sem juros, de R\$ 231,3, informou a Abecs.

(...) A pesquisa mostrou ainda que no próximo mês, um percentual ainda maior (86%) dizia querer pagar integralmente a fatura, e em dia. A pesquisa entrevistou 1,2 mil portadores de cartões em várias cidades.

²⁹A definição de classe C é adotada a partir do Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) ou Critério Brasil criado pela ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa). A Classe C representa, além de outros fatores, as famílias com renda máxima de R\$ 14446,24 a R\$ 2409,01 no ano de 2015. Esse critério é comumente utilizado nas pesquisas de mercado e nas análises de órgão governamentais, como o IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

Desse total, 93% deles afirmaram que usaram os cartões de crédito em abril; e 62% usaram a modalidade de parcelamento sem juros”.³⁰

O consumo se realiza como um processo de generalização das formas de crédito para os setores mais pobres, marcado pelo crescimento avassalador de formas de financeirização de todo tipo – cartão de débito, limites do cheque especial e de crédito pessoal –, na perspectiva de realizar o capital criticamente através da financeirização da economia. No atual período, o avanço e a facilidade do crédito têm criado na metrópole e no país um “aparecer ser” de que há um processo de reprodução ampliada do capital. A expansão do crédito para os espaços considerados como periferia se põe como fetiche do crescimento e inclusão dos pobres e, a nosso ver, coloca o que se denomina de setores periféricos no centro da reprodução crítica do capital.

Nesse sentido, acreditamos que a generalização do consumo vai redefinir o sentido das conceituações das periferias enquanto *lócus* da exclusão de suas populações e também enquanto *lócus* privilegiado do sujeito da transformação social, a partir dos pressupostos das pesquisas tradicionais, pela classe trabalhadora. Devido ao acesso e à ampliação do crédito, esses espaços passam por um processo de socialização negativa, marcando uma relação de universalização e identidade dos valores e das formas de consumo entre as camadas médias das populações pobres, ditas periféricas, mesmo que esse acesso se dê com maiores taxas de endividamento ou do consumo de produtos “genéricos” que imitem os produtos originais.

Robert Kurz (1993) a partir do que ele desenvolve como “sujeitos monetarizados sem dinheiro” ou de “pequeno-aburguesamento” geral da sociedade. Kurz (2004) se aproxima da nossa questão ao se referir à decadência da classe média e à desproletarização geral da sociedade, colocando como fundamento comum a questão da crise do trabalho:

Ao revés da decadência da nova classe média, realiza-se de certa maneira um inédito “pequeno-aburguesamento” geral da sociedade, quanto mais os recursos industriais e infra-estruturais aparecem como

³⁰Disponível em :<<http://brasileconomico.ig.com.br/financas/2015-05-22/movimentacao-com-cartoes-de-credito-desacelera-em-2015.html>>. Acesso em 22/06/2015

megaestruturas anônimas. O “meio de produção independente” se deteriora até atingir a pele dos indivíduos: todos se tornam seu próprio “capital humano”, ainda que seja simplesmente o corpo nu. Surge uma relação imediata entre as pessoas atomizadas e a economia do valor, que se limita a reproduzir-se de maneira simulatória, por meio de déficits e bolhas financeiras. Quanto maiores se tornam as diferenças entre o pobre e o rico, tanto mais desaparecem as diferenças estruturais das classes na estruturação do capitalismo. Por isso não tem o menor sentido que os ideólogos da classe média em queda queiram reclamar para si a velha “luta de classe do proletariado”, não mais existente. A emancipação social requer hoje a superação da forma social comum a todos. No interior do sistema produtor de mercadorias, só há a diferença quantitativa da riqueza abstrata, que, se existencialmente toca na questão da sobrevivência, não obstante permanece estéril em termos emancipadores. (KURZ, 2004, sem paginação.)

A fala de Kurz sobre a questão de que, quanto mais crescem as diferenças quantitativas entre os pobres e os ricos, mais desaparecem as diferenças estruturais entre as classes, é muito importante para o desenvolvimento de nossa pesquisa a partir desse processo de creditização dos mais pobres nas formas maduras de crédito e de consumo. Procuramos afirmar este processo de criação de uma indiferença da criação de riqueza abstrata, como a criação de uma totalidade crítica que atinge tanto os pobres como não pobres na metrópole. Assim também procuramos reafirmar que a crítica à questão periférica, hegemônica na geografia ou nas ciências sociais não consegue ultrapassar a questão crítica quantitativa da distribuição. Nesse sentido entendemos que o acesso ao consumo de bens duráveis e de outros bens através do crédito e, no caso brasileiro, também de um mercado popular paralelo de cópias e falsificações procura realizar essa indiferença qualitativa por meio da uniformização dos valores e dos modos de consumir realizada pelo acesso às formas de crédito. Esse tipo de consumo, que é realizada pelas diferentes formas de crédito, tem garantido, cada vez mais e para parcelas mais amplas da população empobrecida que habita os espaços denominados periféricos, o acesso aos produtos antes reservados às camadas de maior poder aquisitivo. O consumo de produtos falsificados de mimeses de mercadorias de luxo é recorrente nos meios mais pobres, expressando essa subjetivação e homogeneização de valores que são pautados pelo desejo de inserção num mundo regido pela lógica da mercadoria. Os mercados populares colocam à venda

produtos voltados para as classes com menor poder aquisitivo, imitando marcas de produtos consumidos pelas classes de maior poder aquisitivo, como celulares chineses, bolsas e vestuários de “grifes” e todo tipo de produtos de marcas famosas e caras. Assim, constrói-se esse processo de homogeneização da lógica do consumo, em que se igualam os centros de compra das classes de maior renda e os da população pauperizada nessa forma de consumir, essas imitações de marcas famosas, construindo um modo unificando de consumir.

A questão do endividamento também se torna importante, já que ter o nome “limpo” para continuar a se reproduzir e principalmente continuar a consumir torna-se central para inserção igualitária destas populações nesse mundo baseado no consumo. Observa-se que o crédito é parte importante na reprodução da população mais pobre, assim não ter acesso a ele pode interferir não só no consumo de bens, mas nos gêneros de primeira necessidade, como os alimentos e outras formas de sua reprodução. O “nome é tudo” é uma expressão importante, por caracterizar essas populações como absolutamente dependentes do crédito e da perspectiva de se endividar, expressando assim o modo crítico de reprodução do capital na sua fase de ficcionalização.

3.3 Centro e periferia a partir da ficcionalização na metrópole paulista.

Esta pesquisa procura explicar tal mudança qualitativa do entendimento dos espaços considerados periféricos, sob a lógica de uma socialização negativa e a partir da ficcionalização da reprodução da sociedade no período atual. Afirmamos assim que é necessário repensar a leitura das separações intra-urbanas, superando a questão da forma material e da luta de classes como explicadora das relações contraditórias e de divisão da metrópole. Com base na reflexão sobre a reprodução crítica fetichista e o processo de autovalorização na metrópole procuramos demonstrar esse processo mais amplo de socialização que envolve a todos, pobres e não pobres, no que denominamos de simultaneidade negativa. Procuramos desse modo contribuir para ultrapassar visões duais da relação entre os espaços pauperizados e o que se denomina centralidades, para pensá-los imersos numa mesma mediação social crítica, pela valorização do valor, e incluídos negativamente a partir do consumo. Nesse sentido, procuramos entender tais espaços como parte de um processo mais amplo da instauração de uma forma de reprodução crítica e contemporânea que, se não se expressa de forma quantitativa a partir dos diferentes extratos de renda, é conformada subjetivamente pela mesma compulsão ao consumo, pela mesma objetividade da reprodução crítica. Portanto, pretendemos aqui contribuir com outra leitura que no geral envolve as ciências que discutem o urbano e a metrópole, em especial a Geografia, que procura acentuar essa leitura mediada pela distribuição desigual e pela crítica da justiça sócio-espacial.

As pesquisas sobre essa questão procuram afirmar as chamadas periferias com base em sua materialidade no espaço, a partir de sua forma física – principalmente a aparência e formato das habitações auto-construídas, sem acabamento –, da crítica à falta de equipamentos de consumo coletivo e da precariedade como fator de exclusão da cidade. Entendemos que no plano do consumo e no plano da inserção na lógica da financeirização, essas diferenças com as camadas médias se desvanecem e fazem parte de um único processo crítico de reprodução. A integração ao mundo do consumo e a dependência do crédito para a reprodução de sua existência permitem pensar que os pobres, mas também os não pobres, para além de consumidores, são consumidos pelo processo de integração à lógica do período contemporâneo de reprodução crítica.

A socialização negativa faz surgir o pobre consumido pelos signos do mercado e do espetáculo, através desse processo fetichista que a mercadoria envolve atualmente. É necessário afirmar que, se somos todos consumidores, somos todos consumidos, devido à prevalência de uma subjetividade mediada pela mercadoria e também porque o processo de autonomia do consumo levaria à consumação do indivíduo. Esse modo de viver, alicerçado no consumo, cria uma ordem fetichista que a mercadoria envolve no sentido de que “(...) em sua forma material é tão somente meio para que a mediação abstrata seja a mediação dela mesma como finalidade da efetividade social.” (ALFREDO, 2014, p. 14). Assim, o desafio de nossa abordagem é construir argumentos para uma reflexão que vá além visões de uma explicação física a partir da concretude do espaço, que é invocada como explicação da diferenciação sócio-espacial da metrópole na Geografia, e tentando interpretar essa relação a partir das mediações abstratas que são reprodutoras das relações estabelecidas na metrópole como uma unidade crítica. Nesse sentido, colocando o entendimento do fetiche do dinheiro como categoria fundamental na reprodução social. O fetiche detém a possibilidade de colocar a crise, por mais profunda que ela seja, como aparência de reprodução ampliada do capital e o crédito cumpre essa função de fetichizar o crescimento e o acesso de parcelas significativas das populações dos espaços considerados periféricos. Entendemos que o acesso ao consumo se dá por meio desta ficcionalização que envolve estas populações mais pobres a partir do consumo de crédito e sua inserção neste processo da criação de dívidas para pagar outras dívidas num processo tautológico que marca esse período da financeirização e generalização do endividamento geral da sociedade; envolvendo a reprodução crítica de pobres e não pobres na metrópole.

A pesquisa de Sciré (2009) mostra a mobilização das populações pobres ao consumo e ao crédito acompanhada da inclusão dessas populações na lógica do endividamento e, de forma mais geral, como procuramos mostrar, nesse momento da reprodução crítica via financeirização da reprodução capitalista. Desse modo, os cartões e as outras formas de crédito são “artefatos” através dos quais os desejos são mobilizados. Para a autora:

Os cartões operam diretamente ligados à dinâmica do orçamento

doméstico, visando garantir um auxílio no gerenciamento dos gastos – o que nem sempre ocorre, devido à incapacidade de muitos em arcar com o pagamento integral das faturas. É assim que as vidas já pautadas na defasagem dos rendimentos complicam-se ainda mais, comprometendo as futuras receitas com despesas em valores maiores que estas.

(...) as práticas de consumo a partir dos cartões correspondem e, talvez, terminem por forjar formas de subjetividade regidas por essa associação entre liberdade e consumo, ao ato de comprar, de poder escolher. Basta observar o modo como é feita a propaganda dos cartões de crédito, nos termos de um ciclo interminável de “desejo - aquisição - novo desejo”. Os cartões, assim, são artefatos através dos quais os desejos são mobilizados e apresentados ao público como passíveis de ser realizados desde que se tenha a vontade para tanto. Um jogo de associação ou dissociação, talvez, já que tendo um cartão em mãos, “tudo é possível”, o desejo e vontade são associados à aquisição de bens e serviços, ao mesmo tempo em que esses são dissociados da renda e recursos efetivos de cada um. (SCIRÉ, 2009, p. 125 e pp. 128-129)

Jappe (2006) compreende esse fato com base na reprodução geral do capital, que pode ser usada para explicar a inserção dessas populações, consumidas pelo crédito e endividamento, através das diversas formas de crédito a que se submetem. Dessa maneira, o capital, para tentar superar a crise do capitalismo, faz sua “fuga para frente” nesse processo de financeirização e inserção dessas massas no consumo fetichizado.

Essa fuga, faz-se indiretamente por intermédio do capital fictício, ou seja, pela autonomização dos mercados bolsistas e da especulação. Assim, o capital prolonga a sua vida para lá dos limites reais consumindo antecipadamente o seu futuro, isto é, vivendo a crédito. Também o crédito está embrionariamente “contido” na estrutura elementar da mercadoria: a mediação monetária separa a venda da compra porque permite adiar pagamento. O trabalho e o dinheiro são estádios diferentes do mesmo processo de valorização, mas podem igualmente não coincidir: o dinheiro pode multiplicar-se mais rapidamente que o trabalho morto. Este factor cria a ilusão de que o dinheiro tem o poder místico de crescer por si só, sem a mediação de um processo produtivo no qual fosse consumido trabalho. (JAPPE, 2006, p. 148)

Tal quadro é associado ao que Kurz (1992) denomina de diminuição histórica da substância de trabalho abstrato graças à alta produtividade, o que diminui as posições

de trabalho formal, sobretudo dos espaços considerados periféricos. Nesse sentido, realizam uma inclusão desses espaços de forma central na crise do sistema produtor de mercadorias.

Para Alfredo (2008):

O que reitera a necessidade de se considerar a importância própria de uma sociabilidade que estaria passando pelas determinações de um capital não necessariamente produtivo, mas onde a extensão do crédito, constituindo o que Marx denomina de *capital fictício*, teria um papel primordial no processo de reprodução crítica da forma valor. Trata-se, para se referir ao problema em outros termos, de uma racionalização necessária à reprodução cuja resultante mais fenomênica redundava num processo de brutal redução do trabalho (relativa e absolutamente) no interior do processo produtivo como um todo. (...) A extensão do crédito atinge uma necessidade que passa a autonomizar os sentidos do dinheiro em relação a sua forma como capital produtivo, desenvolvendo-se, a partir daí, uma extensão do capital como financeiro, creditício, fictício, pois que a circulação financeira passa a se constituir como um negócio próprio e que toma a dimensão, certamente ilusória, de totalidade da reprodução da forma valor. (ALFREDO, 2008, p. 70)

Desse modo, é necessário pensar o atual modelo de reprodução do capital, pautado em uma acumulação baseada em bolhas especulativas e em um processo tautológico de criação de novas dívidas, como uma irracionalidade imanente que afirma a perspectiva de crise e de contradição objetiva de tal modelo.

Kurz (2008) afirma que:

(...) a noção do dinheiro como “véu” e mero signo encontra-se em contradição com a noção do capital monetário a gerar lucros, como uma espécie de produção *sui generis* de mercadoria. Grosso modo, fazem de conta que a “indústria financeira” seria uma produção de mercadorias tão real quanto, por exemplo, a indústria automotiva. O juro parece uma forma independente de valor agregado. Marx, em contrapartida, mostra o caráter ilusório dessa noção. Ele comprova que o crédito, ou capital que gera lucros, é apenas uma forma derivada, sem formação própria de valor (...). O crédito inflado gerou não só formidáveis montanhas de dívidas, que sempre precisavam ser “roladas”, mas adquiriu uma forma de circulação independente de títulos financeiros (ações, títulos hipotecários, derivativos), onde se criaram valores fictícios de dimensões astronômicas. (KURZ, 2010, sem paginação)

De forma geral, desenvolvemos nossa análise procurando discutir a metrópole a partir desse novo momento e colocando a questão do consumo do crédito como central para rediscutir tal processo de socialização negativa do mundo da mercadoria e da lógica da imposição da valorização do valor. Procuramos assim construir uma leitura crítica de que não é mais possível reconhecer esses novos espaços como periféricos e demonstrar que, em virtude das questões já apontadas, há um processo de construção de totalidade crítica que afeta tanto o que se denomina “dominados” como o que se denomina “dominantes”, destituindo dessa maneira a separação materializada no espaço da relação centro x periferia e despersonalizando os sujeitos da dominação bem como os sujeitos dominados para pensar uma lógica autonomizada de valorização do capital. Nesse sentido, nossa pesquisa não busca afirmar que desapareceram as precariedades e a produção de miséria. Contudo, acreditamos que separar esses pobres, com base em uma visão dicotômica, não permite fazer um julgamento mais contundente ao movimento crítico de reprodução do mundo e enevoa os sentidos de uma crítica realmente superadora.

Os pobres da metrópole procuram fugir da sua situação de miséria num mundo que, a todo momento, cobra que se integrem como consumidores, constroem assim um imaginário de que vencer na vida, sair da miséria ou ser aceito como um cidadão é sempre sinônimo de acesso aos bens de consumo coletivo, aos bens de consumo durável e principalmente acesso ao crédito ao consumo de dinheiro. E, para nós, não parece que a crítica baseada na justiça social ou na luta de classes como fio condutor da análise possa construir uma negatividade da crítica para a inserção crítica a esse processo por igualdade dentro da lógica de reprodução abstrata e fictícia.

3.4 - Expansão do crédito e endividamento

Os dados empíricos do avanço do crédito e do endividamento, as entrevistas e as fotos das mudanças qualitativas nesses espaços procuram mostrar apenas reflexos de um processo que, apesar de se revelar pela sua materialidade e pela sua forma quantitativa, é movido muito mais por essa lógica abstrata e de uma reprodução que precisa resolver seu problema de valorização fictícia, por uma mediação que ultrapassa a lógica das relações de classe. A expansão do crédito para os habitantes dos espaços considerados periféricos, num quadro de precarização do trabalho, tem se sustentado por meio de altas taxas de endividamento e comprometimento da renda, fazendo com que as populações desses espaços tenham que se empenhar com gastos que, na maioria dos casos, ultrapassam muito sua renda familiar.

Assim, ao lado da perda da importância quantitativa das vagas de emprego no setor industrial, há uma proliferação de trabalhos precários associados aos serviços que se reproduzem na metrópole e que envolvem outros componentes da família, principalmente os filhos, mas também as esposas, na renda familiar e sobretudo na construção de mais um sujeito da dívida. Aliado a esses são também incluídos os aposentados e beneficiários de programas sociais, através do processo de bancarização como forma de uma ponte para acessar as formas de crédito para reprodução da família.

O modo de se reproduzir dessa família periférica é em grande parte mediado pelas formas de crédito, através dos diversos cartões bancários e outros artefatos de crédito. Isso poderia explicar esse processo, no qual os pobres continuam consumindo e aumentando sua capacidade de endividamento. O trabalho de Ribeiro e Lara (2016) mostra tal processo de ampliação do crédito para as famílias pobres, que estamos desenvolvendo, e aponta que o cartão de crédito, que era considerado um artigo destinado ao consumo das classes médias, cada vez mais é um incorporado às famílias de baixa renda. Para os autores:

O maior destaque na proporção de endividados no Brasil se dá pela expansão do cartão de crédito. Para se adquirir um cartão de crédito em

1987 era necessária a comprovação de renda com no mínimo cinco salários mínimos. Dez anos mais tarde já era possível ter um cartão de crédito com renda mensal de R\$ 200,00 e em alguns casos sem pagamento de anuidade. Em 2007 já existiam 83 milhões de cartões de crédito, sendo 15 milhões para trabalhadores com renda de até R\$ 500,00. O número de trabalhadores com essa renda que tinha adquirido cartão de crédito era de 5 milhões no ano 2000. (RIBEIRO E LARA, 2016, sem paginação)

São bem expressivos também os dados do Banco Central brasileiro acerca do endividamento das famílias que ganham até 03 salários Mínimos:

Com a ampliação do crédito, o endividamento das famílias cresceu entre 2007 e 2014 de 29% para 46% da renda disponível (...). O grupo de tomadores de menor renda, com até três salários mínimos (3SM), passou a ser o mais representativo em número de tomadores e o segundo maior em volume de crédito. Do total de 56 milhões de tomadores de crédito em 2014, 34 milhões estavam na faixa de renda de até 3SM (...). Para os tomadores na faixa de até 3SM, o endividamento alcançou 73% em 2014. A modalidade de crédito de maior peso no endividamento desse segmento de renda é o imobiliário (23%), seguido pelo consignado (17%). O grupo de tomadores de até 3SM apresentou em 2014 o maior percentual de comprometimento de renda (razão entre serviço da dívida e a renda), chegando a 24% em média. Cabe ressaltar que 13,2 milhões de tomadores desse segmento têm mais de 50% de sua renda comprometida com o serviço da dívida(...).
(...) Apesar de não ser problema exclusivo de um segmento, o grupo de tomadores com faixa de renda de até 3SM é a mais atingida pela inadimplência. O aumento real de renda na última década, sobretudo nas faixas de renda mais baixas, veio acompanhado de maior uso do cartão de crédito. No entanto, muitos consumidores não encontram equilíbrio no uso do cartão, levando a situações onerosas de endividamento e de alta inadimplência. (BACEN, 2015, p. 11)

Através do estudo desses dados, pretende-se demonstrar que o crédito perpassa a mudança qualitativa na análise das populações periféricas assim como do restante da sociedade. De um lado, procuramos demonstrar que a facilidade de acesso ao crédito cumpre o papel de criar essa identidade qualitativa entre os trabalhadores de baixa renda e as camadas médias, através das mesmas formas de consumo e dos mesmos valores, ainda que dentro de um processo de diferenciação da renda. Por outro lado, a situação objetiva da renda dos assalariados fará com que as populações de baixa renda sofram duplamente por sua condição de baixos salários e pelo endividamento

progressivo. Essas populações não só continuam pobres, como também passam a estar endividadas. Dados sobre o endividamento das famílias brasileiras, através da análise das regiões metropolitanas, também confirmam essas questões acerca da dependência do crédito para a reprodução e consumo das famílias de baixa renda. Tal dependência atinge tanto os desejos de integração a esse mundo marcado pela posse de mercadorias eletrônicas e que imitem o modo de vida das camadas médias e ricas, como também o modo mais básico de reprodução, que são as compras de alimentação, dentre outros. Ribeiro e Lara (2016), com base nos dados do Banco Central brasileiro, apresentam reflexões referentes ao endividamento que vem ao encontro do que nós estamos discutindo. Para os autores:

Relatório de Estabilidade Financeira (REF), publicação semestral do Bacen desde 2002, apresentou em 2014 o índice de endividamento das famílias em 45,5%, referente a dezembro de 2013 (Bacen, 2014, p. 24). Este indicador é referente a relação das dívidas das famílias endividadas com a massa salarial ampliada disponível dos últimos 12 meses. Os índices da pesquisa apontam um escalonamento surpreendente do nível de endividamento das famílias com as dívidas bancárias: em julho de 2011 esse índice estava em 41,3%, e em julho de 2005 o nível de endividamento era um pouco mais de 20% da massa salarial ampliada disponível.

(...) A particularidade brasileira desse crescente endividamento ocorre principalmente pelos seguintes produtos e serviços financeiros: cartão de crédito, de acesso restrito às camadas de renda mais alta na década de 1980, hoje amplamente ofertado e que corresponde à maior parcela de endividados; crédito consignado, regulamentado no governo Lula já em seu primeiro ano de mandato, que facilitou a cessão de créditos para funcionários públicos, aposentados e pensionistas; crédito imobiliário, priorizando as camadas de rendimentos mais baixas nos anos 2000, principalmente com os recursos disponíveis para o programa Minha Casa, Minha Vida após 2009; e o crédito para compra de automóveis, facilitados com a expansão da produção do setor automotivo. Outros serviços financeiros, como cheque pré-datado, cheque especial e carnês do comércio, também representam parcelas importantes do endividamento. Contudo, com a facilitação das outras modalidades, estes apresentam um decréscimo constante de seu uso. (RIBEIRO & LARA, 2016, p. sem paginação)

Os dados dos autores e do Banco Central vem corroborar os muitos exemplos e dados divulgados por associações de lojistas, associação de cartões de crédito, serviços de proteção ao crédito etc., com vários extratos da população que demonstram

esse movimento e que procuramos problematizar como parte desse processo mais amplo de financeirização e ficcionalização da sociedade.

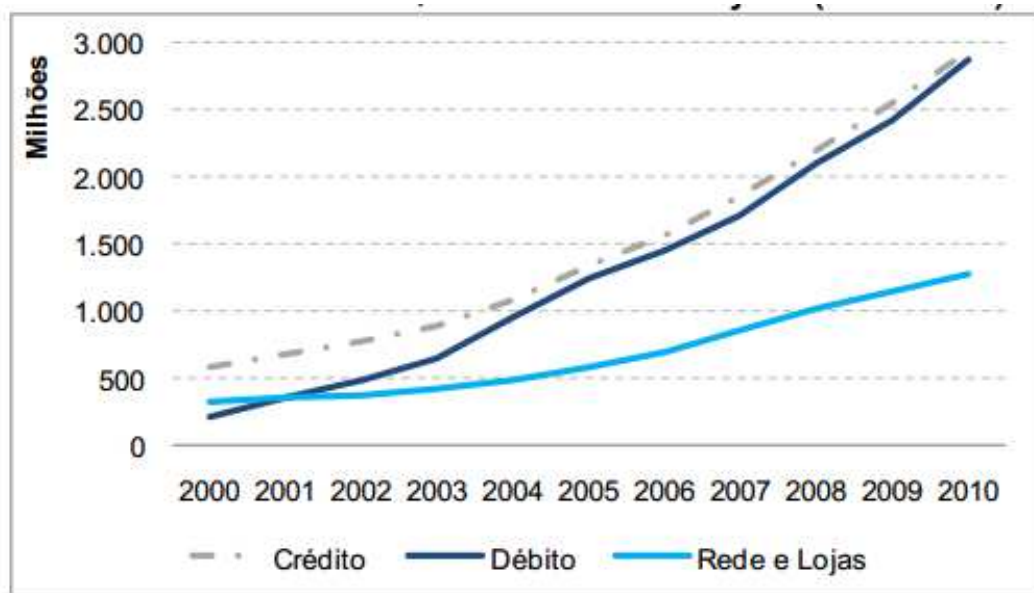
A tabela 2 mostra o processo de evolução do acesso aos cartões de crédito, débito e aos cartões das grandes lojas do varejo, dentre elas os grandes supermercados. As informações apresentadas demonstram essa dependência do crédito para a realização do consumo no país. Apesar dos dados não exprimirem o acesso aos cartões a partir de estratos diferentes de renda, eles, a nosso ver, em conjunto das análises do mercado, são bem expressivos na indicação de que esse crescimento está nitidamente ligado à inserção dos pobres nesse tipo de crédito. Destaque-se que tal crescimento é bem significativo, como observamos no acesso a cartões de lojas, que incluem as redes de supermercados para a compra de alimentos a crédito, além das compras de vestuário e outros itens de consumo.

Tabela 2 – Evolução do mercado de Cartões (crédito, débito e de lojas) no Brasil – 2000 e 2010³¹

Cartões	Número em 2010 (em milhões)	Crescimento 2010/2000
Total	628	431%
Crédito	153,4	439%
Débito	249,3	419%
Redes e Lojas	225,3	434%

³¹ Estudo realizado em 2011 pela Tendências Consultoria Integrada para a ABECS - Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviço.

Gráfico 2— Número de transações com cartões de crédito, débito e de lojas (milhões) no Brasil, período dos anos 2000-2010



Fonte ABECS – Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviços

Os dados da pesquisa indicam que em 2010 havia 628 milhões de cartões na economia brasileira. Desses, 249,3 milhões eram cartões de débito, 153,4 milhões de crédito, e 225,3 milhões eram cartões de lojas e redes. A pesquisa indica ainda que para todos os tipos de cartões ocorreu uma expansão significativa de mais de 400% entre os anos de 2000 e 2010. Para nós, o destaque da pesquisa é a afirmação de que até 2004 os cartões de débito apresentavam taxas de crescimento bem superiores às dos cartões de crédito, porém a partir de 2005 esse cenário se inverteu, com o crescimento expressivo desse meio eletrônico de pagamento. Tais dados parecem indicar que o processo de creditização tem crescido para além do processo de bancarização da população, que, por sua vez, também é uma forma de acesso ao crédito. Segundo a pesquisa:

Apesar de haver um número superior de cartões de débito emitidos, este apresenta o índice de número de transações por cartão inferior ao observado nos cartões de crédito. O primeiro possui valor de 11,5

transações por cartão em média, enquanto o segundo possui 19,2 transações realizadas com cartão, em média, no ano de 2010. Os cartões de rede e lojas possuem um nível de utilização ainda menor, já que são feitos para o uso mais específico, a média ficou em 5,6 transações por cartão em 2010, valor inferior ao observado nas outras duas modalidades.

(...)

Observamos que a partir de 2004 houve um acentuado aumento no crédito, o que impulsionou o consumo do brasileiro. Essa expansão altera principalmente os hábitos de consumo da classe C, em maior grau, e também das classes D e E, onde estão as pessoas que passam a consumir produtos que antes não estavam acessíveis, devido à falta de sistemas de financiamentos. (...) São essas classes de renda mais baixas que puxam o crescimento do uso de cartões de crédito e débito no Brasil, pois são classes que começaram a se bancarizar nos últimos anos e obtém o conhecimento e o acesso a formas de pagamento mais modernas, que tornam possível a compra antecipada de bens necessários, como alimentos e vestuário.³²

É expressiva a pesquisa feita pela ABECs sobre o uso do cartão de crédito para o mês de março de 2015 e de 2016, em que a frequência do uso do cartão foi de que 95% dos pesquisados usam o cartão de crédito todo o mês e 48% usam o cartão pelo menos 01 dia por semana.³³

Ribeiro e Lara (2016), apesar de partirem de pressupostos diferentes da nossa tese, identificam esse processo de endividamento nas famílias de menor renda ou, como os autores definem, na Classe Trabalhadora com uma concepção de uma “tendência crescente de bancarização dos indivíduos”, que reflete bem a nossa preocupação sobre esse processo de financeirização da pobreza. Para os autores:

No caso do Brasil dos anos 2000-2015, apontam transformações importantes na dimensão objetiva da classe trabalhadora em relação à sua renda e ao consumo. Os produtos e serviços financeiros passaram a ser ofertados para as diversas frações de renda dos assalariados. Se somarmos às políticas sociais compensatórias, destacando-se o programa Bolsa Família, o quadro financeiro adquire a tendência crescente da “bancarização” dos indivíduos. (RIBEIRO & LARA, 2016, p. sem paginação)

³² Estudo realizado em 2011 pela Tendências Consultoria Integrada para a ABECs - Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviço. Balanço do Setor – 1º Trimestre de 2016. Disponível em: <<http://www.abecs.org.br/app/webroot/files/media/f/2/7/72be95b6fb01b5ad1630a4656a6dc.pdf>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2016

A pesquisa *Crediário, carnê e cartão de loja: processo decisório e hábitos de compra* foi conduzida pelo Serviço de Proteção ao Crédito – SPC Brasil e CNDL Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas no mês de Junho de 2016 com o objetivo de investigar os hábitos de compras e o processo decisório do consumidor brasileiro em relação ao uso dessas modalidades de crédito. Os dados da pesquisa indicam que as tendências dos entrevistados é a realização das compras a partir de longos parcelamentos (às vezes sem juros), inserção em programas de descontos e até mesmo a adoção das estratégias das lojas de dar um ou dois meses de carência para realizar o primeiro pagamento. A lógica de utilização do crediário é hoje predominante e cada vez mais intensa no consumo de bens duráveis e de todo o tipo de compras que ultrapassam a típica forma de consumo de eletrodomésticos e se estende para as roupas, calçados, alimentos e tudo o que se possa comprar. A pesquisa da SPC Brasil sobre as formas creditícias e os processos decisórios de compras afirma que:

Os resultados indicam que 19,1% dos entrevistados possuem, hoje, as três modalidades. 27,6% têm apenas o cartão de loja (aumentando para 35,1% na Classe A/B e 31,9% entre os que residem na capital), enquanto 10,2% dizem ter somente o crediário/carnê (aumentando para 14,6% no interior). Por outro lado, é preciso destacar que 41,6% da amostra garantem não dispor de nenhuma das três modalidades investigadas, sobretudo os homens (48,6%) e aqueles com 55 anos ou mais (55,9%)³⁴

³⁴ *Crediário, carnê e cartão de loja: processo decisório e hábitos de compra*. SPC Brasil e CNDL. Disponível em https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2016/06/An%C3%A1lise-Uso-do-Cr%C3%A9dito-_-Credi%C3%A1rio-e-Cart%C3%A3o-de-Loja.pdf. Acessado em 02 de agosto de 2016

Tabela 3 - Crediário, carnê e cartão de loja: processo decisório e hábitos de compra

PRODUTOS QUE GERALMENTE COMPRA COM CARTÃO DE LOJAS, CREDIÁRIO, CARNÊ

PRODUTOS	GERAL	SEXO	
		MASCULINO	FEMININO
Roupas	75,0%	65,6%	82,4%
Calçados	64,0%	56,0%	70,2%
Eletrodomésticos	34,3%	30,8%	37,1%
Acessórios como bolsas, carteiras, cintos, bijuteria, etc	27,6%	17,2%	35,7%
Eletroeletrônicos (computadores, celulares, câmeras digitais, tablets, etc)	27,6%	29,6%	26,0%
Móveis	26,8%	20,1%	32,0%
Artigos de cama, mesa e banho	20,7%	17,9%	22,8%
Alimentos (supermercado)	13,4%	17,3%	10,4%
Maquiagem, perfumes, cremes, loções, etc	10,2%	3,9%	15,1%
Brinquedos	3,2%	4,5%	2,2%
Outros	9,9%	9,2%	10,5%
Não sabe	6,7%	9,8%	4,3%

Fonte: pesquisa *Crediário, carnê e cartão de loja: processo decisório e hábitos de compra*

A entrevista com a moradora Joscimeire do Condomínio Jardim das Flores, localizado no município de Carapicuíba em 2016 demonstra essa dependência do crédito para compra de alimentos para a subsistência imediata através de cartões dos supermercados e “Atacadões”. A moradora conta que saiu do emprego quando seu marido montou uma microempresa familiar de assalhos, mas que abriu falência quando ele passou a ser usuário do Crack. Sem emprego, ela “se virou” fazendo bicos e vendendo bolo e café da manhã nas proximidades da Estação de trem em Carapicuíba. Para ela o crédito tem uma função de sobrevivência na compra de alimentos e a ajuda da família vem só em extrema necessidade de falta de alimentação.

Vamos falar um pouco de condições de trabalho. Seu marido tinha uma microempresa, e você?

Antes eu trabalhava num supermercado: O Sakai lá do Ariston. Aí depois que eu casei fiz acordo e trabalhei com meu marido. Eu fique trabalhando com ele, aí quando ele caiu nas drogas eu voltei a trabalhar. Trabalhava em hotéis, em mercados...

Que tipo de trabalho era?

Trabalhava de cozinheira, de camareira. Quando você está desempregado né...

Hoje você está desempregada?

Hoje eu estou desempregada de novo.

Quanto tempo?

Meu último registro foi em 2009. Aí eu vim trabalhando de freelancer quando aparecia trabalho. De recepcionista, também na copa... Eu tinha bastante conhecimento... Quando eu não arrumo uns bicos eu faço uns free-lance... Mas, como eu fiz bastante cursos na área de culinária, então eu faço bolo pra fora... Eu estava trabalhando com isso: bolos, salgados... Em eventos.

Hoje como você consegue sobreviver? Sem nenhum trabalho...

Quando eu vim para cá, eu tinha uma barraca que vendia bolo na estação. Desde as 04 horas da manhã até as 11 horas da manhã, lá no ponto do supermercado Dia. E também em frente onde é o Sesi que era no Centro também.

Então eu me virava com isso. Quando eu vim para cá, dificultou porque não tenho carro para levar as coisas para vender.

Mais ou menos em valores... Quanto você conseguia tirar? Gostaria que você fizesse uma relação com o seu trabalho mais formal e essa venda de bolo mais ou menos.

No café e no bolo que eu vendia eu tirava líquido uns R\$ 350,00 por mês. Quando eu pegava encomenda aí dava uns R\$ 800,00, mas era um pouco raro quando surgia encomenda. Então eu ganhava mesmo uns R\$ 400,00 e mais o Bolsa família da minha filha.

Além dos R\$ 400,00 e a bolsa família... Você tinha algum outro ganho ou ajuda?

Não... Nada... Se bem que, quando eu me apertava, minha família me ajudava na alimentação... Mas com dinheiro não. Eu que tinha que me virar mesmo.

O valor da bolsa dela é de?

É de R\$ 206,00.

Então é 206,00 reais e mais os bicos que você faz... No mês passado, quanto que você recebeu?

No mês passado só deu para pagar minhas contas... Uns R\$ 350,00. Deu para pagar o condomínio... Esse mês eu não tive quase bico nenhum.

E quando a situação aperta, você tem alguma coisa onde recorrer? Tipo fiado, cartão de crédito...

Eu tenho um cartão do Tenda (Atacadão). Faço uma compra de mês e compro as coisas para a minha filha e aí vou lá mês que vem e pago.

O aumento do número de cartões de débito reflete o processo de bancarização das camadas mais pobres, que também acabam por usar as formas creditícias advindas dos limites do “cheque especial”. Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviço (ABECS), a expansão dessas formas de crédito reflete a inserção no consumo das classes D e E de produtos que antes não estavam acessíveis devido à falta de formas de financiamento ou ao que a empresa denomina como as formas modernas de pagamento.

Para além da inserção do consumo, esse processo de bancarização, através dos programas sociais e dos benefícios, mostra que o acesso aos programas sociais e à aposentadoria tem gerado esse processo de creditização de duas formas: a primeira é o acesso a contas correntes, que parte dessas populações não tinha, mas também por vincular o cartão de recebimento dos benefícios a cartões de crédito, como é o caso de pessoas que entrevistamos no Conjunto do programa Minha Casa Minha Vida, que passaram a ter um cartão de crédito da bandeira Visa do Bradesco para receber seus benefícios dos programas sociais. A segunda forma é ligada à do crédito consignado oferecido aos aposentados como fonte de financeirização da reprodução da família desses aposentados e como forma de acessar o consumo. Os relatos demonstram que

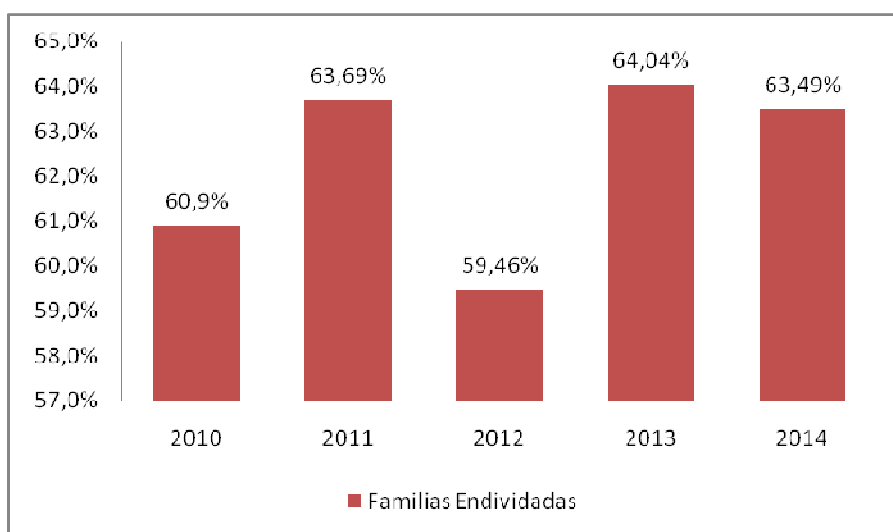
também estes aposentados entram num processo de endividamento que acaba interferindo na sua sobrevivência diária

Esse processo de bancarização e formalização das relações creditícias se deve em grande parte à entrada das classes C e D nas formas de acesso aos produtos bancários e às formas creditícias. Esse fenômeno de acesso ao crédito – que é parte desse processo mais amplo de financeirização e ficcionalização da economia – realiza-se substituindo e incorporando as velhas formas do crédito, assim como incluindo não só os trabalhadores formais e informais, mas também uma gama de beneficiários dos programas sociais quebrando os velhos entendimentos presentes nas pesquisas sobre as denominadas periferias urbanas sobre o consumo e o crédito. Entendemos que, no atual período, a dependência do crédito por parte dessas populações se expande para todos os estratos. Formas de crédito minoritárias, que eram afirmadas nessas pesquisas, como o fiado, agiotas e mesmo os carnês de crediário, perdem força naquilo que os analistas de mercado denominam como “democratização” e “amadurecimento do crédito” no país. Essa democratização e amadurecimento do crédito é central para desenvolver uma crítica mais ampla desse processo que entendemos como um processo geral de ficcionalização da economia e ao mesmo tempo debater com as perspectivas que ainda analisam esses espaços como se fossem mediados por formas tradicionais de crédito. Há que se destacar que essas formas que denominamos como minoritárias de crédito persistem como forma de driblar o oferecimento de crédito para os consumidores que tem seu nome sujo no SPC – Serviço de Proteção ao Crédito.

É também o caso de vários anúncios na TV oferecendo crédito mesmo para os consumidores que estão com seus nomes inseridos nos cadastros de restrição ao crédito (Serasa, SPC) dentre outras formas agressivas de abordagens para oferecer crédito a todo custo. Assim é de grande importância as análises dos dados da PEIC – Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – realizadas pela Confederação Nacional do Comércio. A PEIC é apurada mensalmente desde janeiro de 2010. Os dados são coletados em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal com cerca de 18 mil consumidores produzindo, de forma direta, mais de 213 mil questionários por ano com dados informados pelos consumidores sobre a sua realidade de endividamento, capacidade de pagamento, perfil e situação de suas dívidas.

A pesquisa apresenta os seguintes resultados: O percentual de famílias que relataram ter dívidas entre cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro alcançou 60,9% em 2010, aumentando 63,49 no ano de 2014. O total de pessoas endividadas segundo o Serasa era de 60 milhões no período de março de 2016.³⁵

Gráfico 3 – Total de Famílias endividadas a partir da média anual da PEIC mensal 2010 a 2014



Fonte: Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC).

Entre as famílias com contas ou dívidas em atraso, segundo a pesquisa, o tempo médio de atraso foi de 61,3 dias em julho de 2014 – acima dos 60,2 dias de julho de 2013. O tempo médio de comprometimento com dívidas entre as famílias endividadas foi de 7,0 meses, sendo que 24,7% estão comprometidas com dívidas até três meses, e 30,9%, por mais de um ano. Ainda entre as famílias endividadas, a parcela média da renda comprometida com dívidas aumentou na comparação anual, passando de 29,2% para 30,2%, e 22,0% delas afirmaram ter mais da metade de sua renda mensal comprometida com pagamento de dívidas.

³⁵Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/04/1760453-inadimplencia-atinge-60-milhoes-de-brasileiros-diz-serasa-experian.shtml>> Acessado em: 07/09/2016.

O cartão de crédito foi apontado como um dos principais tipos de dívida por 76,6% das famílias endividadas, seguido por carnês, para 16,3%, e, em terceiro, por financiamento de carro, para 13,2%. Para as famílias com renda de até dez salários mínimos, cartão de crédito, por 77,7%, carnês, por 17,3%, e financiamento de carro, por 10,3%, foram os principais tipos de dívida apontados. Já para as famílias com renda acima de dez salários mínimos, os principais tipos de dívida apontados em julho de 2014 foram: cartão de crédito, para 71,7%, financiamento de carro, para 26,8%, e financiamento de casa, para 15,9%.

Tabela 4 – Tipos de dívidas das famílias endividadas

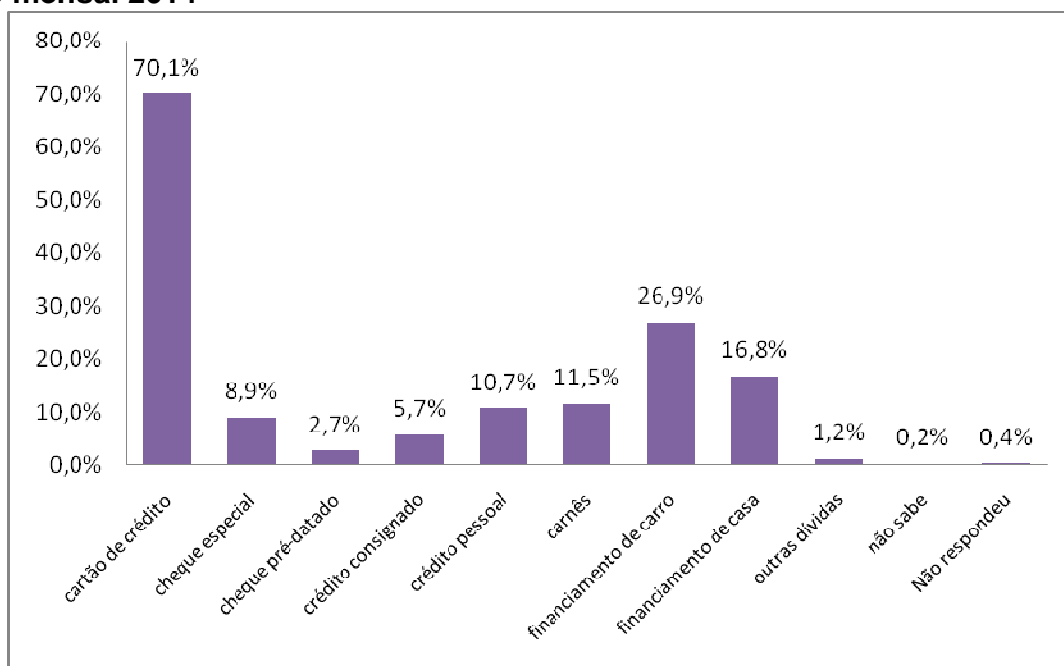
Tipo de dívida (% de famílias)			
Julho de 2014			
Tipo	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de crédito	76,6%	77,7%	71,7%
Cheque especial	5,3%	4,7%	7,6%
Cheque pré-datado	1,7%	1,4%	2,8%
Crédito consignado	4,6%	4,2%	6,1%
Crédito pessoal	9,8%	9,4%	11,8%
Carnês	16,3%	17,3%	11,7%
Financiamento de carro	13,2%	10,3%	26,8%
Financiamento de casa	7,6%	5,7%	15,9%
Outras dívidas	2,4%	2,5%	1,9%
Não sabe	0,2%	0,2%	0,1%
Não respondeu	0,3%	0,3%	0,3%

Fonte: Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC).

É importante colocar também que as compras via carnês persistem entre os consumidores de maior idade que resistem aos cartões, mas também entre aqueles que as tem como uma estratégia para driblar o nome sujo . Além disso, essa forma de

compra é reforçada pelo interesse cada vez mais expressivo das empresas por esse consumidor. Assim se expande cada vez mais as propagandas de crédito fácil para os clientes “mesmo com o nome sujo”.

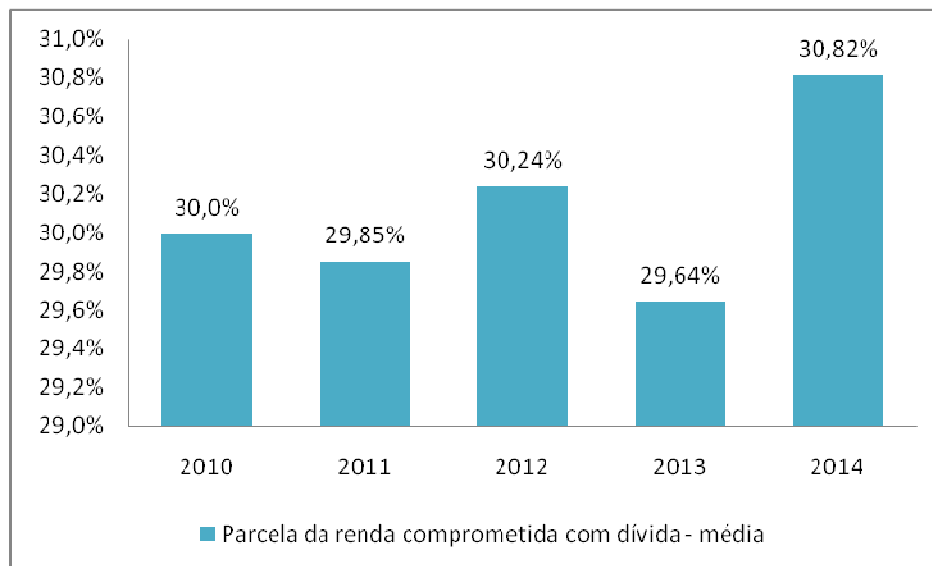
Gráfico 4 – Tipo de Dívidas das famílias endividadas a partir da média anual da PEIC mensal 2014



Fonte: Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC).

Em relação ao comprometimento da renda com o pagamento das dívidas:

Gráfico 5 – Parcela da renda comprometida com dívidas a partir da média anual da PEIC mensal 2010 a 2013



Fonte: Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC).

É importante notar, porém, que o reverso desse crescimento de formas “maduras” está no grande endividamento dessas camadas mais pobres e na crescente inadimplência, o que tem gerado a restrição de crédito para tais camadas. Segundo os dados da *Serasa Experian*, 60 % dos inadimplentes têm dívidas que comprometem mais de 100% de sua renda.

O estudo da *Serasa Experian* também aponta que 60% dos inadimplentes têm contas mensais a pagar que custam acima de 100% de sua renda mensal. Além disso, 53% dos endividados acumulam até duas dívidas não honradas. (...) A atual situação é preocupante, pois revela que, do total da população brasileira com 18 anos ou mais (144 milhões de pessoas), cerca de 40% está inadimplente.³⁶

Há, no entanto que se destacar que não há nenhum assombro sobre esses dados da inadimplência por parte da empresa que é especialista na análise do crédito na economia brasileira. As empresas operam com a lógica de que é possível trabalhar com altas taxas de atraso e de inadimplência, que só são comprometidas com a crise

³⁶Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/bate-recorde-o-numero-de-inadimplentes-revela-levantamento-inedito-da-serasa-experian/>>. Acessado em: 21/09/2014.

do emprego e baixa na economia. Segundo o gerente da Serasa, Vander Nagata: “O patamar da inadimplência poderia ser superior, mas a evolução da renda e o desemprego baixo estão atenuando este cenário”. Neste sentido o endividamento é uma forma de ser da reprodução crítica deste atual período.

Os dados da inadimplência revelam que a economia brasileira atual utiliza o crédito e o endividamento como forma de ser da sua reprodução e que é considerado um sinal de estabilidade ter 59 milhões de pessoas inadimplentes. Por outro lado, viver a crédito com dívidas que ultrapassem a sua renda também deixou de ser uma anormalidade e também parece ser um modo comum de se reproduzir. É certo que as maiores taxas de inadimplência vão estar localizadas justamente nas camadas de menor renda, como revela as pesquisas da Serasa para o ano de 2016:

Estudo inédito realizado pela área de *Big Data* e pelos economistas da Serasa Experian revela que a inadimplência no país dá sinais de estabilidade. Em junho de 2016, o número de CPFs negativados foi de 59,6 milhões, superior aos 59,4 milhões apurados em maio/2016, mas abaixo dos dois levantamentos anteriores, em abril/2016 (60,7 milhões) e março/2016 (60,0 milhões). Em junho de 2015, havia 56,3 milhões de consumidores inadimplentes. O volume de dívidas atrasadas verificadas em junho/2016 foi de 235,9 milhões que somaram R\$ 264,4 bilhões. Segundo economistas da Serasa Experian, os dados de junho denotam certa acomodação no número de negativados no país em 2016.

(...)

O último estudo da Serasa Experian também aponta que 77,8% dos inadimplentes ganham até dois salários mínimos, sendo que 40,2% dos 59,6 milhões de inadimplentes recebem entre um e dois salários mínimos e 37,6% ganham menos de R\$ 880,00.³⁷

Assim, esse constante crescimento e inserção das massas periféricas ao consumo não pode ser visto apenas conjuntamente, mas parece indicar um aumento contínuo de incorporação dessas massas pauperizadas na metrópole.

Os dados que constam do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco central de Brasil indicam o nível de inadimplência nos distritos da Zona leste de São Paulo de Guaianazes, Itaquera, São Miguel Paulista e município vizinhos á região como

³⁷Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/devedor-busca-renegociar-dividas-e-inadimplencia-perde-folego-revela-serasa-experian/>>. Acessado em: 08/09/2016.

Itaquaquecetuba e Suzano como pode ser ver na notícia do Jornal o estado de São Paulo "Zona leste é a região de São Paulo que mais adia acerto de contas"

Em São Paulo, o ranking dos maus pagadores é liderado pelos clientes que vivem em bairros com código postal que começa em "08", como Cidade Tiradentes, Guaianases, Itaquera e São Miguel Paulista, além de municípios vizinhos como Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba. Os dados constam do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do BC. Nessa área da Grande São Paulo, 13% das faturas de cartão de crédito têm atraso superior a 15 dias. O percentual é mais que o dobro do visto no centro de São Paulo, onde clientes que vivem na Bela Vista, Higienópolis e Jardim Paulista têm atraso médio de 5,9% nesse tipo de operação. O extremo leste também campeão em atraso no crédito pessoal (9,3%) e no financiamento para compra de veículos (2,4%).³⁸

Entendemos tal processo como um fenômeno mais geral que pode ser explicado por essa inclusão através do consumo e do crédito para estes setores pauperizados das denominadas periferias urbanas como democratização do crédito e democratização deste modo de viver pelo crédito que redefine o papel marginal a que a teoria sobre estes espaços insiste em pensar estes espaços. Esse acesso ao crédito, por exemplo, é comemorado como inclusão, como democratização e até como inserção cidadã. É assim que o professor da FGV – Fundação Getúlio Vargas – e consultor internacional Istvan Kaszner define esse processo de "democratização dos capitais":

(...) o meio de pagamento por cartão é um instrumento cujo custo de emissão é barato e dá então acessibilidade às camadas mais populares e da baixa renda, para realizarem suas operações financeiras, bancárias e cidadãs. Mesmo que um indivíduo não seja bancarizado, o cartão o inclui no universo dos geradores de transações financeiras eletrônicas e com isto democratiza o acesso das massas populares aos benefícios das estruturas de atendimento bancário, o que lhes rende frutos para melhorar a qualidade de vida. Pode-se dizer que, bem casada com a tecnologia, a custos decrescentes, a oferta de cartões populares e dos advindos de regime assistencialista é mais um fator que contribui para o

³⁸ <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,zona-leste-e-a-regiao-de-sao-paulo-que-mais-adia-acerto-de-contas,70001639152>

tão desejado processo de democratização dos capitais e dos acessos aos canais bancarizados, no Brasil.(KASZNAR, 2015, sem paginação)

A questão do distributivismo discutido por toda a nossa pesquisa retorna, através deste autor, através da distribuição de crédito como acesso às camadas populares como acesso ao consumo e a sua inserção á cidadania e a melhora da qualidade de vida. A realidade da mobilização do crédito excedente neste período de reprodução crítica perpassa tanto ao que este auto, de orientação liberal, denomina como democratização dos capitais como também serve como bandeira de inclusão social a partir da criação de novos consumidores

pelos partidos de centro esquerda na realidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa continuou uma investigação que começamos no mestrado e procurou debater a questão das periferias urbanas na metrópole paulista cotejando esta questão com o debate sobre a crise imanente do capital e a luta de classe, procurando assim identificar a crítica de seus fundamentos que construiu um entendimento das separações intraurbanas como expressão da contradição de classes. A discussão sobre os fundamentos da reprodução capitalista, a partir do debate com os teóricos marxistas, que discutiram a natureza da reprodução capitalista e do seu colapso, a partir do seu limite interno ou da ação consciente do sujeito revolucionário, procurou retomar os fundamentos que moveram as construções teóricas e iluminou a nossa discussão para entender estes espaços neste período de reprodução crítica. De forma geral, este debate procura colocar luzes sobre o debate da crise, a partir da teoria do valor como fundamento para entender este período de reprodução ficcionalizada e crítica do capital e afirmar que este debate remonta a tradição marxista dos anos 1930 sendo que a retomada pelos autores como Kurz, Postone e Jappe vem atualizar este debate essencial para compreender este período

Num segundo momento nós revisitamos o debate realizado pelos autores da Geografia de orientação marxista a partir das contribuições de David Harvey, que dentro do espectro marxista tem uma obra importante sobre a questão da crise do capital, e a partir dos autores da Geografia Crítica partindo de sua corrente marxista. Este debate com os autores da Geografia crítica não esgotou os autores deste importante movimento de renovação da geografia brasileira, mas escolheu aqueles autores que influenciaram a leitura da metrópole e do urbano colocando em debate as suas contribuições sobre a metrópole e o urbano. O diálogo com esta produção teórica foi central para reafirmar a importância que estes autores tiveram em conjunto com outras ciências sociais, na tematização dos espaços denominados periféricos, como lócus da exploração e do sujeito revolucionário, representado assim, pelos operários e pelos movimentos sociais urbanos. Foram importantes os debates sobre papel do Estado e a perspectiva da materialidade como vetor central da discussão sobre nossa temática.

Estes diálogos foram importantes para construção de nossa tese que contrapõe a visão destes espaços como territórios reservas, como espaços apartados da metrópole ou

com uma inserção marginal ao processo de reprodução. Procuramos identificar que a questão desenvolvida por Rosa Luxemburg na obra “*Acumulação do Capital*” sobre as terceiras pessoas, influenciam de maneira diversas as construções teóricas sobre os espaços denominados periféricos. Assim as leituras destes espaços como lugares segregados e precarizados, como “espaços opacos”, como espaços não metropolitanos ou como circuito inferior, só poderiam levar como sua superação, a perspectiva da integração, da justiça social principalmente a partir da ação do Estado ou de políticas distributivistas. Nossa tese procura colocar estes espaços para além da visão marginal. Assim ao discutir estes espaços a partir desse novo momento crítico, a partir do consumo do crédito procuramos pensá-los a partir desta identidade crítica que envolve toda a metrópole não distinguindo o que se denomina centro e o que se denomina periferia. Deste modo ao pensar estes espaços a partir do vetor do consumo do dinheiro neste período crítico de ficcionalização da economia, procuramos contribuir para um diálogo renovado sobre a metrópole e sobre a crítica da relação centro-periferia a partir dos fundamentos de uma sociedade que se move pela crise da valorização do valor.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABECS/Datafolha. **Mercado de meios eletrônicos de pagamento 2013**. Disponível em: <<http://www.abecs.org.br/app/webroot/files/media/7/6/0/b22af92330e3c5e830f69bee3e064.pdf>>. Acessado em 05/01/2015.

ALFREDO, Anselmo. “Negatividade e a crítica à crítica crítica: sobre espaço, tempo e modernização”. In: **Cidades: revista científica/Grupo de Estudos urbanos**, Presidente Prudente, V.6 – 2010.

_____. “Civildade, fetichismo totalitário, sob a contradição capital trabalho. Sociedade civil e modernização crítica”.(Texto elaborado para apresentação em mesa redonda na *XX Semana de Geografia*, da Universidade Estadual de Maringá, 2011, sobre o tema Cidade e Cidadania).

_____. **Crítica à Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2013.

_____. **A mobilização do trabalho e a simultaneidade da crise imanente do capital**: Capital trabalho e a contradição agrária urbana na reprodução fictícia da periferia capitalista. São Paulo: Mimeo, 2014.

_____, Anselmo & SILVA, Ana Cristina Mota. **Modernização e contradições espaço-temporais. Centralidades e periferias: A Metrópole de São Paulo. Três momentos, um percurso: Aldeamentos Indígenas, industrialização e Periferia Urbana**, São Paulo: Mimeo, 2008.

ALTVATER, Elmar. “A Crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise”. In: **História do Marxismo: O marxismo na época da terceira Internacional: O Novo Capitalismo, O Imperialismo, O Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACEN – Banco Central do Brasil. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília, v. 13, n. 1, p. 1-69, mar. 2014

_____. **Relatório de Inclusão Financeira**. Brasília, n.3, 2015.

BASTOS, Anselmo Barreto de Souza. **Crise, Fetichismo e Institucionalização. Um estudo sobre a favela de Heliópolis, município de São Paulo**. Trabalho de Graduação Individual. Departamento de Geografia. FFLCH – USP, 2014.

BONDUKI, Nabil & ROLNIK, Raquel. **Periferias: Ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho**, FAUUSP/ Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “São Paulo: Do Capital Industrial ao capital Financeiro”.

In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). **Geografias de São Paulo. Representações e Crise da Metrópole**. Vol. II. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **“Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo** *In* <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20100729081414/04alessand.pdf>. Acessado em 25/08/2014

_____. “Diferenciação Socioespacial”. *In*: **CIDADES**, v. 4, n. 6, 2007.

_____. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea . *In* **Revista de Estudos Avançados**. v. 23, n. 66, 2009

_____. “Dynamique Urbaine et Métropolisation, Le Cas de São Paulo”. **Confins - Revue Franco Brésilienne de Géographie**, v. 2, p. 6, 2008.

_____. “Metageografia: Ato de Conhecer a partir da Geografia”. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Crise Urbana**. São Paulo. Editora Contexto, 2014.

COLLETTI, Lucio. **Marxismo y el “derrumbe” del capitalismo**. Mexico: Siglo Veintiuno, 1985.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Urbanização Crítica: Periferias Urbanas – Elementos a considerar no caminho da compreensão da cidade como sujeito**. São Paulo: Mimeo, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe operária na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

GROSSMANN, Henryk. **La Ley de La Acumulacion e del Derrumbe del Sistema Capitalista: Uma teoria de La crisis**. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

HARVEY, David. “O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas”. *In*: **Espaço e Debates**, Nº 6, São Paulo, 1982.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Editora Anna Blume, 2005.

_____. “A Liberdade da Cidade”. *In*: **Revista Geosp**. São Paulo, nº 26, 2009.

_____. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

_____. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____, David. O direito á cidade. In **Revista Piauí**, n. 82. I, 2013

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria: Para uma nova crítica do valor**. Lisboa: Ed Antígona, 2006.

_____. **Las Sutilizas Metafísicas de la Mercancia**. Disponível em: <<http://www.krisis.org/1998/las-sutilezas-metafisicas-de-la-mercancia>>. Acessado em 31/10/2012.

_____. “Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria”. **Revista Limiar**. V,1 nº 2, 2014. Disponível em: <http://www2.unifesp.br/revistas/limiar/pdf-nr2/01_Anselm-Jappe_alienacao-reificacao-fetichismo-da-mercadoria_Limiar_vol-2_nr-1_1-sem-2014.pdf>. Acessado em 20/10/2015

_____. **¿Ser libres para La liberación?**. Disponível em: <<http://el-radical-libre.blogspot.com.br/2012/08/ser-libres-para-la-liberacion-anselm.html>> Acessado em 13/01/2014.

KASZNAR, Istvan Karoly. **Meios Eletrônicos de Pagamento: A realidade do mercado de cartão de crédito**. Rio de Janeiro: Ed. Digitaliza, 2015.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização: Da derrocada do socialismo à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Dinheiro sem Valor: Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política**. Editora Antígona. Lisboa, 2014.

_____. **A Substância do Capital (segunda parte) O trabalho abstracto como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização**. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz226.htm>. Acessado em 08/04/2014.

_____. **Ontologia negativa. As eminências pardas do iluminismo e a metafísica histórica da modernidade**. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz115.htm>. Acessado em 23/12/2010.

_____. **Cinzenta é a Árvore Dourada da Vida e Verde a Teoria**. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/>. Acessado em 04/10/2008

KURZ, Robert. **Entrevista à Revista IHU-Online** . Disponível em

<http://www.obeco-online.org/rkurz306.htm>. Acessado em 04/05/2010

_____. **A Ascensão do Dinheiro aos Céus.** Disponível em:
<<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>> acessado em 05/09/2009.

_____. “A substância supérflua”. **Revista Trópico**, setembro de 2006. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz240.htm>.

_____. “O declínio da classe média”. *In: Folha de S. Paulo*. Caderno mais, de 19 de setembro de 2004.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classes: Estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O Pensamento Marxista e a Cidade.** Lisboa: Editora Ulisseia, 1972.

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Anticrítica. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo:** Ilegalidade, Desigualdade e Violência. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

MARQUES, Eduardo. “Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado”. *In: MARQUES, Eduardo & TORRES, Haroldo.* (Orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais.** São Paulo: Editora Senac, 2005.

MARRAMAO, Giacomo. “Teoría del derrumbe y capitalismo organizado en las discusiones del ‘extremismo histórico’”. *In: Derrumbe del capitalismo o sujeto revolucionário?* Cuadernos de pasado y presente nº 78, 1978. Siglo xxi editores, México.

MARTINS, José de Souza. “Depoimento”. *In: Espaço e Debates. Periferia Revisitada.* São Paulo: Ed Anna Blume, 2001 (V. 42).

_____. **Subúrbio. Vida Cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da República Velha.** 2 ed. São Paulo: Hucitec; Unesp, 2002.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro I, volume I, tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983a. (Os economistas).

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro I, volume I, tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1983b. (Os economistas).

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro II. São Paulo: Abril Cultural, 1983c. (Os economistas).

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro III, tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983d. (Os economistas).

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro III, tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1983e. (Os economistas).

MARX, Karl. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Osvaldo Coggiola (org.) São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MORAES, A. C. R. & COSTA, W. M. **Geografia Crítica: A Valorização do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, Ruy (org). **Geografia: teoria e crítica – O saber posto em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PINHO, Rinaldo Gomes. **Crise do trabalho e a abordagem centro-periferia na metropolização de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

POSTONE, Moishe. **Tempo Trabalho e Dominação Social: Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Repensar a teoria crítica do capitalismo**. Disponível em: <<http://o-beco.planetaclix.pt/mpostone4.htm>>, 2014b.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes & LARA, Ricardo. “O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório”. In: **Serviço Social & Sociedade**, nº 126 abr jun 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.072>. Acesso em 12/09/2016.

RODRIGUES, Arlete Moisés. “Desigualdades Socioespaciais – A Luta pelo Direito à Cidade”. *In: CIDADES*, v. 4, nº 6, 2007.

RODRIGUES, A. M. & SEABRA, M. “Habitação e espaço social na cidade de São Paulo”. *In: Boletim Paulista de Geografia*, nº 64. São Paulo: AGB/São Paulo, 1986.

ROSDOSKY, Roman. “A Polêmica em Torno dos esquemas de reprodução de Marx”. *In: Revista Novos Rumos*. Nº 35. – 2001. Traduzido de “La polémica em torno a los esquemas de la reproducción de Marx”, em Roman Rosdolsky, Génesis y estructura de “El capital” de Marx (estudios sobre los Grundrisse) (3a edição. México: Siglo Veintiuno Editores, 1983), pp. 491-554

RONCHENZEL, J. A. “Estado, Divisão social do trabalho e habitação”. *In: Boletim Paulista de Geografia*, nº 64. São Paulo: AGB/São Paulo, 1986.

SILVEIRA, Maria Laura. “Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo”. *In: Cadernos CRH*, Salvador. v. 22, nº 55, 2009.

SANTOS, César Ricardo Simoni. “Territórios Não-Capitalistas e Reprodução do Capital: o papel de Rosa Luxemburgo”. *In: Revista Mercator*. Vol 9, n. 18. 2010.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004.

SCARIM, Paulo Cesar. **Coetâneos da Crítica. Contribuição ao Estudo do Movimento de Renovação da Geografia Brasileira**. Anexo Entrevistas. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. FFLCH – USP. São Paulo, 2000.

SCIRÉ, Claudia D’Ipolitto de Oliveira. **Consumo popular, fluxos globais: Práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. FFLCH – USP. São Paulo, 2009.

SCHOLZ, Roswitha. **A Nova Crítica Social e o Problema das Diferenças**. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm>. Acessado em 09/05/2010.

_____. **Forma Social e Totalidade Concreta**. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm>. Acessado em 09/05/2010.

_____. **O ser supérfluo e a “angústia da classe média”**. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/>. Acessado em 15/01/2009.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “São Paulo: A Cidade, os Bairros e a Periferia”. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). Geografias de São Paulo. Representações e Crise da Metrópole*. Vol. I. São Paulo: Contexto,

2004, (pp. 271-314).

TAVEIRA, Alexandre Possidente. **Teorias marxistas da crise e a “controvérsia do colapso”**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Econômicas. – UFRGS. Porto Alegre, 2014.

TENDENCIAS. **Análise Econômica dos Benefícios Advindos do Uso de Cartões de Crédito Débito**. São Paulo, 2011.

TORRES, Haroldo; BICHIR, Renata Mirandola & CARPIM, Thais Pavez. “Uma Pobreza Diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda”. *In: **Novos Estudos*** – CEBRAP, n 74, São Paulo, 2006.

TULA, Jorge. “A Lei da Acumulação e do Colapso do Sistema Capitalista”. *In: **Revista Novos Rumos***. Nº 29. – 1999. Traduzido do “Prefácio” em Grossmann, **La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista**. 2ª edição. Siglo Veintiuno Editores, 1984, pp VII-XXXIX.

VOLOCHKO, Danilo. Nova produção das periferias urbanas e reprodução do cotidiano. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Crise Urbana**. São Paulo. Editora Contexto, 2014

ZERRENER, Sabrina Arruda. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Administração. FEA – USP. São Paulo 2007.